



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

Faculdade de Engenharia

Departamento de Engenharia Civil e Arquitetura

Turismo em Espaço Rural
Hotel Rural *****
Aplicação no Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE)

Diogo Gil Pereira Gonçalves

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Arquitetura
(2.º ciclo de estudos)

Orientador: Professor Doutor Luís Miguel de Barros Moreira Pinto

Covilhã, outubro de 2011

Dissertação escrita conforme o acordo ortográfico

Dedicatória

Dedico este trabalho à minha mãe...
e a todos os que sempre acreditaram em mim.

Agradecimentos

Ao meu orientador, Professor Doutor Miguel Moreira Pinto, pela disponibilidade que sempre demonstrou, cuja orientação foi determinante, pelo apoio, encorajamento e espaço de liberdade na construção deste trabalho.

À professora Cláudia Beato pela disponibilidade e pela orientação.

Ao engenheiro Nelson Carvalho pelo apoio e ajuda que sempre expôs, em especial na conceção da solução estrutural no edifício proposto neste trabalho.

Ao engenheiro Ricardo Leão, PQ pela ADENE, pelo apoio concedido em peculiar nas soluções a aplicar no edifício proposto no trabalho no âmbito do RCCTE.

Aos meus amigos e colegas que me incentivaram a continuar e me demonstraram sempre a confiança necessária mesmo quando a motivação faltava.

Aos meus irmãos, pelo apoio, acreditando sempre no meu esforço e empenho.

Ao colega de curso Filipe Oliveira... Um grande bem-haja.

A toda a família, direta ou indireta, pelo apoio e simpatia que sempre demonstraram e a forma como sempre me incentivaram, trataram e receberam.

Este trabalho é o culminar de uma experiência rica ao nível de conhecimento e riquíssima a nível pessoal.

Um agradecimento muito especial à Susana por ter estado incondicionalmente ao meu lado e me ter acompanhado nesta etapa.

Resumo

O presente trabalho analisa o turismo em espaços rurais, especificamente no Parque Natural da Serra da Estrela, focalizando a necessidade de oferta de alojamento turístico.

Uma revisão bibliográfica possibilita a compreensão do contexto dos espaços rurais, das suas transformações e da sua possível ligação com a atividade turística. Permite também o entendimento do contexto do turismo em espaços rurais refletindo sobre as suas potencialidades enquanto instrumento de desenvolvimento, abordando também a questão das áreas protegidas enquanto espaços de lazer.

Tendo por base estas reflexões, são apresentadas um conjunto de hipóteses que são testadas na parte empírica através da análise do alojamento turístico no Parque Natural da Serra da Estrela enquanto potenciador do desenvolvimento rural.

Esta análise baseia-se em dados obtidos através de pesquisa em fontes como o Turismo de Portugal, I.P., o Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P. e Parque Natural da Serra da Estrela.

Na parte empírica propõem-se um Projeto de Arquitetura para licenciamento de um Empreendimento de Turismo no Espaço Rural, na forma de Hotel Rural *****, a ser construído numa freguesia integrada no Parque Natural da Serra da Serra da Estrela.

Palavras-chave

Turismo em espaço rural (TER); desenvolvimento rural; Parque Natural da Serra da Estrela, Hotel Rural.

Abstract

This work examines tourism in rural areas, specifically in The Natural Park of Serra da Estrela, focusing on the need for provision of tourist accommodation.

A literature review provides an understanding of the context of rural areas, its transformations and its possible link to tourism. It also allows the understanding of the context of tourism in rural areas reflecting on its potential as a tool for development while also addressing the issue of protected areas as recreational space.

Based on these considerations, we present a set of hypotheses that are tested in the empirical part through the analysis of tourist accommodation in the Natural Park of Serra da Estrela as potential rural development.

This analysis is based on data obtained from research sources such as the Tourism of Portugal, IP, The Institute for Nature Conservation and Biodiversity, IP and Natural Park of Serra da Estrela.

In the empirical part are proposed an Architectural Design of an enterprise licensing of Rural Tourism in the form of Rural Hotel *****, to be built and integrated in a parish in the Natural Park of Serra da Estrela.

Keywords

Rural tourism (TER); rural development; The Natural Park of Serra da Estrela; Rural Hotel.

Índice

Índice.....	xi
Lista de Figuras	xiii
Lista de Tabelas	xiv
Lista de Quadros	xv
Lista de Gráficos	xvi
Lista de Acrónimos	xvii
Capítulo 1. Introdução	1
1.1. Temática e objetivos de investigação	1
1.2. Âmbito da investigação	2
1.3. Organização do trabalho.....	2
Capítulo 2. Enquadramento teórico.....	4
2.1. O sistema turístico.....	4
2.1.1. <i>Evolução do papel do turismo</i>	4
2.1.2. <i>O conceito de turismo</i>	6
2.1.3. <i>Turista, produto turístico e destino turístico</i>	10
2.1.4. <i>Turismo sustentável</i>	15
2.2. Turismo em espaço rural	23
2.2.1. <i>O que é o turismo em espaço rural</i>	23
2.2.2. <i>O contexto do turismo em espaços rurais</i>	32
2.2.3. <i>O turismo em espaço rural em Portugal</i>	35
2.2.4. <i>O TER enquanto produto específico do turismo em Portugal</i>	42
2.2.5. <i>Efeitos do turismo enquanto instrumento de desenvolvimento rural</i>	45
2.2.6. <i>Síntese da evolução da capacidade de alojamento em espaço rural em Portugal</i>	49
2.3. Desenvolvimento rural e sustentável	60
2.3.1. <i>Desenvolvimento rural: os paradigmas</i>	60
2.3.2. <i>As políticas de desenvolvimento rural em Portugal</i>	65
2.3.3. <i>Desenvolvimento sustentável: origem e definição do conceito</i>	70
2.3.4. <i>Desenvolvimento sustentável e a atividade turística</i>	75
2.4. O turismo como potenciador do desenvolvimento rural e sustentável.....	79
2.4.1. <i>Introdução</i>	79
2.4.2. <i>Principais transformações das áreas rurais em Portugal</i>	81
2.4.3. <i>O caráter multifuncional dos espaços rurais</i>	83
2.4.4. <i>As áreas rurais como lugar de lazer</i>	85
2.5. As Áreas Protegidas e o Turismo	89
2.5.1. <i>Áreas Protegidas em Portugal: Enquadramento legal</i>	89
2.5.2. <i>As áreas protegidas enquanto espaços de lazer</i>	94
Subsecção 3. <i>Áreas Protegidas em Portugal: Parque Natural da Serra da Estrela</i>	97
2.6. Potencialidades turísticas e oferta de alojamento no PNSE	100
2.6.1. <i>Identificação dos principais recursos</i>	100
2.6.2. <i>Levantamento das unidades de alojamento em espaços rurais no PNSE</i>	106
Capítulo 3. Projeto de uma unidade hoteleira - Hotel Rural *****	109

3. 1. Metodologia desenvolvida	109
3.2. Técnicas de recolha e tratamento da informação	109
3.3. Memória descritiva	117
3.4. Peças desenhadas	117
4. Conclusão	117
5. Bibliografia	119
6. Anexos	129
6.1. Peças escritas	129
6.1. Peças desenhadas	129

Lista de Figuras

Figura 1 - Características do turismo de massas	5
Figura 2 - Pirâmide das necessidades de Maslow	11
Figura 3 - Elementos característicos do TER	28
Figura 4 - Principais dimensões da sustentabilidade	75
Figura 5 - Mapa da rede de áreas protegidas em Portugal	92
Figura 6 - Mapa da área do Parque Natural da Serra da Estrela	99
Figura 7 - Zonamento do Parque Natural da Serra da Estrela	112
Figura 8 - Legenda do Zonamento do PNSE	113
Figura 9 - H2OTEL**** Sup - Unhais da Serra	114
Figura 10 - Hotel Serra da Estrela *** - Penhas da Saúde	114
Figura 11 - Estalagem Varanda Dos Carqueijais **** - Covilhã	114
Figura 12- Magic Canillo **** - Andorra	115
Figura 13 - Hotel Swiss Q Arena Steinmattli **** - Adelboden - Suíça	115
Figura 14 - Aparthotel Guitart la Molina Resort & Spa *** - Girona - Espanha.....	115
Figura 15 - Hotel le Pic Blanc *** - l'Alpe-d'Huez - França	116

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Relação entre motivação turística e necessidade com base na teoria de Maslow	11
Tabela 2 - Número de estabelecimentos - NUTS II e modalidades (ano 2007).....	51
Tabela 3 - Número de estabelecimentos - NUTS II e modalidades (ano 2008).....	52
Tabela 4 - Capacidade de alojamento - NUTS II e modalidade (camas)	54
Tabela 5 - Capacidade de alojamento - NUTS II e modalidade (camas)	55
Tabela 6 - Rede de áreas protegidas em Portugal	93

Lista de Quadros

Quadro 1 - Tipologias de TER baseadas em Berger	25
Quadro 2 - Tipologias de TER com base na classificação dos produtos.....	26
Quadro 3 - Figuras base do ordenamento realizado pelo PNT	37
Quadro 4 - Características do meio rural ao longo da história	80

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Capacidade de alojamento - Estabelecimentos por modalidade (ano 2007 e ano 2008).....	50
Gráfico 2 - Capacidade de alojamento - Estabelecimentos na modalidade TER (ano 2007 e ano 2008) ..	50
Gráfico 3 - Percentagem da capacidade de alojamento estabelecimentos por modalidade (ano 2008) ..	51
Gráfico 4 - Percentagem estabelecimentos por NUTS II (ano 2008).....	52
Gráfico 5 - Capacidade de alojamento por modalidade (camas)	53
Gráfico 6 - Percentagem da capacidade de alojamento por modalidade (camas).....	53
Gráfico 7 - Capacidade de alojamento TER (camas).....	54
Gráfico 8 - Percentagem da capacidade de alojamento por NUTS II (camas)	55
Gráfico 9 - Percentagem da estimativa de dormidas em 2088 por modalidade	56
Gráfico 10 - Estimativa de dormidas por NUTS e origem de procura Portugal e Estrangeiro (milhares) ..	57
Gráfico 11 - Estimativa de dormidas por NUTS II e origem de procura Portugal (milhares).....	57
Gráfico 12 - Estimativa de dormidas por NUTS II e origem de procura Estrangeiro (milhares)	58
Gráfico 13 - Percentagem de taxas de ocupação-cama, por modalidades (ano 2007 e ano 2008)	58
Gráfico 14 - Taxas de Ocupação-Cama, por NUTS II	59
Gráfico 15 - Evolução do TER entre 2001 e 2009 (estabelecimentos).....	59
Gráfico 16 - Evolução do TER entre 2001 e 2009 (camas)	60
Gráfico 17 - População residente por Municípios do PNSE	102
Gráfico 18 - População residente e número de alojamentos na Serra da Estrela por NUTS III.....	103
Gráfico 19 - N.º de estabelecimentos hoteleiros na Serra da Estrela	107
Gráfico 20 - N.º de estabelecimentos em TER na Serra da Estrela	107

Lista de Acrónimos

AP	Área Protegida
APP	Área Protegida Privada
CMAD	Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento
CMS	Câmara Municipal de Seia
ENATUR	Empresa Nacional de Turismo
EUROSTAT	Statistical Office of the European Union
FEDER	Fonds Européen de Développement Régional
ICNB	Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade
INE	Instituto Nacional de Estatística
INFT	Nacional de Formação Turística
LEADER	Liason Entre Actions de Développement d L'Économie Rurale
OCDE	Organização de Cooperação Económica e de Desenvolvimento
OMT	Organização Mundial de Turismo
ONU	Organização Mundial das Nações Unidas
PAC	Política Agrícola Comum
PDM	Plano Diretor Municipal
PDR	Plano de Desenvolvimento Regional
PNSE	Parque Natural da Serra da Estrela
PNT	Plano Nacional de Turismo
PNUD	Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas
POPNSE	Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela
RNAP	Rede Nacional de Áreas Protegidas
RNET	Registo Nacional de Empreendimentos Turísticos
SDN	Sociedade das Nações
SIFIT	Sistema de Incentivo Financeiro ao Investimento no Turismo
SIIT	Sistema de Incentivos a novos Investimentos de relevância Turística
SNI	Secretariado Nacional de Informação
TER	Turismo em Espaço Rural
TH	Turismo de Habitação
TR	Turismo Rural
UE	União Europeia

Capítulo 1.

Introdução

1.1. Temática e objetivos de investigação

A essência deste trabalho relaciona-se com o turismo em espaços rurais, nomeadamente no Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE), como potenciador do desenvolvimento rural. Neste sentido, o trabalho apoia-se no contributo da análise turística, para a compreensão do fenómeno do turismo em espaços rurais, dos processos aliados ao desenvolvimento rural e aos espaços rurais, tendo em conta as transformações sofridas nos últimos tempos.

Muitos autores defendem enquanto outros criticam, a ideia de que o turismo pode resultar num fator de desenvolvimento nos espaços rurais. Uma reflexão crítica revela-nos que a atividade turística em áreas deprimidas pode constituir uma forma de alternativa ou complemento à atividade agrícola que tem vindo a ter um declínio muito acentuado, mas não ser considerada a solução para todos os problemas que enfrentam.

O panorama dos espaços rurais portugueses tem sido marcado de facto, por processos de perda de população e enfraquecimento a nível económico, social e político, colocando-as em estado de crise, um reflexo da persistência de estruturas agrárias obsoletas, da grande dependência do único setor de atividade, o agrícola, e do “desprezo” político a que foram abandonadas estas áreas, destituídas de políticas de desenvolvimento local e de apoios.

Esta situação “asfixiante” para a população rural leva a que muitos jovens encontrem a saída na migração para os grandes centros do litoral ou mesmo à emigração.

A União Europeia tem encetado algumas ações e medidas para o desenvolvimento rural, com o propósito de aproveitar o potencial que estas áreas rurais oferecem nos diferentes âmbitos, sendo o turismo o setor que surge cada vez mais associado aos planos de desenvolvimento das zonas rurais, por ser entendido como um instrumento privilegiado de desenvolvimento.

1.2. Âmbito da investigação Este trabalho tem por base um conjunto de conhecimentos da análise turística, da sociologia rural e do desenvolvimento rural, como vertentes importantes para a compreensão das questões inerentes ao objeto deste estudo.

A teoria do turismo revela-se fundamental na análise do fenómeno turístico para a compreensão do conceito de turismo, de turismo nos espaços rurais, de turista e da emergência de novas tipologias de turismo, permitindo entender o contexto onde se desenvolvem estas novas práticas e a interação entre os diferentes atores.

O contributo da sociologia rural revela-se importante ao nível da compreensão das transformações sofridas nos espaços rurais e da análise da alteração das suas funções, permitindo compreender o contexto onde se desenvolve o turismo nos espaços rurais.

A teoria do desenvolvimento rural, por sua vez, orienta o entendimento de implementação dos programas e medidas para no espaços rurais, permitindo analisar o papel do turismo neste contexto.

1.3. Organização do trabalho O trabalho está organizado em 4 capítulos, mas pode considerar-se que está dividido em duas partes.

A primeira parte é dedicada à reflexão teórica sobre os principais conceitos em análise, turismo, turismo em espaços rurais, espaços rurais e desenvolvimento rural, com a apresentação dos métodos e técnicas usadas. A segunda parte é dedicada à componente empírica deste estudo, com a proposta de um projeto de arquitetura para eventual construção de uma unidade de alojamento em forma de Hotel Rural *****, em espaço rural integrante do PNSE.

Mais em detalhe, a estrutura da dissertação apresenta-se por capítulo tem o seguinte procedimento metodológico:

O capítulo 1 diz respeito aos aspetos introdutórios e à compreensão dos tópicos de investigação.

O capítulo 2 refere-se à parte conceptual e divide-se em várias secções e estas em subsecções.

O ponto 2.1. aborda a definição de turismo e alguns conceitos relacionados com o turismo, com base na revisão da literatura, dedica também uma abordagem ao turismo sustentável.

Quanto ao ponto 2.2. esta refere-se à análise detalhada do turismo em espaços rurais e da ligação com o conceito de ruralidade, analisando também o desenvolvimento do alojamento turístico em espaços rurais em Portugal com base na apreciação da respetiva legislação, dados estatísticos, estudos e outros documentos, e na literatura.

O ponto 2.3. diz respeito à análise do desenvolvimento rural, apresentando os principais paradigmas e políticas vigentes em Portugal. Reportando-se também ao desenvolvimento sustentável, definindo o conceito e estabelecendo a ligação com a atividade turística, com fundamento na revisão da literatura.

No que concerne ao ponto 2.4. este refere-se à discussão em torno dos espaços rurais e à compreensão das transformações que têm sofrido, do carácter multifuncional e do entendimento destes espaços como lugares destinados ao lazer, tendo por base a revisão da literatura.

O ponto 2.5. relaciona as áreas protegidas com o turismo, examinando o enquadramento legal e o mapa da sua distribuição em Portugal, em particular o caso do PNSE, e a relação com a atividade turística, com fundamento na legislação, dados estatísticos e na literatura.

O ponto 2.6. destaca a apreciação das potencialidades turísticas do PNSE e a relação de exemplos de desenvolvimento local e o turismo, tendo como fundamento estudos, dados estatísticos e literatura.

O capítulo 3 é dedicado à construção de um Hotel Rural ***** no PNSE, introduzindo concretamente o estudo empírico deste trabalho.

No ponto 3.1. faz-se a ligação entre a teoria e o estudo empírico.

O ponto 3.2. centra-se na conceção de uma unidade de alojamento na forma de Hotel Rural ***** construção da amostra e na técnica de recolha de dados e no tratamento da informação.

O ponto 3.3. diz respeito à memória descritiva, quadro sinóptico de áreas e estimativa orçamental respeitante à proposta de construção.

No ponto 3.4. apresenta-se as peças desenhadas da unidade de alojamento proposta.

Por fim, o capítulo 4 relativo às conclusões, onde se apresenta em traços gerais o percurso deste trabalho, aliando os resultados mais relevantes tendo em conta os objetivos.

Capítulo 2. Enquadramento teórico

2.1. O sistema turístico

2.1.1. Evolução do papel do turismo Há milhões de anos que o homem “viaja”, inicialmente como uma necessidade intrínseca à sua sobrevivência, vagueando de lugar em lugar em busca de alimento, ou motivado por fuga a guerras, epidemias ou ainda motivado por questões religiosas. A história do turismo tem vindo a desenhar-se desde a Grécia Antiga aos Romanos, protagonizado essencialmente por um número reduzido da população que reunia determinadas condições sociais e económicas (Burnay, 1997; Cooper et al., 1999).

Contudo, o turismo é um conceito moderno de viagem, tendo na sua génese o objetivo essencialmente educativo, cultural e intelectual, destinado aos jovens aristocratas e elites europeias.

“Tendo pois como berço uma elite extremamente reduzida, o turismo vai crescer intimamente associado ao despontar da civilização industrial ocidental” (Moreira, 1994:17), da qual emergiram transformações importantes, tais como a generalização do direito a férias remuneradas, aumento do rendimento e do tempo livre, desenvolvimento dos transportes e melhoria das condições de acessibilidade, bem como a necessidade de descanso e evasão provocada pela vida agitada das metrópoles (Moreira, 1994; Burnay, 1997; Lickorish e Jenkins, 1997; Kastenholz, 2002).

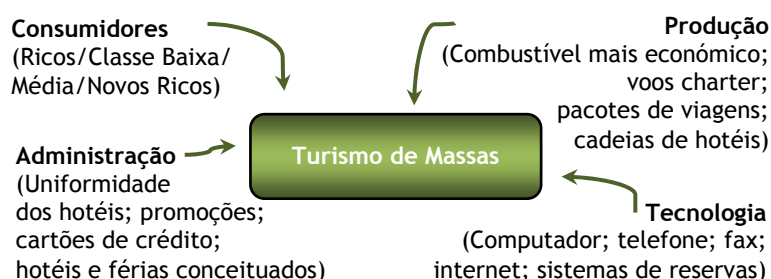
Todas estas mudanças operadas na sociedade contemporânea, levaram a que um maior número de pessoas tivesse acesso a férias, o que se traduziu numa crescente massificação do turismo, em especial nos destinos mais procurados (sol e praia) que se concentravam no Mediterrâneo.

O turismo de massas nasceu à luz de todo um conjunto de fatores favoráveis ao seu crescimento exponencial, definindo-se como “*um turismo coletivo e acessível a uma parte significativa da população dos países industrializados. Um turismo reivindicado, institucionalizado, produzido e de consequências significativas a nível social, cultural, espacial, económico, político e ambiental*” (Joaquim, 1994:13). Surge assim uma nova configuração social, onde o turismo se começou a institucionalizar como um fenómeno coletivo.

Com o desenvolvimento do turismo de massas, nos anos 50 do século XX, o turismo começa a ser analisado como um fenómeno social e não apenas sob a ótica dos efeitos económicos (Santos, 2000).

As principais características do turismo de massas assentam no facto de este ser estandardizado; inflexível; produzido em massa; submetido a técnicas de marketing dirigido a uma clientela indiferenciada e que o consome indiferenciadamente (Figueira, 1998).

Figura 1 - Características do turismo de massas



- Condições Básicas**
- Paz e prosperidade
 - Promoção do turismo por parte do Estado
 - Férias pagas
 - Incentivos para atrair cadeias de hotéis em países em vias de desenvolvimento
 - Regulamentação dos transportes

(Adaptado de Figueira, 1998 e Poon, 1993)

Porém, a massificação e a saturação de alguns destinos turísticos levou o turista a procurar locais distintos que permitem essencialmente o contacto com a natureza, património, cultura e tradição.

Atualmente assiste-se a várias tentativas de “regresso” a um turismo de qualidade, associado a infraestruturas hoteleiras de luxo e a locais com características ambientais únicas. A sociedade atual reinventou o conceito de turista que se assume como um consumidor com critérios de avaliação mais exigentes, devido à experiência de viajar e também em função da quantidade de informação que têm à sua disposição (Ferreira, 1998).

«Pour qui veut écrire sur le tourisme, le plus difficile est de le définir» (Boyer, 1972, citado por Joaquim, 1994 :14).

2.1.2. O conceito de

turismo O facto do turismo se apresentar como um fenómeno composto, transversal a várias dimensões e complexo, tem originado inúmeras tentativas de definição no entanto, pouco consensuais.

Em 1937, a Sociedade das Nações Unidas (SDN)¹ definiu turismo como *“toda a viagem realizada para fora do domicílio habitual por um período superior a 24 horas e inferior a 1 ano, por motivos de lazer”* (Santos, 2000:29).

Posteriormente, na década de quarenta, o economista belga Picard acentua o carácter económico do turismo e entende que a função do turismo consiste essencialmente na *“importação de divisas pelos países. O seu impacte reside no que as despesas do turismo podem realizar para os diferentes setores da economia”* (Joaquim, 1994:16). Nesta definição está patente de forma ainda bastante tímida o efeito multiplicador do turismo.

Em 1942, Walter Hunziker e Kurt Krapf apresentam o conceito de turismo segundo uma perspetiva abrangente, introduzindo o aspeto da complexidade de relações e fenómenos associados com a permanência de estrangeiros numa determinada localidade (Joaquim, 1994).

¹ Sociedade das Nações Unidas (SDN) antecessora da atual ONU (Organização das Nações Unidas)

Mais tarde, Kurt Krapf revê esta conceptualização centrando-se na dupla dimensão que caracteriza o turismo, definindo-o segundo a perspectiva de consumo e de produção.

Na década de setenta, Boyer conceptualiza o turismo como um fenómeno da modernidade, onde as relações entre turismo, cultura, economia e sociedade assumem o papel central (Santos, 2000).

Em 1983, Michaud propõe-nos a definição de turismo da seguinte forma: *“o turismo agrupa o conjunto de atividades de produção e de consumo motivadas pelas deslocações de pelo menos uma noite fora do domicílio habitual, e sendo o motivo de viagem tanto agrado, negócios, a saúde ou a participação numa reunião profissional, desportiva ou religiosa”* (Moreira, 1994:18).

Krippendorff (1989) propõe uma conceptualização do fenómeno turístico, distinguindo quatro vetores de análise que incidem *“no modelo existencial na sociedade industrial, trabalho - casa - lazer - viagem; na fragmentação da vida e das motivações da viagem, na procura essencialmente de um anti-quotidiano; na indústria das férias relacionada com as férias distantes e as experiências desse tipo de viagem; nos efeitos da viagem na sociedade de chegada e nas sociedades de partida dos viajantes”* (Santos, 2000).

Nos anos noventa, Przeclawski apresenta a sua definição de turismo *“como sendo genericamente a soma de fenómenos respeitantes à mobilidade espacial, ligados a uma mudança voluntária e temporária de local, de ritmo de vida, e de ambiente envolvendo contactos pessoais com o ambiente visitado (natural, cultural ou social)”* (Joaquim, 1994:18).

Por fim, a definição de turismo proposta pela Organização Mundial de Turismo (OMT), diz-nos que o turismo compreende *“the activities of persons travelling to and staying in places outside their usual environment for not more than one consecutive year for leisure, business and other purposes”* (WTO, 1993).

A partir desta síntese apresentada sobre a evolução do conceito de turismo, podemos depreender que inicialmente os teóricos incidiram na associação mobilidade - lazer, centrando-se essencialmente nos aspetos económicos que encerra o turismo.

Por outro lado, podemos constatar que o turismo adquiriu um significado cada vez mais relevante, tornando-se num ato evidente de “fuga” ao ritmo do quotidiano da sociedade industrial.

A dificuldade em definir o conceito de turismo e a falta de consenso entre os diferentes autores é uma evidência, sendo este um conceito ainda em construção dadas as diversas amplitudes que engloba.

O turismo pode ser associado a diferentes realidades, tais como indústria, atividade económica e social, movimento de pessoas, viajar para fora da área de residência, entre outras (Malta, 1996). Em suma, podemos considerar que o turismo se apresenta atualmente como um fenómeno omnipresente na sociedade moderna (Kastenholz, 2002), cuja definição é difícil, dado que este apresenta significados distintos para diferentes pessoas, sendo ao mesmo tempo uma atividade humana que inclui comportamento humano, uso de recursos e interação com outras pessoas, ambientes e economias (Bull, 1992).

Perante esta dificuldade e diversidade de definições, o conceito de turismo acaba por se diluir nos seus derivados (turistas, indústria turística, sistema turístico). Com o intuito de garantir a fiabilidade da investigação na área do turismo, um problema complexo dada a existência de uma multiplicidade de conceitos, definições e metodologias, a OMT tem vindo a desenvolver esforços a nível mundial quanto à adoção de um sistema uniforme de definição.

Podem assim distinguir-se duas abordagens, a abordagem técnica e a abordagem conceptual, enquanto duas orientações distintas na análise do conceito de turismo.

Assim, em 1993 a OMT recomendava a definição técnica de turismo como atividade de pessoas durante a sua viagem e estadia num lugar fora da sua residência habitual, por um período contínuo menor que um ano, para lazer, negócios ou outros propósitos (Malta, 1996). Esta abordagem técnica permite a quantificação do volume e do valor do turismo, consubstanciada numa tentativa de uniformização mundial dos conceitos, definições e metodologias (Malta, 1996; Kastenholz, 2002). No entanto, esta proposta de definição torna-se demasiadamente redutora porque só nos permite obter dados mensuráveis das atividades turísticas.

Por sua vez, a abordagem conceptual detém um conteúdo pluridimensional, que procura descrever o que é o turismo e quais as principais funções que desempenha, bem como quais as suas características principais (Malta, 1996; Kastenholz, 2002).

Face à ambivalência do conceito de turismo torna-se inexequível rejeitar uma abordagem em detrimento da outra. A ideia de complementaridade é cada vez mais aceite, de forma a permitir uma melhor operacionalização da investigação empírica na área do turismo e uma maior aproximação dos princípios teóricos aos critérios estatísticos (Malta, 1996).

Atualmente, o turismo é tido como uma atividade económica muito forte que mobiliza milhões de pessoas, e como uma indústria que gera e transaciona um elevado volume de negócios a nível mundial (Costa, 2004), que vive de uma complexidade de dependências e articulações com diferentes setores como a hotelaria, a restauração, os transportes, a agricultura, o lazer e a cultura. Isto porque o turismo *“é um produto composto, resultado de uma cadeia multissetorial complexa e interativa de atividades em que cada participante contribui com uma pequena parcela do produto final”* (Ribeiro, Freitas e Mendes, 2000:330-331).

Em função de todos estes aspetos emerge a necessidade do turismo ser entendido e alicerçado de modo multidisciplinar com base em três aspetos: negócio, indústria e fenómeno científico (Félix, 2001).

Enquanto área do conhecimento, o turismo constitui um campo recente, tendo-se desenvolvido a partir da segunda metade do século XX. Os primeiros esforços de investigação aplicada ao turismo centraram-se na questão da interdisciplinaridade do turismo e na questão do espaço e planeamento, bem como nos aspetos complexos das motivações e dos comportamentos relacionados com o turismo (Cooper, 1992).

Assim, assiste-se hoje à emergência da perspetiva sistémica, em que o sistema do turismo engloba mais do que a perspetiva económica, nomeadamente a perspetiva social, a tecnológica, a política e a ecológica (Kastenholz, 2002).

2.1.3. Turista, O sistema turístico compreende três elementos básicos que desempenham um papel fundamental: o turista, o produto turístico e o destino turístico.

O turista é considerado o protagonista no sistema turístico, onde ocupa um lugar central, já que sem o turista não haveria turismo (Kastenholz, 2002).

No sentido lato, turista pode definir-se como alguém que viaja para locais diferentes do seu local de residência habitual, por um determinado período de tempo, com o objetivo de viver um conjunto de experiências, motivado por determinadas razões ou para satisfazer um determinado tipo de necessidades (Mill e Morrison, 1985; Krippendorf, 1987; Plog, 1991; Kastenholz, 2002).

Tanto a questão da motivação como da necessidade são focos de análise ao nível do comportamento do turista. A motivação implica uma Ação que ocorre no momento em que o indivíduo quer ou precisa satisfazer uma determinada necessidade (Mill e Morrison, 1985). Pode, assim, definir-se motivação como uma espécie de força de ativação que dirige o comportamento no sentido da satisfação de necessidades.

Segundo McIntosh e Goeldner (1990), a motivação do turista prende-se essencialmente com um conjunto de fatores (psicológicos, pessoais, socioculturais, e situacionais)² que resultam de uma combinação de motivos diversos e parcialmente interdependentes.

Neste contexto, segundo alguns autores³, a teoria de Maslow (Hierarquia das Necessidades) pode ser transposta para o turismo. Esta transposição sugere a associação entre motivação e necessidades do turista (ver tabela 1), com base na pirâmide das necessidades desenvolvida por Maslow⁴ (figura 2).

² Kotler et al, (1999), afirmam que estes fatores influenciam a decisão do comportamento do consumidor, que resulta de complexas interações entre estes fatores

³ Mill e Morrison (1985); Kastenholz (2002)

⁴ Ver em Mill e Morrison (1985) e Kastenholz (2002)

Figura 2 - Pirâmide das necessidades de Maslow



Esta hierarquia traduz a ideia de que as necessidades básicas (do foro físico) são as primeiras a serem satisfeitas, sendo as restantes (do foro psicológico) só satisfeitas posteriormente. Esta teoria apresenta-se de certa forma como estática, no sentido em que a passagem de um patamar para outro só seria possível quando a necessidade correspondente a um determinado patamar estivesse completamente satisfeita. Mill e Morrison (1985), tentaram estabelecer uma ligação direta entre necessidades e motivação turística. Assim, elaboraram uma tabela com base em referências na área do turismo sobre necessidade e motivação e na teoria de Maslow, de modo a estabelecer um elo de ligação (tabela 1).

Tabela 1 - Relação entre motivação turística e necessidade com base na teoria de Maslow

Need	Motive	Tourism literature references
Physiological	Relaxation	Escape Relaxation Relief of tension Sunlust Physical Mental relaxation of tension
Safety	Security	Health Recreation Keep oneself active and healthy for the future
Belonging	Love	Family togetherness Enhancement of kinship relationships Companionship Facilitation of social interaction Maintenance of personal ties Interpersonal relations Roots Ethnic Show one's affection for family members Maintain social contacts

Esteem	Achievement Status	Convince oneself of one's achievements Show one's importance to others Prestige Social recognition Ego-enhancement Professional/business Status and prestige
Self-actualization	Be true to one's own nature	Exploration and evaluation of self Self-discovery Satisfaction of inner desires
To know and understand	Knowledge	Cultural Education Wanderlust Interest in foreign areas
Aesthetics	Appreciation of beauty	Environmental Scenery

(Fonte: Mill e Morrison, 1985:7)

A teoria da hierarquia das necessidades de Maslow resulta como um apoio para explicar os principais padrões de motivações e as principais tipologias de turistas.

Por sua vez, Plog (1991) analisou a personalidade do turista segundo as suas necessidades intrínsecas, porque defende que a personalidade deve ser considerada como um aspeto essencial para entender as motivações do turista, sugerindo três tipos distintos de turistas: psicocêntricos, mid-cêntricos e alocêntricos.

Os psicocêntricos são aqueles que preferem viagens de curta distância, destinos muito procurados (turismo de massas) e com boas condições de conforto. Os alocêntricos, por sua vez, são aventureiros, curiosos, preferem destinos exóticos e “desconhecidos”, de forma a poder explorar o autêntico e o único (Plog, 1991).

O produto turístico enquanto elemento do sistema turístico, no sentido lato, pode ser definido como um produto compósito, constituído por um conjunto de produtos e serviços. Por exemplo, umas férias abrangem um conjunto de produtos (o transporte, alojamento, restauração, atracões, informações) ou seja, um leque diversificado de produtos e serviços incluídos num só. Estes componentes são oferecidos por diferentes empresas podendo ser vendidos diretamente ao consumidor ou num pacote (Mill e Morrison, 1985).

Assim, o produto turístico baseia-se essencialmente em serviços, cujas principais características são (Fisk, Grove e John, 2000): a intangibilidade; a variabilidade; a inseparabilidade; a produção e consumo em simultâneo.

Em função das características do produto turístico, este assume para os consumidores uma componente de risco e de “high value for most people, involving relatively high expenditures and is purchased with temporal and spacial distance (...) it is appreciated as a global, idealized experience, in which environmental aspects and *empathy of service providers, local residents and other tourists are fundamental*” (Kastenholz, 2002:14). Ou seja, podemos considerar que o turista quando vai para um destino “leva” sonhos e expectativas, quando regressa “traz” experiências e vivências.

Segundo Middleton e Hawkins (1998) o produto turístico deve ser entendido de duas formas. Enquanto produto global “*which comprises a combination of all the service elements a visitor consumes (...) this product is an idea, an expectation, or a mental construct in the customer’s mind, at the point of sale*”, por outro lado, enquanto produtos específicos “*which are always components of the overall tourism product, such as the particular product offers of attractions, accommodation, transport, and other facilities and services for visitors (...)*” (Middleton e Hawkins, 1998:71).

Nesta ordem de ideias, o produto turístico pode ser entendido como um conjunto de elementos integrados no produto turístico global (tais como transporte, alojamento, restauração, atracões) que proporciona uma experiência complexa baseada em recursos e em serviços que são fundamentais.

Na perspetiva de alguns autores (Ashworth e Voogdt, 1994), o próprio destino pode ser considerado como um produto complexo e espacial. Contudo, a definição do conceito de destino turístico é algo complexa porque também neste campo não existe uma definição consensual e universal. Segundo Middleton e Hawkins (1998), pode definir-se como destino turístico algo que inclua “*coastal, lake or mountain resorts, and cities, historic towns or geographical areas such as national parks*.”

Some destinations are enclosed resorts, such as Disneyland Paris, but the great majority combine residents and a range of economic activities within their boundaries as well as tourism business and visitors” (Middleton e Hawkins, 1998:82).

Este conceito é considerado uma unidade fundamental de análise turística e ao mesmo tempo constitui um elemento central no desenvolvimento de produtos turísticos.

A questão do entendimento do que é um destino, os seus elementos constitutivos e o papel que desempenha na atividade turística, constitui um aspeto importante na área do marketing turístico.

Existem vários tipos de destinos, desde destinos a nível local até supra nacional. O destino turístico local pode ser definido como *“a physical space in which a visitor spends at least one overnight”* (Jafari, 2000).

Frequentemente, os destinos turísticos são entendidos como áreas geográficas, no entanto crescentemente tem-se vindo a reconhecer que um destino pode também ser um conceito baseado na perceção, que pode ser interpretado de forma subjetiva pelos consumidores, dependendo da sua base cultural (background), do tipo de viagem, do propósito da viagem, do nível de formação / educação do turista e também das suas experiências passadas (Iliachenko, 2003).

De forma geral, os destinos são divididos artificialmente pelos limites físicos e políticos, que se tornam redutores na medida em que não se toma em consideração as preferências dos consumidores ou as funções da indústria turística. Segundo Buhalis, *“destinations are amalgams of tourism products offering an integrated experience to the consumers”* (Buhalis, 2000:97).

Com efeito, um destino turístico pode ser definido pelas entidades públicas e administrativas, ou através da perceção dos turistas quanto àquilo que podem visitar e fazer (Middleton e Hawkins, 1998; Kastenholtz, 2002). Os turistas são influenciados por diferentes estímulos, mas particularmente pela imagem do destino e pela promoção que é dirigida ao mercado, pelo acolhimento dos residentes e pela perceção tida do lugar.

2.1.4. Turismo sustentável A preocupação com as questões ambientais conheceu um novo impulso nos anos oitenta do século XX, facto que se deveu acima de tudo ao Relatório Brundtland e à Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento, impulso este que foi posteriormente reconhecido na Conferência do Rio e com a consequente adoção da Agenda 21 (Pigram e Wahab, 1997).

Foi proferido pela primeira vez o termo “desenvolvimento sustentável”, há mais de trinta anos, para qualificar o modelo de desenvolvimento considerado como mais eficaz e desejável (JOUE, 2004)⁵. A Conferência do Rio em 1992, veio consagrar esta visão do desenvolvimento passando desde então a ser aceite por toda a comunidade, pese embora uma certa ambiguidade na formulação teórica. Resumindo, a definição clássica de desenvolvimento sustentável assenta no pressuposto de que é necessário satisfazer as necessidades presentes sem colocar em causa as gerações futuras.

Paralelamente ao facto do desenvolvimento sustentável se afirmar como o paradigma “angular” nos anos noventa do século XX, originou certas controversas face ao seu carácter vago e ambíguo, carente de uma definição consensual (Fyall e Garrod, 1997).

Progressivamente a questão da sustentabilidade e do ambiente têm vindo a assumir uma grande importância no que diz respeito ao turismo. A perceção de que o turismo se tinha transformado num consumidor voraz de recursos naturais, levou a que se reavaliasse a relação entre turismo e ambiente, significando assim o desenvolvimento sustentável um desafio para a indústria turística (Fyall e Garrod, 1997).

Com efeito, desde a Conferência do Rio que a pressão sobre a indústria turística aumentou, porque é considerada como um dos principais responsáveis pelo consumo de recursos (dos quais depende e que são a sua matéria-prima) e causadora de impactos negativos nos destinos, ao nível ambiental, social, cultural e económico (Slee e Snowdon, 1997). Face a esta problemática, emerge a necessidade em encontrar formas alternativas de desenvolver a atividade turística e de esta ser perspectivada segundo os princípios da sustentabilidade.

⁵ Abreviatura de Jornal Oficial da União Europeia

No contexto do turismo, a sustentabilidade enfatiza a necessidade em usar e desenvolver recursos que não sirvam apenas o propósito de atrair e agradar os turistas, mas que requerem também a sua preservação (Tisdell e Roy, 1998). A sustentabilidade na área do turismo implica uma nova aproximação ao planeamento, que incorpora uma dimensão ecológica pró-ativa porque inclui dois aspetos importantes: a gestão e o planeamento (Pigram e Wahab, 1997), pressupondo o desenvolvimento de um “turismo responsável ou alternativo”⁶ (Joaquim, 1994; Burnay, 1997). Este tipo de turismo deveria manter as principais componentes da oferta (equipamentos; infraestruturas; acessibilidades; recursos naturais e culturais; atrações; alojamento; serviços), bem como da procura, com especial atenção para a questão do planeamento. A conceptualização do turismo sustentável remete-nos para uma espécie de resposta ao turismo de massas, bem como para a abordagem da questão da procura e motivação, que tem sofrido transformações.

A mudança nos padrões de procura dos turistas está associada a um conjunto de fatores, que favoreceram práticas alternativas que privilegiam a “localidade”, o contacto direto com a natureza e a comunidade, a tradição, o autêntico, o diferente (Brito, 2003). Esta questão centra-se na emergência de novas formas de turismo, que segundo Brito *“são o reflexo de uma preocupação crescente com as alterações ambientais provocadas por um vasto conjunto de fatores mas, em particular e de forma direta, pelas formas massificadas de viajar”* (Brito, 2003:5).

Por sua vez, Davidson (1992) refere que os impactos provocados pelo turismo de massas explicam apenas parcialmente a mudança nas motivações dos turistas. Existem também outros fatores determinantes dessa mudança, associados essencialmente com as preocupações ecológicas, com a saúde, aumento das férias repartidas, férias mais independentes.

⁶ Turismo responsável ou alternativo é uma designação muito utilizada no sentido de ser entendido como o modelo sucessor e alternativo do turismo de massas (Wheeler, 1991 citado por Joaquim, 1994)

“As Novas Formas de Turismo” (Brito, 2003) consistem essencialmente em novas tipologias de turismo, cujo denominador comum assenta numa forma de viajar diferente e no modo como o turista se relaciona com o meio. Uma das propostas relativas às novas formas de turismo, apresentada por Davidson (1992), foca o Turismo Verde (turismo alternativo; turismo responsável; turismo discreto; ecoturismo; turismo sustentável e turismo suave), que está muito associada ao conceito de “new tourist” (novo turista) apresentado por Krippendorf (1989), segundo o qual emerge a partir de fatores como “*the humanization of work and daily life, better education and higher sensibility towards environment and culture*” (Kastenholz, 2002:23). Esta perspetiva do novo turista deve-se a mudanças na sociedade e ao nível de valores, atribuindo-se maior importância a práticas de ócio / lazer mais responsáveis como uma forma de bem-estar ou de qualidade de vida.

Segundo alguns autores, o novo turista representa um novo segmento de turistas na procura de um conceito de turismo diferente, pautado por parâmetros de qualidade, baixa densidade, à conjugação aos recursos naturais, culturais e às tradições, representando simultaneamente um segmento de mercado em crescimento (Partidário, 2003). O exemplo desta nova proposta permitiu uma evolução na prática turística, porque possibilitou a entrada em cena de destinos com características diferentes daqueles que existiam, passando a valorizar-se o individual e o personalizado em detrimento do massificado e do padronizado. Ao mesmo tempo, procurou-se promover uma nova conceção de turismo assente nos princípios da sustentabilidade equacionados com a vertente económica, social, cultural e ambiental, em detrimento da valorização excessiva dos objetivos económicos (Brito, 2003).

Na Conferência de Bali em 1993, sob o tema “Trends and Challenges in Tourism - beyond the year 2000”, foram debatidos diversos assuntos relacionados com o turismo, com destaque para a questão ambiental e os impactos sociais produzidos, fruto de uma cada vez maior pressão da comunidade em se criar formas sustentáveis de turismo.

Face aos sinais existentes, admitiu-se que o elemento chave do sucesso do turismo no futuro reside na capacidade e boa vontade da indústria turística reconhecer a mudança e usá-la como vantagem para alcançar o crescimento sustentável a longo prazo (Pigram e Wahab, 1997).

A noção de turismo sustentável tem a sua origem no conceito de desenvolvimento sustentável definido no Relatório de Brundtland, que desde então foi adotada pelas Nações Unidas, governos e organizações não-governamentais de turismo (Butcher, 1997). Segundo a Carta de Turismo Sustentado (1995), a definição de turismo sustentável passa indubitavelmente por três vetores principais: o ambiente, o social e o económico, reportando-se a um modelo de desenvolvimento e não a um tipo de turismo propriamente dito. Resulta num modelo tripartido em que se alia à rentabilidade económica, a preservação da biodiversidade e a equidade social, ou seja, a distribuição da riqueza. Este tipo de turismo abrange todos os tipos de turismo (rural, aventura, cultural, balnear, etc), isto é, resulta num modelo de desenvolvimento multifacetado que pretende ser em paralelo um instrumento de ordenamento do território e de fixação de população (Joaquim, 2003).

Deste modo, o turismo sustentável tem como preocupação central a conservação do ambiente a longo prazo, bem como sensibilizar a população local e os visitantes para o conhecimento das questões relacionadas com a conservação, o património cultural e a estrutura social. Pressupõe em paralelo a satisfação dos visitantes e o melhoramento dos níveis de vida da população local, tal como a criação de emprego e riqueza (efeito multiplicador) que permite o benefício da economia local (Joaquim, 1994; Burnay, 1997; Brito, 2003).

Segundo Nitsch e Straaten (1995) o turismo só recentemente é considerado uma ameaça para o ambiente, porque se estabeleceu uma relação estreita entre turismo e a qualidade do ambiente, resultante de políticas económicas e ambientais encetadas por diversos governos. Por outro lado, o turismo é frequentemente apresentado como a solução mais viável para revitalizar economias periféricas.

O setor turístico é considerado atualmente um dos setores que move avultados investimentos, mobiliza milhões de pessoas em todo o mundo, utiliza recursos naturais (dos quais depende), que conheceu um rápido crescimento e é um poderoso vetor de relações económicas, sociais e interculturais, a questão da sustentabilidade emergiu em virtude dos impactos deste setor produzidos nos destinos (Mill e Morrison, 1985; Inskip, 1991). A atividade turística provoca alguns constrangimentos ao nível ambiental na medida em que manipula e modifica o ambiente para atingir os seus objetivos, contribuindo para a degradação ambiental. Ou seja o turismo “vende” o ambiente físico e humano sob a forma de produto ou serviço (Figueira, 2000).

Nesta perspetiva, o ambiente é aqui considerado como um elemento socioeconómico e cultural, bem como um elemento biofísico que representa em paralelo um recurso e uma oportunidade para o turismo, tal como resulta num constrangimento para o seu desenvolvimento. Pigram e Wahab (1997) citam a Conferência “Global Opportunities for Business and the Environment”, como um passo importante ao se considerar o desenvolvimento sustentável vantajoso porque resulta num instrumento privilegiado para gerir os problemas do turismo moderno.

Dois documentos importantes foram produzidos na área do turismo no que concerne à questão do turismo sustentável e à sua definição: a Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo e o Código Mundial de Ética do Turismo. A Agenda 21 consagrada na Conferência do Rio em 1992, tem como uma das principais prioridades a conservação ambiental e a promoção na indústria de mecanismos próprios de regulação, de modo a impedir a degradação ambiental (Keating, 1993). A divulgação da Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo em 1996, tem como base de inspiração a Agenda 21 aprovada na Conferência do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Fraga, 2003).

A definição de turismo sustentável proposta na Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo, consubstancia-se essencialmente em conhecer as necessidades presentes dos turistas e da comunidade recetora (destino), de forma a prover uma gestão equilibrada dos recursos de modo a que as necessidades económicas, sociais e estéticas sejam satisfeitas, mantendo ao mesmo tempo a integridade cultural, a diversidade biológica e os sistemas de suporte da vida (Figueira, 2000). As recomendações extraídas apontam áreas prioritárias para o desenvolvimento de programas e procedimentos para a implementação do turismo sustentável. Estas orientações tanto promovem o turismo sustentável ao nível público como privado. As linhas mestras deste documento assentam na educação e formação no sentido de desenvolver formas mais sustentáveis de turismo, na necessidade do planeamento para o turismo sustentável e fomento à participação de todos os setores da sociedade (Fraga, 2003).

Posteriormente, foi elaborado pela OMT, o Código Mundial de Ética do Turismo aprovado em 1999, na Assembleia Geral da OMT. Este documento foi buscar inspiração a outros documentos anteriores, tais como a Declaração dos Direitos do Homem, a Declaração de Manila e a Declaração do Rio (WTO, 2004). Este código constitui uma referência para o desenvolvimento racional e sustentável do turismo de modo a salvaguardar o futuro da atividade turística. Neste documento estão também expressas preocupações com os valores sociais, culturais, políticos, económicos e ambientais do turismo (Fraga, 2003; WTO, 2004). Um dos princípios mais relevantes que pauta o Código Mundial de Ética do Turismo, diz respeito ao turismo enquanto fator de desenvolvimento sustentável. Este princípio menciona o facto de todos os atores envolvidos no processo do desenvolvimento turístico devem ter em conta a proteção dos recursos naturais, na perspetiva de um crescimento económico sadio e sustentável, capaz de satisfazer equitativamente as necessidades e as aspirações das gerações presentes e futuras (WTO, 2004 - Global Codes of Ethics for Tourism - <http://www.world-tourism.org>).

No entanto, a OMT procedeu a uma revisão do conceito de turismo sustentável muito recentemente aquando da reunião do Comité de Desenvolvimento Sustentável do Turismo, na Tailândia em março de 2004. A origem desta revisão tem por base os resultados extraídos da Conferência de Joanesburgo em 2002, sobre Desenvolvimento Sustentável (WTO, 2004). Esta nova conceptualização dá ênfase aos aspetos económicos, sociais, culturais e ambientais do desenvolvimento do turismo, bem como ao equilíbrio entre estes três aspetos para garantir a sustentabilidade a longo prazo.

A OMT considera que o desenvolvimento do turismo sustentável e as práticas de gestão sustentável são aplicáveis a todas as formas de turismo e em todos os tipos de destino (incluindo o turismo de massas). Assim, o turismo sustentável deve seguir os seguintes princípios:

- Respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades de destino;
- Assegurar atividades económicas viáveis a longo prazo, de modo a beneficiar todos os agentes envolvidos e a promover condições socioeconómicas estáveis;
- Promover um uso ótimo dos recursos naturais (essenciais ao desenvolvimento turístico) de forma a manter a diversidade biológica e a conservar os recursos naturais (WTO, 2004).

A OMT acrescenta ainda que o desenvolvimento sustentável do turismo para além de “exigir” a participação de todos os agentes envolvidos, deve ter uma liderança política eficaz e forte para proporcionar a colaboração e o consenso. Por outro lado, o turismo sustentável enquanto um processo contínuo que requer um acompanhamento constante, no que diz respeito aos impactos produzidos, deve representar para os turistas uma experiência importante e um modo de os sensibilizar para os problemas inerentes à sustentabilidade (WTO, 2004).

Assim, segundo Burnay (1997:74) e mantendo a atualidade da definição, turismo sustentável pode definir-se como *“todas as formas de desenvolvimento turístico, planeamento e atividades que mantenham a integridade social e económica das populações, bem como, a perenidade do património natural, construído e cultural”*. Este conceito tem como objetivo central assegurar a prática turística e conhecer as necessidades presentes e futuras da população do local de destino (WTO, 1996).

No entanto, apesar da rápida adoção dos princípios inerentes ao desenvolvimento sustentável do turismo, da produção de várias ações e conferências sobre o tema, do “boom” de publicações sobre este tópico, a realidade revela que o desenvolvimento de práticas sustentáveis escasseia (Butler, 1998). Esta problemática prende-se com o facto do conceito de desenvolvimento sustentável ser um conceito holístico que integra aspetos económicos, políticos, culturais, sociais e ambientais (Middleton e Hawkins, 1998) característica delimitadora da aplicabilidade e desenvolvimento deste conceito de um modo mais consensual. Contudo, falar de sustentabilidade na área do turismo como uma forma de desenvolvimento sustentável independente de outras atividades e processos resulta num equívoco, porque o sistema turístico deve ser entendido como um todo e não como uma parte e como um setor dependente de outros setores. Segundo Butler, *“tourism like any single sector of economy, or any single region, cannot achieve sustainability in the sense in which the term has become defined, and so sustainable tourism becomes a misnomer”* (Butler, 1998:31).

Por outro lado, este autor aponta outro aspeto que nos leva a refletir, nomeadamente o facto de atualmente ser impossível conhecer as necessidades e preferências das gerações futuras, nas quais o desenvolvimento sustentável se deveria basear. Isto também se aplica no caso do turismo referindo que *“tourism and tourism forecasts have never been based on needs, either of current or future generations”* (Butler, 1998:32).

2.2. Turismo em espaço rural

2.2.1. O que é o turismo em espaço rural

Neste capítulo pretendemos abordar a temática do turismo em espaços rurais ou turismo rural, focando o alojamento turístico como um (sub) produto. Em nosso entender, a nível conceptual estes dois conceitos tocam-se e podem mesmo ser sinónimos, contudo para evitar confusões com a designação turismo rural, entendida também como uma tipologia de alojamento específico do TER, optámos por utilizar a terminologia turismo em espaço rural por resultar num conceito abrangente e lato.

Propomo-nos também refletir sobre a importância do alojamento turístico, no sentido em que se encontra relacionado com o turismo nos espaços rurais, entendido como um (sub) produto essencial para a existência do turismo em espaços rurais.

A abundância de definições de turismo em espaços rurais leva-nos ao encontro de certos pontos comuns, que nos permite traçar uma definição assente no facto do turismo em espaços rurais consistir numa atividade complexa e com características próprias, cujo objetivo principal é oferecer aos visitantes a possibilidade de (re) viver as práticas, as tradições e os valores das comunidades rurais, podendo beneficiar de um serviço de hospedagem personalizado (Pinto, 2004). De modo geral, o turismo em espaços rurais é entendido como todas as atividades turísticas que ocorrem em espaços rurais (Kastenholz, 2002). Em conexão com o próprio turismo em espaços rurais estão outras tipologias, tais como o turismo de natureza, o cultural, o ecoturismo, o enoturismo, entre outras. Esta ligação torna-se evidente no sentido em que os espaços rurais constituem o cenário por excelência destas tipologias de turismo, evidenciando-se cada vez mais os pequenos museus locais, ecomuseus, as rotas temáticas subordinadas aos mais variados temas (azeite, vinho, pão, seda, linho), os percursos históricos, as feiras e festivais, a gastronomia, a prática de desportos de aventura e natureza (Simões, Cristóvão e Burnay, 2003), visando de certo modo a oferta integrada de produtos e serviços muito abrangentes, onde se tocam diferentes tipologias de turismo no mesmo espaço.

À medida que o tempo de lazer foi aumentando, nomeadamente na Europa, foi-se instituindo o hábito de gozar férias ao longo do ano, com mais frequência e por pequenos períodos. Isto permitiu que o mercado do turismo se tornasse mais fragmentado e que o consumidor estivesse expectante quanto a novos serviços oferecidos. Com efeito, paralelamente ao crescimento da procura turística, verificaram-se também mudanças nos seus padrões.

Associado ao crescimento do turismo estão fatores, tais como o crescimento demográfico; o progresso técnico que permitiu maior facilidade de deslocação; melhoria do nível de instrução; modificação das estruturas profissionais; grande concentração urbana e aumento da esperança média de vida (Neto, 1985) que deu origem ao turismo de massas que tem vindo a vingar e imperar desde a segunda metade do século XX.

Porém, gradualmente o turismo de massas tem vindo a perder peso nas opções dos turistas. Este declínio tem como origem uma nova tendência em procurar outras formas de turismo designadas de “turismo alternativo” (Cavaco, 1995) expressão que denota uma oposição ao turismo de massas. Esta tendência está também associada à emergência daqueles que procuram a novidade e a aventura, movidos muitas vezes pela curiosidade, a que Plog (1974) apelidou de “alocêntricos” (Kastenholtz, 2002). Os alocêntricos definem-se essencialmente como turistas em busca de experiências novas e únicas, movidos pela curiosidade em descobrir locais diferentes, são aventureiros e muito ativos, gostam de contactar com pessoas de culturas diferentes, preferem locais pouco conhecidos e são detentores de um rendimento que lhes permite viajar com frequência (Plog, 1991).

Entre as formas de turismo alternativo foi englobado o turismo em espaços rurais, designação que evoca as características do cenário onde se desenvolve. Esta procura pelo espaço rural como um local para descanso é cada vez maior, numa sociedade altamente industrializada que vive num ritmo frenético, em espaços congestionados, poluídos, distantes da natureza e ávida por consumir. Por oposição aos espaços rurais caracterizados por deterem um capital de recursos naturais e culturais únicos, apelativos ao sossego, calma e tranquilidade, locais conotados com a ideia de que o “tempo não passa”.

O conceito de “espaço rural” associa-se atualmente a todo um conjunto de espaços que incluem não só o campo mas também espaços marcados pela indústria e serviços diversificados, abandonando-se assim a ideia, quase que um dogma, do conceito entendido enquanto dicotomia campo / cidade (Cavaco, 1995b).

Segundo Figueiredo (2003a) a importância dos espaços rurais nas sociedades contemporâneas é evidente através da sua (re) descoberta como espaços guardiães da tradição e memórias e como espaços - reserva da qualidade ambiental.

A definição de turismo em espaços rurais é bastante ampla, de um ponto de vista pressupõe qualquer atividade turística praticada no espaço rural, de outro ponto de vista, está associado a um determinado tipo de alojamento ou de motivação e atividades (Leal, 2001; Kastenholz, 2002). No entanto, não existe uma definição consensual o que gerou a produção de diferentes abordagens. O conceito de turismo rural apresenta assim diferentes contornos e reveste-se de diferentes situações, sendo importante explorar as diferentes manifestações possíveis. A seguinte tipologia baseada em Berger (1975) incide fundamentalmente em quatro formas de turismo em espaços rurais com base na permanência do turista no meio rural e nos tipos de alojamento utilizados.

Quadro 1 - Tipologias de TER baseadas em Berger

Turismo de passagem	Forma de transição entre a recreação e o turismo, dado que as estadias não são superiores a 24 horas (não mobiliza estruturas de alojamento). Apesar de representar uma forma “primitiva” de turismo rural, justifica-se a sua análise devido à probabilidade de induzir outras mobilizações mais importantes para o meio rural. ⁷
Turismo familiar	Forma mais comum de permanência prolongada no meio rural, associada a uma população economicamente desfavorecida, conhecida como “férias na terra” em Portugal. Importante papel como indutor de efeitos económicos importantes.

⁷ Esta tipologia é discutível no sentido em que é questionável se pode ser considerada turismo, tendo em conta o conceito de turismo vigente

Turismo residencial	Apresenta um caráter difuso que se traduz num acréscimo de dinamismo na vida económica e social da comunidade, ocorrendo de uma forma gradual, integrada e equilibrada.
Turismo de massas	Associado ao litoral, às cidades e ao binómio “sol e praia”, só pontualmente afetar o meio rural.

(Adaptado de Moreira, 1994 e Kastenholtz, 2002, com base em Berger, 1975)

Apesar da relevância desta tipologia esta não é de modo algum completa, na medida em que se centra exclusivamente nas movimentações dos turistas e na oferta turística, subordinando aspetos tais como a motivação associada ao turismo rural e as atividades inerentes (Kastenholtz, 2002).

Uma outra abordagem de turismo nos espaços rurais centra-se nos principais tipos, funções e implicações sociais e espaciais, sugerindo uma tipologia com base na classificação dos produtos subjacentes a este tipo de turismo, descritos no seguinte quadro:

Quadro 2 - Tipologias de TER com base na classificação dos produtos

Produtos integrados: Parques temáticos, clubes, zonas de lazer delimitadas (ex: zonas de caça)
Produtos da periferia urbana: “ <i>Subúrbios de lazer</i> ”, produtos de “ <i>natureza e descoberta</i> ”, produtos de “ <i>desporto-relaxe</i> ”
Produtos relacionados com Natureza e Desporto: Caça e pesca, atividades pedestres, parques naturais
Produtos relacionados com Cultura e Tradição: Museus, festivais, património

(Adaptado de Kastenholtz, 2002, com base em Clary, 1993)

Com efeito, esta abordagem distingue as manifestações turísticas em função da distância à cidade, revelando que quanto mais próxima estiver da cidade maior importância têm as funções recreativas, por outro lado, quanto mais afastada da cidade menor é a influência que esta exerce (Kastenholtz, 2002).

Por sua vez, Keane (1992) sugere uma outra abordagem que distingue agro-turismo (baseado nas atividades agrícolas) de turismo rural (referente a todas as formas de turismo que têm lugar nos espaços rurais) e de turismo rural comunitário (o turismo desenvolve-se de modo integrado e coordenado a um nível local), defendendo este último como o mais adequado de forma a maximizar os benefícios a longo prazo no local (Kastenholz, 2002).

Outros autores defendem a distinção entre **turismo em espaços rurais** (todo o tipo de turismo em espaços rurais) e **turismo rural** (engloba a cultura rural como parte do produto, integrado num ambiente físico e humano rural, que participe do modo de vida rural e que privilegie um contacto personalizado) (Kastenholz, 2002).

Segundo Lane (1994) o turismo nos espaços rurais deve assentar em critérios tais como estar localizado nos espaços rurais, ser funcionalmente rural, de pequena escala, de carácter tradicional, com um crescimento gradual e controlado pela população local.

Outra perspetiva defendida por Burton (1995) sugere que o turismo nos espaços rurais deve ser classificado de acordo com o tipo de atividade e recursos rurais, com o tipo de turistas, com a localização e tipo de alojamento e com o volume de mercado (Kastenholz, 2002).

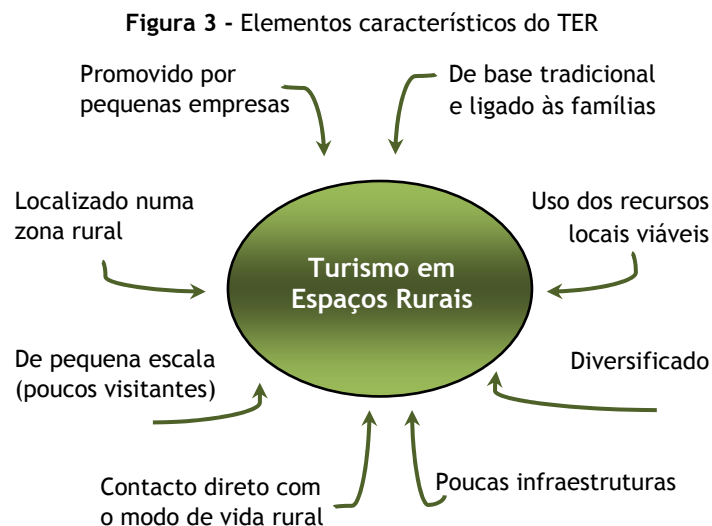
Diferentes perspetivas revelam que a agricultura e atividades relacionadas constituem a base do turismo nos espaços rurais, que deve estar localizado em zonas rurais, de pequena dimensão e personalizado, dirigido a um tipo de turista que procura a calma, o repouso, o autêntico, o tradicional e a natureza. Assim, dentro do TER podem enquadrar-se várias modalidades das quais destacamos: a caça e pesca; férias numa quinta; passeios a cavalo e de bicicleta; aventura; turismo étnico; turismo de natureza; turismo cultural, entre outras (Leal, 2001).

Focar apenas o aspeto do alojamento é estar a negligenciar as outras vertentes que encerra o turismo, contudo é um aspeto a salientar dado que o alojamento é tido como uma pré-condição do turismo. Segundo Cunha (2001) não é possível estruturar qualquer destino turístico sem alojamento, na medida em que este é a base dos próprios destinos turísticos, representando o alojamento um meio de fruição das atrações do destino.

Alojamento turístico é definido segundo a OMT e o EUROSTAT, “*como sendo toda a instalação que, de modo regular ou ocasional, fornece dormidas ou estadas aos turistas*” (Cunha, 2001:196).

Segundo alguns autores o TER deverá possuir determinadas condições. Cavaco (1999a) sugere que em primeiro lugar deverá destinar-se essencialmente a pequenos grupos, de modo a que se possa proporcionar um tratamento personalizado, e que os visitantes possam participar nas atividades, costumes e modo de vida rural, de forma a vivenciar um quotidiano autêntico da vida rural. Estando subjacente ao TER o gosto pela natureza, o contacto direto com o meio rural, cujo principal objetivo deste tipo de turismo consiste em proporcionar o descanso.

Desta forma, podemos considerar que o TER se estrutura nos seguintes pressupostos: deve cingir-se a uma zona rural; ser promovido por pequenas empresas; deve ser de pequena escala; ser tradicional e estar ligado às famílias locais; deverá contribuir para a manutenção das características rurais da região e utilizar recursos locais, bem como, apresentar diferentes alternativas ou opções que correspondam à diversidade do meio ambiente envolvente, da economia e da história local (Cavaco, 1995b; Leal, 2001).



Fonte: Elaboração própria com base em Leal, 2001

A importância do TER é atualmente reconhecida pela União Europeia (UE), nomeadamente devido à expressão económica e social que atingiu em países como Espanha, França, Itália, Grécia e Portugal.

O Tratado de Roma (1957) e a Política Agrícola Comum (PAC) deram contributos importantes quanto a esta temática, porém na realidade o TER só conheceu um impulso importante aquando no Tratado de Maastricht em 1992. A partir de então, tornou-se parte integrante das políticas de planeamento da União Europeia, devendo-se sobretudo ao facto de ser reconhecido como uma atividade económica importante, geradora de avultados rendimentos e emprego (Jenkins, Hall e Troughton, 1998).

Assim, crescentemente o TER no seio da União Europeia, é tido como um motor de desenvolvimento regional, em que muitos projetos ligados ao turismo beneficiaram de apoios estruturais da UE, entre os quais salientamos o FEDER (Fonds Européen de Développement Régional) e alguns Quadros Comunitários de Apoio.

Em 1991 a Comissão Europeia criou a iniciativa LEADER (Liason Entre Actions de Développement de L'Économie Rurale) no âmbito dos fundos estruturais, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento das zonas rurais, ou seja consiste essencialmente numa estratégia adotada para promover o desenvolvimento rural.

“Apart from the structural problems that are recognisable in the countryside in many parts of the world, the weakening of many rural European areas is marked by the profound changes in which rural Europe has been engaged for several decades (...) however new opportunities, including rural tourism, increased demand for local products, demands for improved quality of life by retirees (...) as LEADER acknowledges, the drive among government administrations and the various operators to promote rural tourism is undoubtedly a response to economic crisis” (Jenkins, Hall e Troughton, 1998).

O turismo em espaços rurais é atualmente um ramo económico e social em crescimento, cujo desenvolvimento deve ser prospetivado segundo o lado da oferta e o lado da procura. Do lado da oferta, dadas as características do próprio TER pode resultar num contributo relevante para o desenvolvimento de algumas áreas rurais, se planeado tendo em conta os critérios da sustentabilidade.

Na medida em que o êxodo rural registado conduziu a um atraso económico, social e cultural, impõe-se a necessidade de revitalizar e tirar partido dos recursos naturais, transformando-os em atividades económicas viáveis, competitivas, atrativas e que representem uma alternativa (Leal, 2001). Por sua vez, do lado da procura, o TER tem registado um aumento assinalável. Este novo padrão de procura deve-se às motivações subjacentes à procura deste tipo de produto, entre os quais destacamos a representação do rural que perdura no imaginário das pessoas (Kastenholz, 2002), esta imagem do rural identifica-o com o autêntico e o tradicional (Dewailly, 1998). Por outro lado, a necessidade do contacto com a natureza, por parte da população que habita nos grandes centros urbanos, o interesse em experimentar e descobrir coisas novas, impulsiona as pessoas a visitar o meio rural. Para muitos pode também representar uma espécie de “regresso ao passado” (Kastenholz, 2002).

A Comissão Europeia adotou a designação “rural tourism” (turismo rural) para definir todas as atividades turísticas que se desenrolem nos espaços rurais (Kastenholz, 2002).

Por sua vez, a Organização de Cooperação Económica e de Desenvolvimento (OCDE) indicou como fatores estimuladores da procura do TER, o maior interesse pelas questões do património, desporto, aventura e recreio, mais tempo livre disponível, consciência ambiental e de saúde e melhoramento dos transportes e infraestruturas (Kastenholz, 2002).

Assim, podemos ter em conta os seguintes aspetos positivos⁸ no crescente desenvolvimento do turismo em espaços rurais:

- Maior interesse no património e tradição;
- Aumento do tempo de férias;
- Progresso tecnológico dos transportes e comunicações;
- Maior nível de educação e formação;
- Procura de férias saudáveis;

⁸ Adaptado de Leal, 2001; Kastenholz, 2002; OCDE, 1994

- Procura do turismo rural por pessoas mais velhas mas ainda ativas;
- Gosto por viagens de aventura e de descobrimento;
- Maior interesse pela ecologia;
- Mercado do “individualismo” em crescimento em detrimento do turismo de massas.

Todos estes aspetos em conjunto poderão contribuir favoravelmente para o desenvolvimento rural, face à crise instalada dos sistemas agrícolas e das sociedades rurais. O TER poderá assim proporcionar rendimentos complementares que permitam à população local enfrentar a crise agrícola, podendo também contribuir para a diversificação das atividades económicas e para o aumento da competitividade do território, de forma a promover a construção de equipamento e infraestruturas importantes para a população local e para os turistas, promovendo o equilíbrio entre os sistemas ecológicos, sociais, económicos e culturais numa perspetiva de desenvolvimento sustentável.

Em síntese, o TER resulta de vários fatores positivos que têm encetado um contributo importante para o desenvolvimento rural. Assim, podemos considerar que o TER pode ser um importante gerador de rendimento, dinamizador de trocas entre o meio rural e urbano, promotor de infraestruturas e um multiplicador de investimentos diretos (Leal, 2001).

Para além dos aspetos favoráveis ao desenvolvimento do TER, também existem alguns fatores condicionantes do seu desenvolvimento que dizem respeito à falta de transportes e acessibilidades, limitando um acesso rápido aos espaços rurais, a ausência de serviços e de formação adaptados à especificidade deste tipo de turismo, a inexistência de uma planificação e a ausência de uma divulgação estruturada (Leal, 2001).

2.2.2. O contexto do turismo em espaços rurais

Ao longo do século XX, o turismo conheceu um grande desenvolvimento e incremento, principalmente a partir da segunda metade, registando um crescimento excepcional como fenómeno social e como fator de desenvolvimento económico nas áreas destino, fazendo-se sentir em termos de “produto e de valor acrescentado” (Cavaco, 1995a:359).

A procura turística concentrou-se essencialmente em áreas que detinham e disponibilizavam uma grande oferta de equipamentos e infraestruturas, como por exemplo, a zona balnear do mediterrâneo e as grandes urbes europeias detentoras de um património histórico e cultural ímpar. Como consequência esta grande concentração de turistas originou alguns efeitos negativos, tanto nos próprios turistas como nos residentes locais das zonas de acolhimento.

Perante esta uniformização dos destinos e grande concentração, próprio de uma sociedade extremamente consumista, houve por parte de outros turistas a necessidade em procurar destinos alternativos. *“São relativamente comuns as procuras dirigidas aos espaços naturais (parques e reservas) e aos sítios protegidos, às vilas e aldeias de regiões periféricas e isoladas, (...), e também aos espaços rurais, com as paisagens, os seus campos e gados, os seus lugarejos e aldeias, as suas culturas e tradições (...)”* (Cavaco, 1995a:360).

O turismo em espaços rurais recobre um conjunto diversificado de atividades turísticas, apresentando contrastes entre os diferentes países europeus o que está intimamente relacionado com os diferentes conceitos de rural.

Podemos considerar que o berço do TER foi em França, tendo como pano de fundo a “Société de Maisons Rustiques” fundada em 1898, com o propósito de proporcionar o alojamento em meio rural em boas condições de higiene e conforto (Moreira, 1994).

Em 1955 é criado o movimento dos “Gîtes ruraux” e a partir de 1957, com o Tratado de Roma e a Política Agrícola Comum (PAC), o turismo nos espaços rurais foi decisivamente impulsionado na Europa.

Este conjunto de acontecimentos, desembocaram no verdadeiro arranque do turismo nos espaços rurais que ganha a sua verdadeira dimensão na constituição de uma associação específica em 1971, intitulada “Tourisme en Espace Rural” e na publicação em 1972 do célebre “Manifeste du Tourisme en Espace Rural”, no qual está patente que o turismo em espaço rural não deve contribuir para a colonização dos campos, sendo entendido como um instrumento de reanimação do meio rural (Moreira, 1994; Cavaco, 1995b; Joaquim, 1999; Leal, 2001).

O célebre manifesto está imbuído de um espírito ecológico, que chama a atenção para a necessidade de contribuir para a proteção da natureza e a conservação do património. Por outro lado, refere-se também à necessidade de “promover a cooperação de base local, a animação assente na autenticidade rural e a comercialização de produtos específicos sujeitos a uma imagem de marca” (Joaquim, 1999:305).

O pioneirismo francês serviu de mote a outros países europeus e delineou as matrizes principais do turismo nos espaços rurais, tornando-se então uma atividade turística privilegiada por uma sociedade com uma consciência e sensibilidade mais ecológica, que de certo modo procura uma crescente qualidade de vida (Leal, 2001).

Paralelamente assiste-se a um declínio da atividade agrícola no meio rural, a base económica para a manutenção do dinamismo rural, originado por um conjunto de problemas dos quais podemos destacar os seguintes: a existência de equipamentos e infraestruturas obsoletas; a redução do emprego agrícola; o êxodo rural e conseqüente despovoamento e o envelhecimento da população rural (Joaquim, 1999).

O programa LEADER veio de certo modo a atenuar esta situação, dado que consiste num programa de desenvolvimento rural a nível local que mais impulsionou e apoiou o setor do turismo (o turismo nos espaços rurais em particular) na União Europeia em termos financeiros. Em números este apoio traduziu-se em 490 milhões de euros que representam 42% da totalidade do financiamento a nível local, nacional ou comunitário (Albergaria e Pires, 2000).

Este programa apresenta-se como o mais importante no desenvolvimento do turismo nos espaços rurais europeus, já que *“em 71 das 271 zonas LEADER esta foi a atividade predominante na apresentação de projetos elaborados pelos grupos de ação local”* (Albergaria e Pires, 2000:443).

Esta iniciativa foi reforçada em 1994 com a criação do projeto “LEADER II” e posteriormente com o “LEADER +” que tem o seu fim previsto para 2006, visando o apoio ao desenvolvimento do turismo orientado para ações a favor da qualidade e do turismo sustentável, bem como o reforço do potencial do turismo como gerador de emprego.

Com efeito, podemos frisar que o turismo nos espaços rurais comporta qualidades efetivas para apoiar dinâmicas de desenvolvimento a nível local, podendo resultar num instrumento de criação de alternativas para as economias locais, ao valorizar os recursos endógenos (ambiente, cultura, património) e ao potenciar a recuperação das diferentes funcionalidades que o meio rural possui.

Face aos estrangulamentos das áreas rurais, a atividade turística no meio rural surge como uma nova oportunidade e como uma tentativa de inverter a tendência da recessão rural. *“Na realidade, apesar do movimento tímido e alternativo, o turismo rural na Europa, atualmente, consiste numa realidade económica, social e cultural, com mais de 200 000 casas e 2000 000 camas, com um peso significativo no turismo e no desenvolvimento rural, exercendo uma influência nos novos hábitos dos turistas”* (Godinho, 2004).

Segundo alguns autores a sustentabilidade do meio rural passa acima de tudo pela diversificação das atividades e pela triangulação entre agricultura / ambiente / turismo, podendo este último vir a constituir uma importante atividade que permita a sustentabilidade económica, ambiental e social do meio rural (Santos, 2000).

Este ajuste do turismo nos espaços rurais ao desenvolvimento rural é algo relativamente recente, emergindo a visão de que o turismo constitui a panaceia para a solução dos problemas das áreas rurais desfavorecidas. Segundo Ribeiro (2003a) esta é uma visão redutora e facilita do turismo, aceite por muitos como um dogma.

Porém, segundo a mesma autora algumas investigações empíricas levadas a cabo têm colocado em causa o pressuposto de que o turismo contribui para o desenvolvimento rural.

2.2.3. O turismo em espaço rural em Portugal Antes de abordar a temática do TER no contexto de Portugal, iniciamos com uma breve sinopse histórica do turismo no nosso país, em virtude da importância que assume e do seu já longo percurso.

Podemos considerar que o turismo em Portugal é uma atividade “antiga” e com alguma história, isto porque a prática do termalismo advém dos tempos mais remotos, tornando-se complexo balizar a idade precisa do fenómeno turístico em Portugal. O turismo organizado e institucionalizado no nosso país remonta a 1911, por meio da criação da Repartição do Turismo, um organismo oficial integrado no Ministério do Fomento (Malta, 1996). Esta medida política teve como origem a relevância económica que a atividade turística assumiu no plano económico, tornando-se Portugal um dos primeiros países europeus a instituir as bases da atividade turística.

Na década de 30, o setor do turismo foi abalado em virtude da conjuntura política vivida na Europa, à qual Portugal não escapou nomeadamente com a chegada do Estado Novo, tendo como consequência uma regressão no interesse por este setor, apesar da criação do Plano das Pousadas (Malta, 1996).

No período pós II Guerra Mundial, o turismo volta a ganhar novo fôlego associado ao crescimento económico e ao aumento do poder de compra da população. Em Portugal, iniciam-se programas de desenvolvimento no âmbito do Secretariado Nacional de Informação (SNI) através do Fundo de Turismo, destinados a promover o turismo e a estimular o desenvolvimento da indústria hoteleira e de outras atividades relacionadas com o turismo. Foi então aprovada a Lei da Hotelaria n.º 2.073 de 23 de Dezembro de 1954, e a criação de um organismo vocacionado para fomentar o investimento no setor através da Lei-Base n.º 2.082 de 4 de Junho de 1956, que em 1965 deu lugar ao Comissariado do Turismo e atualmente a Direção Geral do Turismo (Malta, 1996; Pereira, 2002).

O turismo conheceu um grande incremento em Portugal dadas as características do clima e a localização geográfica favoráveis, bem como devido aos preços “convindicativos” que eram praticados. No entanto, o crescimento registado pautou-se pela inexistência de qualquer planeamento, o que acarretou algumas consequências negativas ao nível da natureza, cultura e património.

Nos anos seguintes ao 25 de Abril de 1974, o turismo sofre um novo revés devido à instabilidade política vivida e ao clima de insegurança. Esta situação é agravada com o regresso de portugueses das ex-colónias que ocuparam muitos estabelecimentos hoteleiros, destinados preferencialmente ao turismo. O ano de 1979 marca o ressurgimento do turismo, com o aumento significativo de turistas estrangeiros, com a criação do Instituto Nacional de Formação Turística (INFT) e da Empresa Nacional de Turismo (ENATUR) (Pereira, 2002). Nos anos oitenta, concebeu-se um *“novo modelo oficial de desenvolvimento turístico, primeiro com a criação do SIIT⁹ e depois com a elaboração e aprovação do Plano Nacional de Turismo”* (Cavaco, 1999b:282). Este meio de incentivos financeiros destinados ao investimento em unidades de interesse turístico, cuja base assentava na concessão de bonificações das taxas de juro contraídas à banca, visavam estimular o investimento no setor e a sua expansão na economia (Cavaco, 1999b; Pereira, 2002). Contudo, estes incentivos foram canalizados em 90% para três distritos em Portugal Continental, Lisboa, Porto e Faro, os restantes 10% foram distribuídos pelo resto do país, reforçando ainda mais as assimetrias (Pereira, 2002). Esta situação permitiu identificar os desajustamentos e os males de que o setor do turismo padecia, quer ao nível da oferta quer ao nível da procura. Enquanto a oferta denota insuficiências quanto à diferenciação dos produtos turísticos; equipamentos; formação profissional dos trabalhadores; qualidade dos serviços; aumento da oferta paralela e concentração no litoral, por sua vez, a procura revela dificuldades devido à concentração sazonal; grande dependência dos mercados emissores externos; reduzida dimensão do mercado interno e a inexistência de promoção de uma imagem sólida relativamente a outros destinos (Cavaco, 1999b).

⁹ SIIT - Sistema de Incentivo e novos Investimentos de relevância Turística

Em função dos desequilíbrios existentes no setor foi criado em 1986-89 o 1.º Plano Nacional de Turismo (PNT), que representa a primeira experiência de planeamento na área do turismo a nível nacional, traduzindo uma perspetiva “ampla, sistémica, ciente de que a questão turística não se limita às fronteiras do setor” (Cavaco, 1999b:284). Os seus objetivos consistiram na gestão e articulação dos espaços turísticos e não turísticos e no seu ordenamento, assente numa perspetiva de sustentabilidade do desenvolvimento, na defesa intransigente da qualidade ao nível dos serviços prestados e da formação (Malta, 1996). Foram criadas quatro figuras-base de modo a dar seguimento ao ordenamento preconizado pelo PNT, com usos e funções turísticas diferenciadas e complementares.

Quadro 3 - Figuras base do ordenamento realizado pelo PNT

Regiões de ordenamento turístico, um melhor aproveitamento dos recursos poderia permitir estimular um desenvolvimento turístico importante (ex: Algarve)

Regiões específicas de aproveitamento turístico, recursos ajustados a programas específicos na área do ambiente, história, monumentos e cinegética (ex: Vale do Douro)

Polos de desenvolvimento turístico, forte concentração de recursos e equipamentos (ex: Costa do Estoril/Sintra)

Eixos de desenvolvimento turístico, com a criação de equipamentos, recuperação e lançamento de programas de animação, podendo resultar

(Adaptado de Cavaco, 1999b e Pereira, 2002)

A partir destas quatro figuras base do ordenamento turístico, estavam estabelecidas as bases principais para o desenvolvimento do turismo em Portugal, mais concretamente nas regiões desfavorecidas e marginalizadas do interior. Todavia, foram rapidamente esquecidas, tal como o PNT. Estas figuras serviram apenas de suporte na atribuição de subsídios de caráter espacial, mas na prática não houve qualquer estratégia de acordo com as funções inicialmente definidas.

Surgiram, posteriormente, outros incentivos financeiros através do Sistema de Incentivo Financeiro ao Investimento no Turismo (SIFIT I) com a modalidade de subsídios a fundo perdido e linhas de crédito específicas, sucedendo-se o SIFIT II e o SIFIT III.

“Na base destes novos incentivos financeiros persiste o reconhecimento do papel do turismo na modernização e diversificação das estruturas produtivas nacionais e regionais, bem como preocupações de competitividade / qualidade e de sustentabilidade a médio e longo prazo, em termos ambiental, cultural e social” (Cavaco, 1999b:286). Na verdade todos estes sistemas de incentivos produzem impacto direto no turismo, nomeadamente ao nível do turismo nos espaços rurais, beneficiando a dimensão da oferta.

O objetivo da sustentabilidade vem também explicitado no Plano de Desenvolvimento Regional (1994-99) que nasceu à luz do pressuposto, *“Preparar Portugal para o século XXI é o grande projeto nacional que deverá mobilizar os Portugueses na presente década, numa atitude voluntarista e decidida para a construção de uma base económica e social sustentada, que torne possível uma aproximação acelerada e duradoura do País aos padrões europeus”* (PDR, 1999:1).

O PDR apresenta a proposta portuguesa para a negociação com instâncias comunitárias relativamente à utilização dos recursos destinados às ações estruturais, onde figura também o setor do turismo. Este documento contempla o turismo como um dos eixos estratégicos na modernização do tecido económico, cujo principal objetivo consiste no reforço da competitividade de forma a garantir um crescimento sustentado, que passa por uma melhoria da qualidade de oferta; diversificação de produtos; diversificação de mercados e melhoria da qualificação dos recursos humanos (PDR, 1999). Deste modo, este plano traça a linha estratégica de ação do turismo, inserida na política de desenvolvimento regional, dotando a área do turismo de importantes meios e instrumentos que permitiu a monitorização no terreno. Podemos assim considerar que o PDR resultou num instrumento importante para o setor do turismo, permitindo obter um maior apoio financeiro e institucional favorável ao seu crescimento e desenvolvimento em Portugal.

De forma geral, podemos considerar que o turismo em Portugal desde a última metade do século XX conheceu uma rápida evolução, que se traduziu na importância económica que assumiu, o que permitiu que Portugal se transformasse num dos destinos mais procurados a nível mundial.

O turismo como atividade económica é responsável pela entrada de divisas, contribuindo assim positivamente para o saldo da balança de pagamentos, para a geração de rendimento, criação de emprego e para o desenvolvimento de outras atividades económicas (Eusébio, Castro e Costa, 2000).

O turismo em espaços rurais em Portugal foi historicamente traçado à semelhança de outros países europeus. Primeiramente foi praticado por classes mais abastadas que preferiam o campo como lugar de repouso, passando algum tempo nas residências que possuíam no meio rural. Posteriormente, o turismo foi-se tornando acessível a um maior número de pessoas, que também privilegiavam o campo como destino para passar férias. Muitos foram motivados por questões de saúde, iniciando-se a prática do termalismo e do climatismo como formas de turismo nos espaços rurais (Moreira, 1994).

O êxodo rural que afetou as áreas rurais portuguesas desencadeou um processo de migrações em grande escala para as zonas litorais e para o estrangeiro. Apesar de muitas destas áreas terem ficado quase despovoadas, regista-se um retorno “efémero” às origens para visitar a família e amigos por parte daqueles que partiram, o que resulta num movimento turístico distinto nessas zonas (Kastenholz, 2002). Associado ao êxodo rural está também a despromoção da atividade agrícola nestas áreas rurais, sendo relegada para segundo plano e mantida muitas vezes como um mero part-time pelos agricultores resistentes. Estes aspetos reforçaram ainda mais as assimetrias entre áreas urbanas e áreas rurais.

Segundo Kastenholz (2002:55) algumas das áreas rurais ainda se caracterizam por uma “(...) *“primitive” small scale, non-mechanized agriculture that shapes a picturesque landscape, which is the background of a traditional way of life that may present the major attraction for urban tourists, who constitute the “new market” visiting the Portuguese countryside. Increasingly the countryside is not only visited for health and family reasons, but increasingly for itself and what it represents*”.

Com efeito, o meio rural atualmente é procurado por diferentes motivos, que vão desde as atividades recreativas e o interesse em descobrir algo novo, a projeção da imagem ligada à ruralidade que se torna atrativa porque está associada ao autêntico e ao tradicional, bem como o retorno à terra de origem como uma reminiscência dos “bons velhos tempos”, expressando uma intenção de recuperar a ligação “umbilical” ao lugar de proveniência e também às origens do Homem em equilíbrio com a natureza (Kastenholz, 2002).

Por outro lado, a moda do “verde” e as questões ambientais na ordem do dia, a necessidade de descanso em locais sossegados e a inexistência de poluição pesam na escolha do meio rural como destino (Moreira, 1994). Podemos considerar que estamos perante uma rutura e mudança nos padrões de comportamento e nas atitudes dos turistas, apresentando-se como inovadores e exigentes relativamente à natureza e à qualidade do destino.

O espaço rural tem vindo a assumir uma expressão cada vez maior em termos de destino turístico, em virtude de um conjunto de problemas que tem vindo a enfrentar e motivações que tem vindo a suscitar, obrigando as autoridades a empreenderem estratégias de reconversão, procurando novas valências para a ruralidade e desta forma oferecendo uma perspetiva da necessidade e oportunidade em recuperar a plurifuncionalidade do mundo rural. Nesta perspetiva, surge a prática do turismo nos espaços rurais entendido enquanto instrumento de desenvolvimento rural (Figueira, 1998).

Visto que o turismo consiste numa das atividades mais importantes na geração de rendimento e de emprego surgiu no contexto do mundo rural, caracterizado como palco de emigração, êxodo rural, falta de investimento, como um instrumento privilegiado de criação de oportunidades económicas e de reanimação de espaço rural (Ribeiro, Freitas e Mendes, 2000). No cenário do mundo rural com estruturas pouco ou nada diversificadas e com escassez de oportunidades económicas, o turismo pode assim resultar como um fator importante e motor de desenvolvimento.

O alojamento turístico específico do Turismo em Espaço Rural (TER)¹⁰ surgiu como uma forma de reanimar as áreas rurais, associado à “ideia” de que a partir do turismo é possível dinamizar os espaços rurais, fazendo da ruralidade e do património os elementos distintivos do produto turístico TER (Ribeiro, Freitas e Mendes, 2000). O TER consiste “*no conjunto de atividades e serviços realizados e prestados, mediante remuneração, em zonas rurais, segundo diversas modalidades de hospedagem, de atividades e serviços complementares de animação e diversão turística, tendo em vista a oferta de um produto turístico completo e diversificado no espaço rural*” (DGT, 1998:3). Podemos considerar que face à existência de distintos modelos de oferta turística, o TER surge como uma das ofertas de alojamento alternativo à oferta tradicional, visto como um (sub) produto do turismo rural (Kastenholz, 2002).

A partir de 1979, o TER aparece como uma nova forma de alojamento turístico ligado à recuperação e aproveitamento de casas particulares dotadas de características arquitetónicas de interesse, proporcionando o contacto informal e direto com as populações e atividades do meio rural, tendo surgido de forma experimental primeiro em Ponte de Lima, Vila Viçosa, Castelo de Vide e Vouzela. Na génese da sua criação esteve evidente a preocupação em proteger e valorizar a arquitetura local (património cultural), proporcionar a melhoria da qualidade de vida da população local com um rendimento extra e permitir que as zonas rurais desfavorecidas criassem meios de alojamento atrativos (Cunha, 2001).

Um importante momento na história da evolução da oferta de TER em Portugal foi aquando da adesão à Comunidade Europeia (1986), que através dos fundos estruturais existentes e aos quais os titulares podiam candidatar-se permitiu a obtenção de subsídios, possibilitando a recuperação de património arquitetónico em espaço rural para fins de abertura de um maior número de unidades de alojamento TER.

A publicação do Plano Nacional de Turismo em 1986 veio legalmente instituir a designação TER, consagrando o conceito de espaço rural como espaço de turismo, sugerindo um produto distinto daqueles que dominavam o mercado turístico português.

¹⁰ A designação TER é usada apenas em Portugal e refere-se exclusivamente ao alojamento turístico específico nos espaços rurais que compreende diferentes modalidades

2.2.4. O TER enquanto produto específico do turismo em Portugal O alojamento turístico em espaços rurais é algo bastante recente em Portugal que surgiu como atividade económica a partir da década de setenta do século XX (Cavaco, 1999). O Turismo em Espaço Rural (TER) surgiu especificamente como uma forma de alojamento turístico nos espaços rurais, sendo considerado mesmo um produto, cujo quadro legislativo data de 1986 por meio do Decreto-Lei n.º 256/86 de 27 de Agosto, que inicialmente originou três modalidades de TER com especificidades diferentes: Turismo de Habitação, Turismo Rural e Agro-turismo.

Em 1997 é revisto o anterior diploma, criando duas novas modalidades o Turismo de Aldeia e as Casas de Campo, integrando também como os Hotéis Rurais e os Parques de Campismo Rural através do Decreto Regulamentar n.º 37/97 de 25 de Setembro e do Decreto-Lei n.º 169/97 de 4 de Julho.

Em 2002 o Decreto-Lei n.º 169/97 de 4 de Julho é republicado, através do Decreto-Lei n.º 54/2002 de 11 de Março, que conserva as modalidades existentes de TER.

Em 2008 o Decreto-Lei n.º 39/2008 de 07 de Março, que foi posteriormente republicado no Decreto-Lei n.º 228/2009 de 14 de Setembro, procedeu à última alteração até ao presente das modalidades de TER, definindo como *“estabelecimentos que se destinam a prestar, em espaços rurais, serviços de alojamento a turistas, dispondo para o seu funcionamento de um adequado conjunto de instalações, estruturas, equipamentos e serviços complementares, tendo em vista a oferta de um produto turístico completo e diversificado no espaço rural”* (Decreto-Lei n.º 39/2008 de 07 de Março, republicado no Decreto-Lei n.º 228/2009 de 14 de Setembro, ponto 1 do artigo 18.º).

No ponto 3 do mesmo artigo (18.º) são definidos os grupos de classificação dos empreendimentos de turismo no espaço rural: Casas de campo; Agro-turismo; Hotéis rurais.

Os empreendimentos de turismo no espaço rural *“devem preservar, recuperar e valorizar o património arquitetónico, histórico, natural e paisagístico dos respetivos locais e regiões onde se situam, através da reconstrução, reabilitação ou ampliação de construções existentes, de modo a ser assegurada a sua integração na envolvente”* (Decreto-Lei n.º 39/2008 de 07 de Março, republicado no Decreto-Lei n.º 228/2009 de 14 de Setembro, pontos 2 e 3 do artigo 18.º).

As modalidades de alojamento em espaço rural consignadas até à data e oficialmente autorizadas pelo Turismo de Portugal, I.P., definem-se da seguinte forma:

Agro-turismo - Empreendimento de turismo no espaço rural situado em explorações agrícolas que presta serviço de alojamento e permite aos hóspedes o acompanhamento e conhecimento da atividade agrícola ou a participação nos trabalhos aí desenvolvidos, de acordo com as regras estabelecidas pelo responsável. Não pode possuir mais de 15 unidades de alojamento. (Decreto-Lei n.º 39/2008 de 07 de Março, republicado no Decreto-Lei n.º 228/2009 de 14 de Setembro, pontos 2 e 3 do artigo 18.º; Portaria n.º 937/2008 de 20 de Agosto artigo 7.º).

Casa de Campo - Empreendimento de turismo no espaço rural situado em aldeias e espaços rurais que se integra, pela sua traça, materiais de construção e demais características, na arquitetura típica do local onde se situa. Não pode possuir mais de 15 unidades de alojamento.

Nota: Ao conjunto de cinco ou mais casas de campo situadas na mesma aldeia ou freguesia, ou em aldeias ou freguesias contíguas e que são exploradas de uma forma integrada, por uma única entidade, sem prejuízo da propriedade das mesmas pertencer a mais de uma pessoa, chama-se Turismo de Aldeia. (Decreto-Lei n.º 39/2008 de 07 de Março, republicado no Decreto-Lei n.º 228/2009 de 14 de Setembro, pontos 2 e 3 do artigo 18.º); Portaria n.º 937/2008 de 20 Agosto, artigo 5.º).

Hotel Rural - Empreendimento de turismo no espaço rural que, pela sua traça arquitetónica e materiais de construção, respeita as características dominantes da região onde está implantado, podendo instalar-se em edifícios novos que ocupem a totalidade de um edifício ou integrem uma entidade arquitetónica única e respeitem as mesmas características. (Decreto-Lei n.º 39/2008 de 07 de Março, republicado no Decreto-Lei n.º 228/2009 de 14 de Setembro, pontos 2 e 3 do artigo 18.º); Portaria n.º 937/2008 de 20 de Agosto (artigo 8.º).

O que distingue qualquer das modalidades de turismo em espaço rural da hotelaria convencional, relaciona-se acima de tudo com o atendimento personalizado, o contacto com a natureza e o modo de vida rural, bem como a possibilidade de usufruir da gastronomia e dos produtos regionais, inserido num “ambiente tradicional português” (Ribeiro, 2004), tendo resultado este último ponto na imagem de marca e principal traço distintivo da oferta de turismo no espaço rural.

A definição de TER resultante do PNT (Decreto-Lei n.º 256/86) focaliza exclusivamente o produto na vertente do alojamento, integrando as modalidades anteriormente citadas. Na sequência do enquadramento legislativo formalizado no Decreto-Lei n.º 39/2008 de 07 de Março, republicado no Decreto-Lei n.º 228/2009 de 14 de Setembro, o conceito de TER é alargado aos domínios da animação, estando subjacente a ideia da necessidade de criar e desenvolver ofertas complementares ao alojamento, induzindo desta forma a possibilidade do aumento da permanência média dos turistas.

Assim, com base no Decreto-Lei anteriormente citado, a oferta complementar institui-se como parte integrante do turismo no espaço rural designadamente *“as atividades de animação ou diversão que se destinem à ocupação dos tempos livres dos turistas e contribuam para a divulgação das características, produtos e tradições das regiões, designadamente o seu património, natural, paisagístico e cultural, os itinerários temáticos, a gastronomia, o artesanato, o folclore, a caça, a pesca, os jogos e os transportes tradicionais”* (Quintas, 2000: 192).

Outro passo importante dado por meio do Decreto-Lei n.º 54/2000 de 11 de Março, que vinha estabelecer a transferência para os municípios do processo de licenciamento e autorização para a realização de operações urbanísticas das casas e empreendimentos de turismo em espaço rural, permitindo uma descentralização de poderes e a possibilidade da administração local participar deste processo.

Na última redação dada pelo Decreto-Lei n.º 39/2008 de 07 de Março, republicado no Decreto-Lei n.º 228/2009 de 14 de Setembro, os órgãos municipais têm ainda a competência para, no âmbito da instalação dos empreendimentos turísticos: - Fixar a capacidade máxima e atribuir a classificação dos empreendimentos de turismo de habitação; Fixar a capacidade máxima e atribuir a classificação dos empreendimentos de turismo no espaço rural, com exceção dos hotéis rurais; Fixar a capacidade máxima e atribuir a classificação dos parques de campismo e de caravanismo; Efetuar e manter o registo do alojamento local disponível ao público. (Decreto-Lei n.º 39/2008 de 07 de Março, republicado no Decreto-Lei n.º 228/2009 de 14 de Setembro, pontos 1 e 2 do artigo 22.º). Quanto aos Hotéis Rurais a alínea c) do ponto 2 do artigo 21.º define que é da competência do Turismo de Portugal, I.P., fixar a capacidade máxima e atribuir a sua classificação.

2.2.5. Efeitos do turismo enquanto instrumento de desenvolvimento rural O turismo enquanto atividade económica é reconhecido como um fator de desenvolvimento a diversos níveis. Dadas as suas potencialidades e os efeitos que gera direta ou indiretamente, a nível económico e social, consiste numa atividade que interfere nas *“dinâmicas demográficas e do emprego, no património natural e cultural, nos comportamentos das populações e na ocupação, ordenamento e funcionamento dos territórios. Anima o mercado dos produtos e serviços locais, viabilizando microempresas de ramos diversos (...) cabe-lhe um papel também significativo na conservação e gestão da diversidade das paisagens e do património edificado”* (Cavaco, 1999a:143).

Tendo em conta as potencialidades da atividade turística e os importantes contributos na revitalização económica e social, o turismo foi apontado como um instrumento de desenvolvimento rural privilegiado na Europa, começando a figurar nas políticas de desenvolvimento rural e a ser contemplado em programas e ações da Comunidade Europeia (Jenkins et al, 1998).

Este facto prende-se essencialmente com o reconhecimento da importância desta atividade para o esbater das assimetrias nos espaços rurais e para o seu desenvolvimento, bem como com as dificuldades vividas nos espaços rurais, mergulhadas num cenário marcado pela perda de importância da atividade agrícola na economia, emigração, êxodo rural, crescente urbanização, despovoamento e envelhecimento da população e inexistência de alternativas de emprego (Cavaco, 1999a; Figueiredo, 2003a; Covas, 2004).

O incentivo à implantação do turismo nos espaços rurais tem sido feito principalmente por meio de programas de apoio financeiro comunitários, com o objetivo de constituir uma atividade alternativa ou complementar à agricultura, diversificando as atividades em meio rural.

Os espaços rurais portugueses enfrentam um processo de desertificação com carências e estrangulamentos económicos e sociais complexos, em que a agricultura assume um papel quase secundário. Neste contexto emerge o turismo como a “panaceia” para o desenvolvimento rural e para a resolução dos problemas nos espaços rurais (Cavaco, 1999a), no entanto na prática os efeitos sentidos refutam esta visão do turismo como tábua de salvação.

Os efeitos da implementação do turismo nos espaços rurais e da prática desta atividade fazem-se sentir a diversos níveis. A nível económico, os indicadores mensuráveis e passíveis de revelar o verdadeiro impacto económico são: entrada de turistas, emprego gerado, taxas de ocupação e o efeito multiplicador (Inskip, 1991). De facto, os impactos económicos positivos residem sobretudo na criação de emprego ou na indução de emprego a partir desta atividade (Umbelino, 1998).

Por outro lado, também pode originar impactos negativos do ponto de vista económico, na perspectiva em que a riqueza gerada no local não se fixa ou é investida, deslocando-se e revertendo a favor de outro local, ou seja a riqueza não se concentra e nem é investida no local onde se localiza a unidade turística. Outro impacto negativo poderá ter lugar quando os bens e serviços utilizados pela unidade são importados, sendo também a questão da sazonalidade um problema associado à atividade turística (Inskeep, 1991).

Por outro lado, o turismo compreende o movimento de pessoas para fora dos seus locais de residência em direção a um destino, onde os turistas interagem com os residentes locais durante a sua permanência. Segundo Rátz (2000) quanto maiores as diferenças culturais e económicas entre os turistas e os residentes locais, maiores serão as diferenças sentidas desde ao nível do sistema de valores, divisão do trabalho, relações familiares, atitudes e padrões de comportamento. Os impactos socioculturais são mais complexos de medir, porque se referem a padrões de comportamentos e atitudes, cujas alterações só se fazem sentir a longo prazo (Mill e Morrison, 1985). No entanto, podem surgir alguns constrangimentos que se prendem com a perda de autenticidade provocada pela excessiva comercialização dos produtos artesanais e a utilização massiva dos espaços, inflação dos preços no comércio e serviços e o desemprego sazonal (Mathieson e Wall, 1990; Moreira, 1994). Por sua vez, os benefícios socioculturais produzidos pelo turismo dizem respeito essencialmente à melhoria da qualidade de vida dos residentes locais, à preservação do património cultural (tradições, folclore, música, costumes) e à promoção do intercâmbio cultural (Inskeep, 1991).

Segundo outro ponto de vista, o turismo estabelece uma relação de dependência com o ambiente porque os recursos naturais são a sua matéria-prima, *“in simple terms this means that since tourism benefits from being located in good-quality environments, those same environments ought to benefit widely from measures of protection aimed at maintaining their value as tourist resources”* (Williams, 1998:100).

Por outro lado, os impactos ambientais negativos originados pela atividade turística dependem do tipo de turismo e da capacidade de carga do destino, podendo traduzir-se na extinção da atividade agrícola e na estrutura sociocultural, na destruição da biodiversidade e erosão do solo, provocado pelo número de visitantes excessivo, na poluição provocada pelo maior número de veículos em circulação e pelos visitantes, no esgotamento dos recursos básicos, tal como a água e na transformação da paisagem devido à construção com novos estilos arquitetónicos (Moreira, 1994; Inskeep, 1991; Williams, 1998). Por sua vez, os impactos positivos podem resultar na conservação do ambiente através da educação ambiental e de medidas concretas de proteção desenvolvidas (Mathieson e Wall, 1990).

Apesar dos escassos benefícios económicos oriundos do turismo nos espaços rurais para as comunidades locais (Ribeiro, 2003a), este continua a ser apontado como o remédio para combater o atraso dos espaços rurais e como o meio de revitalização económica, presente em todos os planos de desenvolvimento rural e impulsionado no seio das novas conceções do desenvolvimento rural. No entanto, dificilmente sozinho conseguirá combater o problema de que as áreas rurais padecem (Ribeiro, Freitas e Mendes, 2000).

Segundo alguns autores, apesar de Portugal ter conhecido um grande aumento de oferta de alojamento turístico nos espaços rurais, a verdade é que os efeitos decorrentes da sua implementação não se fazem sentir tão significativamente no destino (Moreira, 1994; Joaquim, 1999).

Cavaco (1995:387), referindo-se especificamente ao TER, coloca mesmo a questão, *“serão os impactos económicos do TER suficientes para viabilizarem as estratégias de desenvolvimento rural que o tomam como uma base fundamental?”*. É verdade que a oferta de alojamento turístico nos espaços rurais anima a economia local dos destinos, que mobiliza fluxos financeiros e populacionais, proporciona ocupações e rendimentos complementares, mas não apresenta a solução final para os espaços rurais.

Especificamente o caso do TER em Portugal tem sido utilizado preferencialmente como uma *“estratégia de recuperação e conservação do património pessoal e familiar dos promotores e, a uma escala mais reduzida, ainda que importante, como mecanismo de requalificação do património cultural e natural das aldeias”* (Figueiredo, 2003b) com o incentivo e apoio financeiro proveniente da EU.

Para além dos impactos passíveis de produzir (positivos e negativos), o turismo enquanto instrumento de desenvolvimento rural pode produzir efeitos perversos, no sentido em que o espaço rural tem de ser comerciável, emergindo a necessidade de recriar a ruralidade de modo a poder ser “vendida” e consumida, o que origina a perda de autenticidade e genuinidade (Santos, 2000; Figueiredo, 2003b).

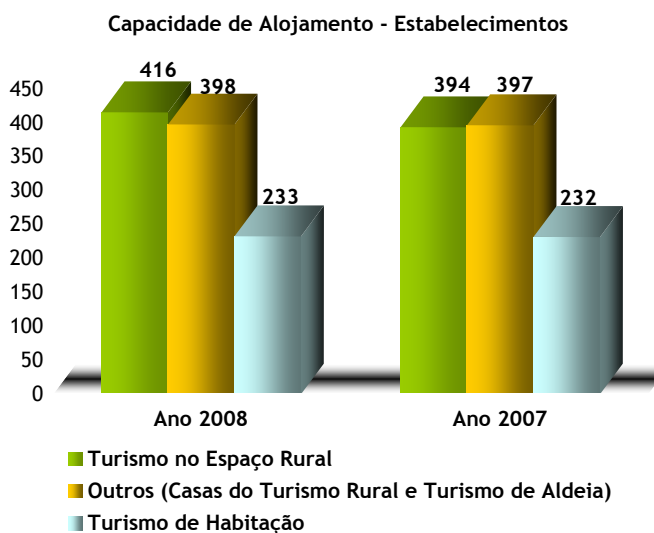
No nosso entender, o alojamento nos espaços rurais por si só provavelmente não pode constituir um instrumento de desenvolvimento rural, nem o cerne das políticas de desenvolvimento rural, poderá possivelmente resultar numa atividade complementar importante e com alguns contributos relevantes a nível local.

2.2.6. Síntese da evolução da capacidade de alojamento em espaço rural em Portugal

A oferta de alojamento nos espaços rurais tem vindo a desenvolver-se desde há vinte anos, notando um crescimento em todo o país com mais incidência na região Norte. Este crescimento está associado fundamentalmente aos apoios financeiros provenientes dos fundos estruturais da União Europeia, que no decorrer destes anos o governo tem disponibilizado para o setor do turismo. Os programas especificamente criados para a área do turismo têm como finalidade proporcionar condições de financiamento a fundo perdido ou a juros bonificados para os titulares das unidades, que em contrapartida têm de ter, por um período de dez anos, a unidade em funcionamento (disponível) ao acolhimento de turistas (Ribeiro, 2003b).

No ano de 2008 estavam em funcionamento em Portugal 1.047 unidades de Turismo de Habitação (TH) e Turismo no Espaço Rural (TER), mais 24 que em 2007.

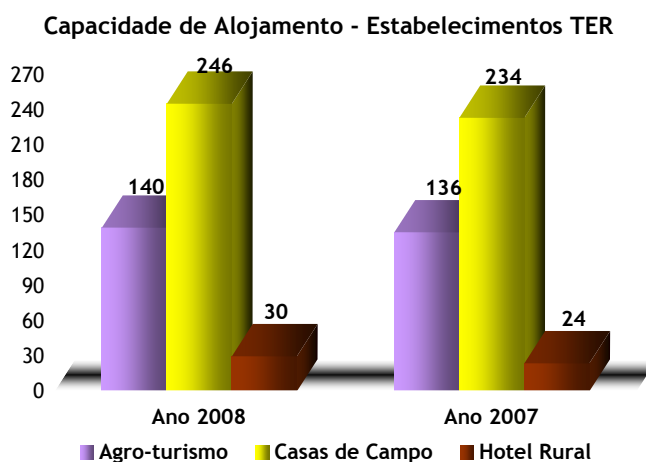
**Gráfico 1 - Capacidade de alojamento - Estabelecimentos por modalidade
(ano 2007 e ano 2008)**



Fonte - Elaboração própria com dados do TP - Turismo de Portugal

A partir da análise do gráfico 1 verifica-se que a modalidade Turismo no Espaço Rural é a mais expressiva, seguida do conjunto Turismo Rural e Turismo de Aldeia e por último do Turismo de Habitação. O TER engloba as modalidades de Agro-turismo, Casa de campo e Hotel rural. Destaca-se o significativo aumento nas casas de campo (+12 estabelecimentos que em 2007). Os números individuais em termo de estabelecimentos são apresentados no gráfico 2.

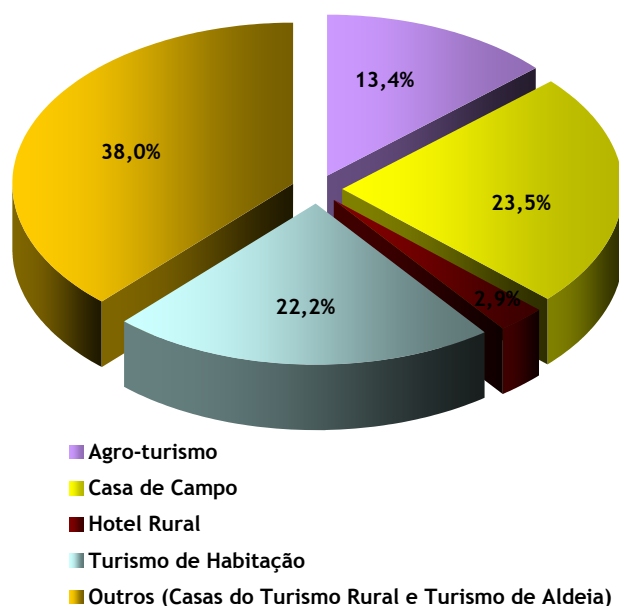
**Gráfico 2 - Capacidade de alojamento - Estabelecimentos na modalidade TER
(ano 2007 e ano 2008)**



Fonte - Elaboração própria com dados do TP - Turismo de Portugal

Gráfico 3 - Percentagem da capacidade de alojamento estabelecimentos por modalidade (ano 2008)

Capacidade de Alojamento - Estabelecimentos (%)



Fonte - Elaboração própria com dados do TP - Turismo de Portugal

Numa perspetiva regional, verifica-se que 82% das unidades de turismo de habitação e turismo no espaço rural em funcionamento localizam-se nas regiões Norte (43,8%), Centro (22,2%) e Alentejo (15,9%). (gráfico 4)

Tabela 2 - Número de estabelecimentos - NUTS II e modalidades (ano 2007)

ANO 2007	NORTE	CENTRO	LISBOA	ALENTEJO	ALGARVE	AÇORES	MADEIRA	TOTAL
Turismo de Habitação	113	57	13	23	4	14	8	232
Outros	203	88	12	50	17	20	7	397
Agro-turismo	50	29	1	49	3	3	2	137
Casa de Campo	73	45		34	6	45	31	234
Hotel Rural	9	5	2	6	1		1	24
TOTAL GERAL	448	224	28	162	31	82	49	1024

Fonte - Elaboração própria com dados do TP - Turismo de Portugal

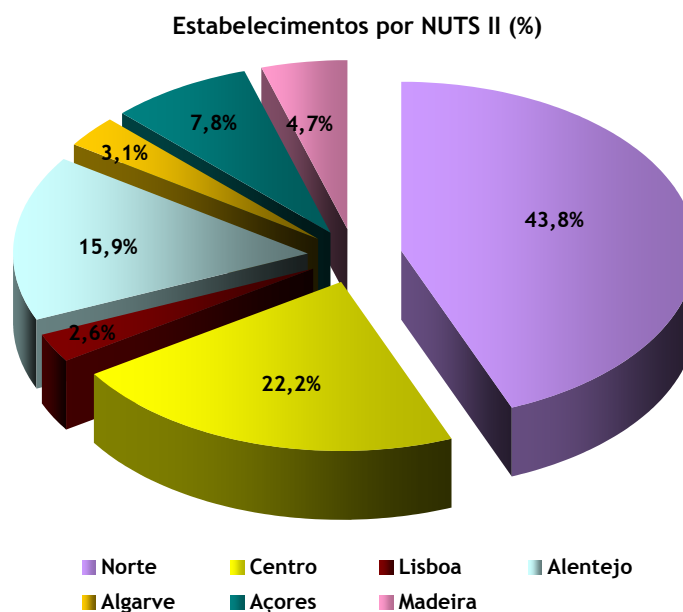
Tabela 3 - Número de estabelecimentos - NUTS II e modalidades (ano 2008)

ANO 2008	NORTE	CENTRO	LISBOA	ALENTEJO	ALGARVE	AÇORES	MADEIRA	TOTAL
Turismo de Habitação	116	57	12	22	4	14	8	233
Outros	201	88	12	51	18	20	7	397
Agro-turismo	53	29	1	49	3	3	2	140
Casa de Campo	80	50		35	6	44	31	246
Hotel Rural	9	8	2	9	1		1	30
TOTAL GERAL	459	232	27	166	32	81	49	1046

Fonte - Elaboração própria com dados do TP - Turismo de Portugal

Da análise às tabelas 2 e 3 verificamos que a zona Norte foi a que apresentou maior evolução com 11 novos estabelecimentos, onde sobressaem as Casas de Campo. Nas ilhas verificou-se uma estagnação no número de novos estabelecimentos de TER. Podemos também constatar que a região Norte lidera com um maior número de estabelecimentos, encontrando-se a região Centro em segundo lugar. Destacam-se alguns pontos interessantes de análise, como o relevante aumento de Casas de Campo e Hotéis Rurais.

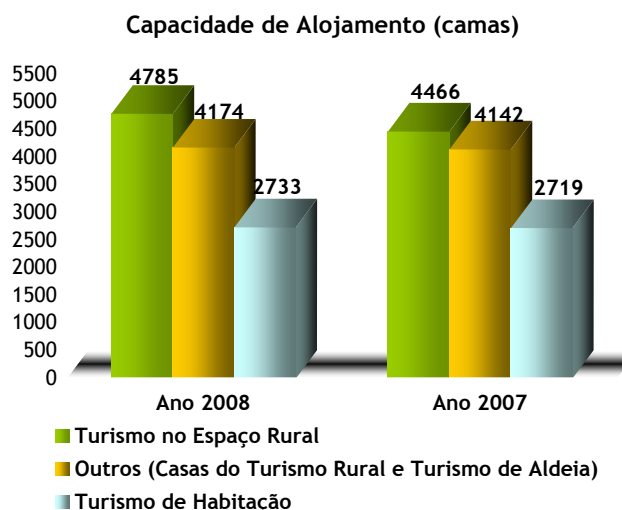
Gráfico 4 - Percentagem estabelecimentos por NUTS II (ano 2008)



Fonte - Elaboração própria com dados do TP - Turismo de Portugal

Em termos de oferta, os estabelecimentos corresponderam a uma capacidade de 11.692 camas. Este número global de camas superou em 3,2% (+365 camas) as existentes em 2007. As unidades pertencentes ao conjunto do turismo no espaço rural representaram 40% do total.

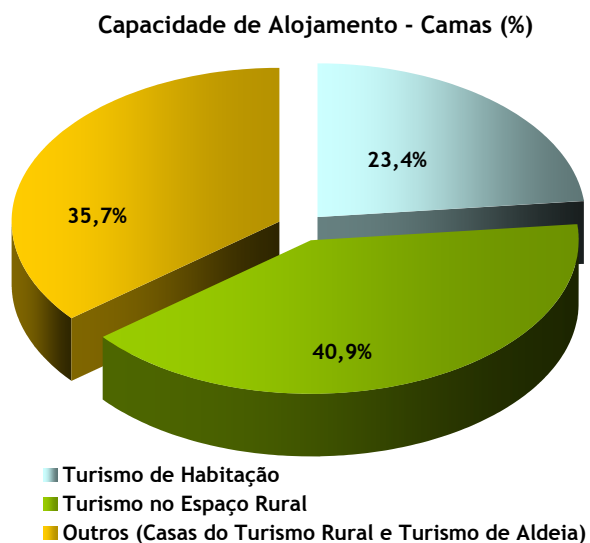
Gráfico 5 - Capacidade de alojamento por modalidade (camas)



Fonte - Elaboração própria com dados do TP - Turismo de Portugal

Verificamos que a oferta de camas nas modalidades de TER é superior quase no dobro em relação ao TH.

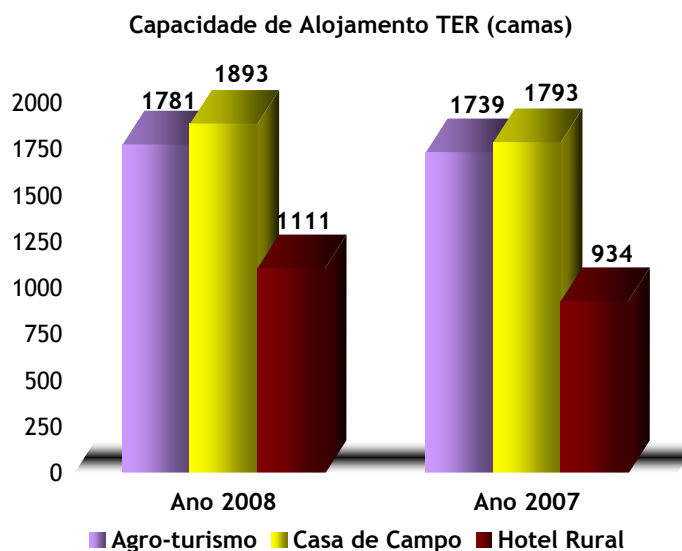
Gráfico 6 - Percentagem da capacidade de alojamento por modalidade (camas)



Fonte - Elaboração própria com dados do TP - Turismo de Portugal

As modalidades de casa de campo, agro-turismo e hotel rural concentraram, em 2008, 41% das camas existentes no conjunto do turismo no espaço rural (gráfico 7), que corresponderam a 4.785 camas (+319 do que no período homólogo).

Gráfico 7 - Capacidade de alojamento TER (camas)



Fonte - Elaboração própria com dados do TP - Turismo de Portugal

Todas as modalidades apresentaram acréscimos no número de camas entre 2007 e 2008, com especial destaque para os hotéis rurais em que 6 unidades iniciaram a sua atividade, proporcionando um aumento de 177 camas disponíveis.

Tabela 4 - Capacidade de alojamento - NUTS II e modalidade (camas)

ANO 2007	NUTS II							TOTAL
	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira	
Turismo de Habitação	1.292	697	148	282	45	151	104	2.719
Outros	2.024	981	113	550	168	232	74	4.142
Agro-turismo	611	407	12	610	51	48	12	1.751
Casa de Campo	527	253		322	59	251	381	1.793
Hotel Rural	287	163	74	338	44		28	934
TOTAL GERAL	4.741	2.501	347	2.102	367	682	599	11.339

Fonte - Elaboração própria com dados do TP - Turismo de Portugal

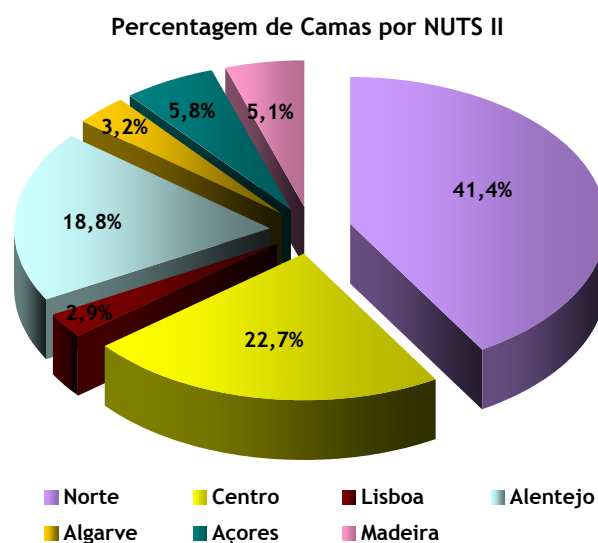
Tabela 5 - Capacidade de alojamento - NUTS II e modalidade (camas)

ANO 2008	NORTE	CENTRO	LISBOA	ALENTEJO	ALGARVE	AÇORES	MADEIRA	TOTAL
Turismo de Habitação	1.329	697	136	271	45	151	104	2.733
Outros	2.008	997	117	562	178	242	74	4.178
Agro-turismo	645	407	12	606	51	48	12	1.781
Casa de Campo	572	295		344	59	242	381	1.893
Hotel Rural	287	260	74	418	44		28	1.111
TOTAL GERAL	4.841	2.656	339	2.201	377	683	599	11.696

Fonte - Elaboração própria com dados do TP - Turismo de Portugal

Todas as regiões registaram aumentos significativos no número de camas disponíveis para 2008, com exceção da Madeira que manteve o mesmo número de estabelecimentos de 2007. Nas regiões do Alentejo e do Norte entraram em funcionamento 15 unidades, que corresponderam a um acréscimo de 199 camas. A região Centro, 2.^a maior região em termos de oferta, com 22,7% das camas disponíveis do país, apresentou um acréscimo de 155 camas (+22,7%). A região do Alentejo (3.^a principal região com uma representatividade de 18,8%), registou um aumento de 99 camas disponíveis.

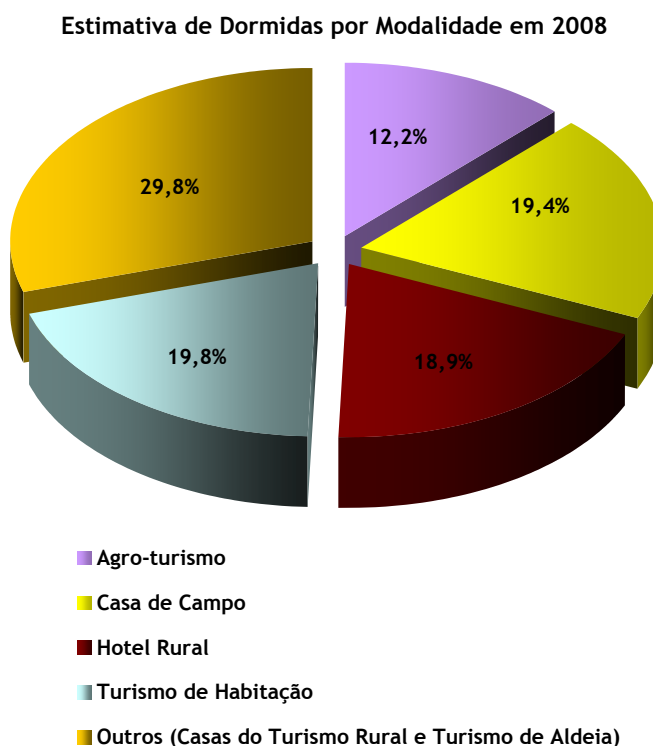
Gráfico 8 - Percentagem da capacidade de alojamento por NUTS II (camas)



Fonte - Elaboração própria com dados do TP - Turismo de Portugal

Os hotéis rurais (18,9%), agro-turismo (12,2%), casas de campo (19,4%), concentraram 50,5% das dormidas estimadas para o conjunto dos empreendimentos de turismo no espaço rural, totalizando 264 mil dormidas. De referir o aumento verificado nas dormidas de estrangeiros nos hotéis rurais 38%, ou seja +8 mil dormidas. O turismo rural com 147 mil dormidas e o turismo de habitação com 103,4 mil, representaram conjuntamente 48% do total de dormidas (gráfico 9).

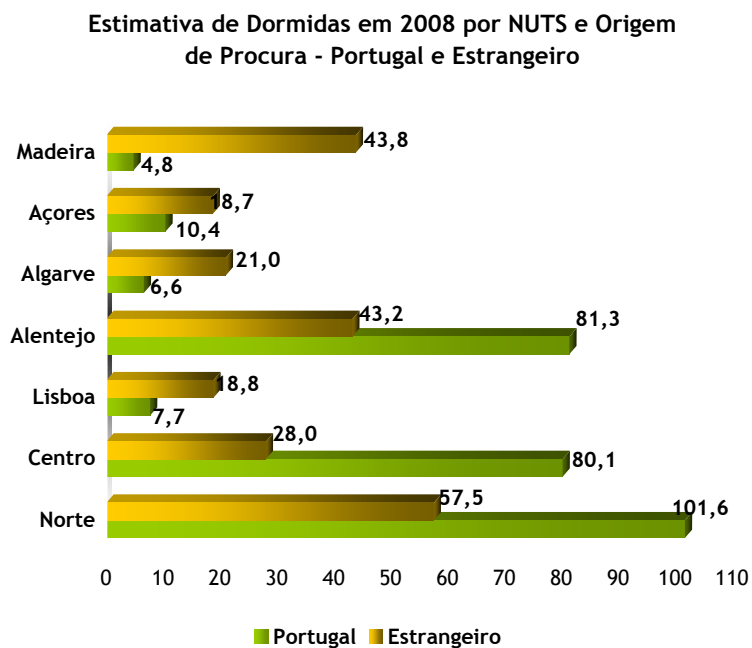
Gráfico 9 - Percentagem da estimativa de dormidas em 2088 por modalidade



Fonte - Elaboração própria com dados do TP - Turismo de Portugal

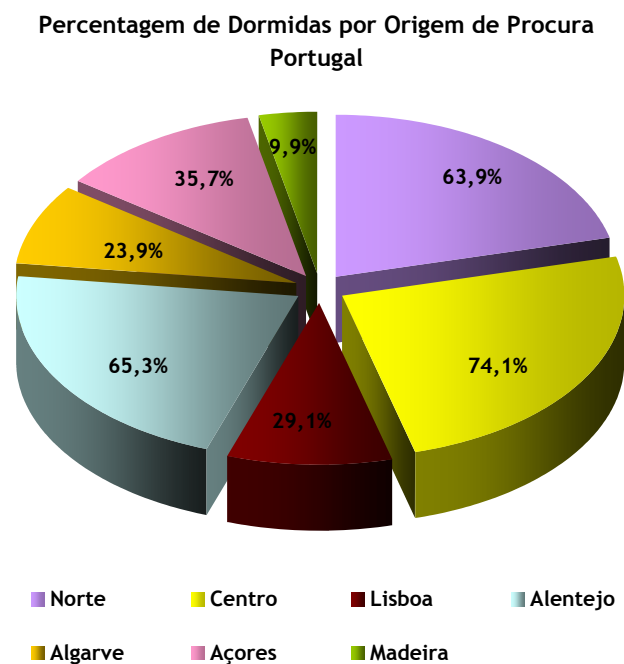
Desagregando a estimativa de dormidas entre residentes em Portugal e no estrangeiro, verifica-se que, nas regiões onde a concentração da procura é mais forte, Centro, Alentejo e Norte, o mercado nacional ocupou posição maioritária, com quotas de 74%, 65% e 64% (gráfico 10), respetivamente. Nas restantes regiões a situação foi contrária, com destaque para a região autónoma da Madeira, onde os residentes no estrangeiro lideraram com 90% do total de dormidas nesta região (gráfico 10).

Gráfico 10 - Estimativa de dormidas por NUTS e origem de procura Portugal e Estrangeiro (milhares)



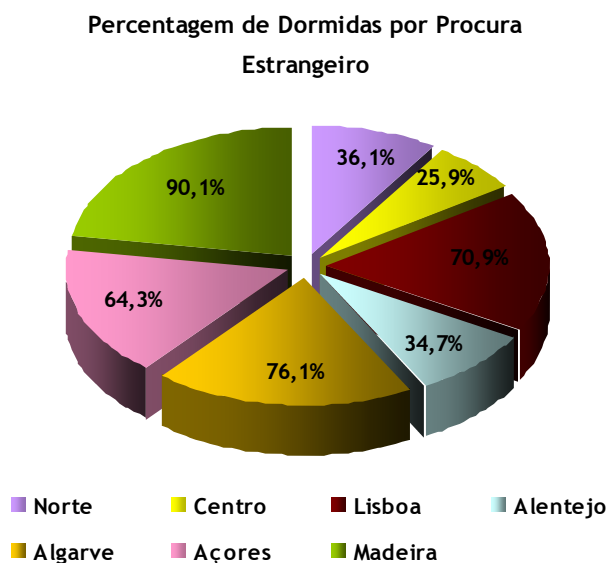
Fonte - Elaboração própria com dados do TP - Turismo de Portugal

Gráfico 11 - Estimativa de dormidas por NUTS II e origem de procura Portugal (milhares)



Fonte - Elaboração própria com dados do TP - Turismo de Portugal

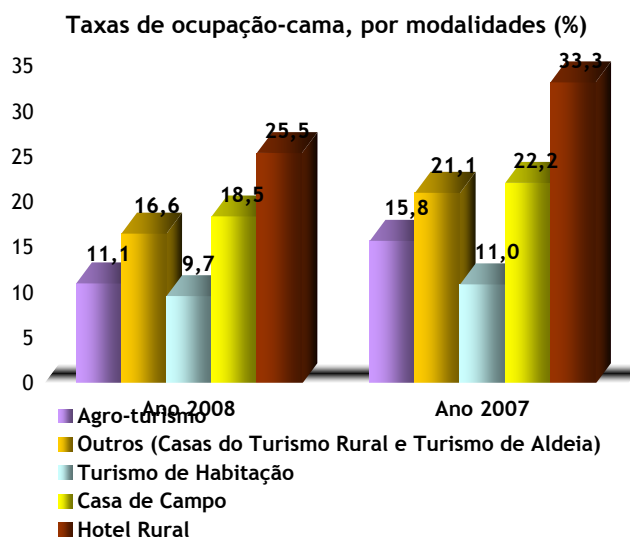
Gráfico 12 - Estimativa de dormidas por NUTS II e origem de procura Estrangeiro (milhares)



Fonte - Elaboração própria com dados do TP - Turismo de Portugal

Em 2008, a taxa de ocupação-cama, nas unidades de turismo de habitação e turismo no espaço rural em Portugal, foi de 14,8% (-3,0 p.p. que no período homólogo). Os hotéis rurais (25,5%), as casas de campo (18,5%) foram as modalidades que registaram as taxas médias mais elevadas.

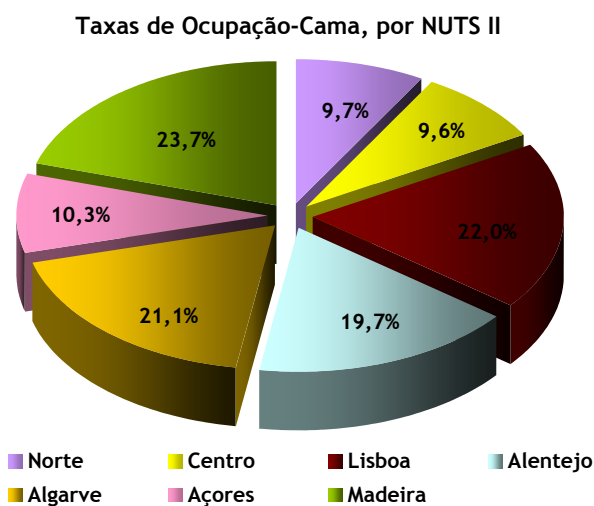
Gráfico 13 - Percentagem de taxas de ocupação-cama, por modalidades (ano 2007 e ano 2008)



Fonte - Elaboração própria com dados do TP - Turismo de Portugal

Numa análise por NUTS II, destacou-se a região Autónoma da Madeira e as regiões de Lisboa e Algarve que alcançaram as taxas médias de ocupação-cama mais elevadas do país, com 23,7%, 22,0% e 21,1%, respetivamente.

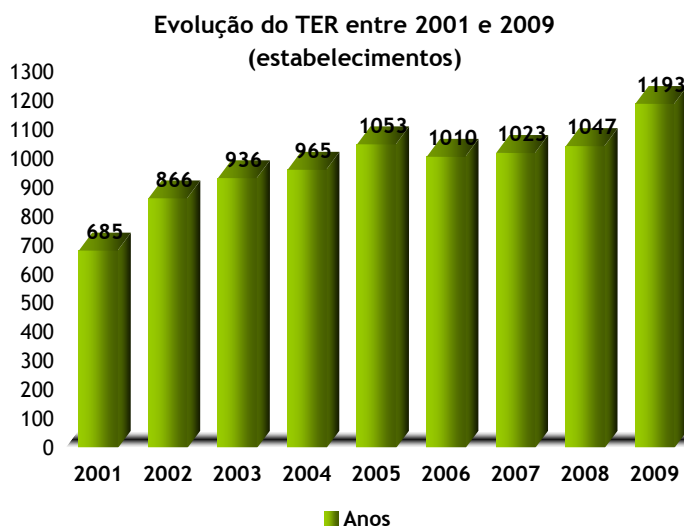
Gráfico 14 - Taxas de Ocupação-Cama, por NUTS II



Fonte - Elaboração própria com dados do TP - Turismo de Portugal

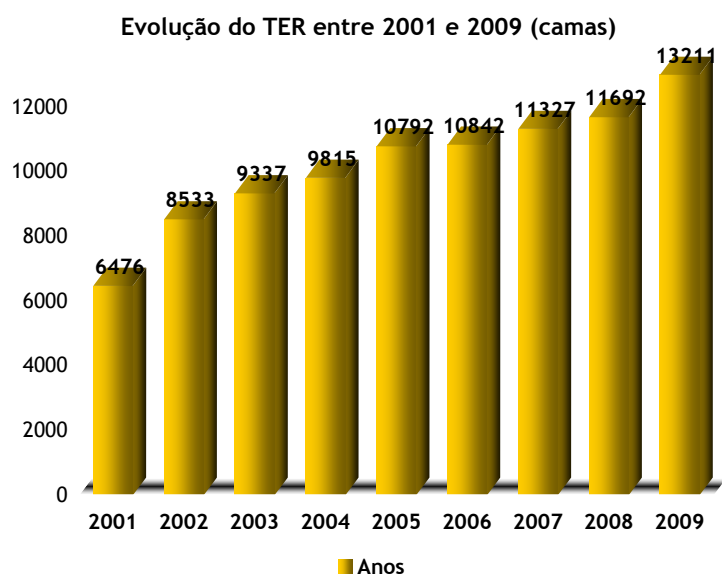
Fazendo uma análise, a evolução do TER entre 2001 e 2009 regista um crescimento significativo, nomeadamente entre 2001 e 2002 e mais recente entre 2008 e 2009. (gráfico 15 e gráfico 16)

Gráfico 15 - Evolução do TER entre 2001 e 2009 (estabelecimentos)



Fonte - Elaboração própria com dados do TP - Turismo de Portugal

Gráfico 16 - Evolução do TER entre 2001 e 2009 (camas)



Fonte - Elaboração própria com dados do TP - Turismo de Portugal

2.3.

Desenvolvimento rural e sustentável

- 2.3.1. **Desenvolvimento rural: os paradigmas** Antes de abordar a questão do Desenvolvimento Rural, interessa fazer uma pequena introdução ao conceito de desenvolvimento quanto à sua evolução e importância.

O interesse pelo conceito de desenvolvimento não é algo de novo, as suas raízes advêm dos tempos mais remotos da história humana. Com Aristóteles, levantou-se a ponta do véu quanto a esta questão ao escrever que *“a riqueza não é evidentemente o bem que procuramos é apenas um meio para alcançar qualquer coisa mais”* (PNUD, 1994).

A partir destas palavras, depreendemos a existência de uma preocupação relacionada com o bem-estar da condição do homem, que se refletiu posteriormente nos escritos dos pioneiros da economia moderna - Adam Smith; Malthus; Marx e John Stuart Mill.¹¹

¹¹ Os conceitos de crescimento/ desenvolvimento foram evoluindo até aos nossos dias, conhecendo diferentes contributos teóricos, nomeadamente com as teorias económicas a partir da Revolução Industrial: Teoria Optimista de Adam Smith (XVIII); Malthusianismo de Malthus (XIX); Limites do Crescimento de J. Stuart Mill (XIX); Teoria Marxista (1818); Teoria Keynesiana (1883); Teoria de Rostow (1952); Crescimento Zero (1968)

Ao desenvolvimento esteve primeiramente subjacente a ideia de progresso científico e técnico, racionalidade material e utilitarista, sustentada por dois acontecimentos importantes na história, a Revolução Agrícola e a Revolução Industrial (Figueiredo, 2003a).

O modelo dominante de desenvolvimento que marcou o século XIX e parte do século XX (até à década de 70), teve por base o paradigma do crescimento económico. Passando então a valorizar-se a questão da riqueza, em que o crescimento económico se sobrepõe ao desenvolvimento, vingando a visão economicista porque se associava a ideia de prosperidade e aumento da riqueza. Este modelo perdurou até à II Guerra Mundial (Cruz, 1995) caracterizado essencialmente por uma visão evolucionista e linear do crescimento económico, alimentado pela racionalidade dominante da economia liberal, assente no pressuposto de que a sociedade seguiria o rumo a um crescente progresso e consumo.

De forma geral, este paradigma de desenvolvimento baseado no crescimento económico caracterizou-se pelos seguintes aspetos (Figueiredo, 2003a:219):

- Economicista;
- Industrialista;
- Produtivista;
- Tecnologista;
- Funcionalista;
- Centralista.

No entanto, este modelo de desenvolvimento originou algumas interrogações face à ideia de um crescimento económico ilimitado e global, bem como ao acentuar dos desequilíbrios entre os países. Ficando para a história a “célebre” divisão económica do mundo entre Norte (caracterizado como rico, industrializado e desenvolvido) e Sul (caracterizado como pobre, não industrializado e subdesenvolvido) (Cruz, 1995).

Este modelo gradualmente foi caindo em descrédito, agravado com a crise económica de 1972, evidenciando a necessidade de repensar o modelo de desenvolvimento vigente.

Sucintamente, podemos considerar que a noção de desenvolvimento esteve durante um longo período de tempo ancorada ao conceito de crescimento económico, nomeadamente até à década de setenta do século XX. Durante este período, o desenvolvimento era entendido como sinónimo de crescimento económico, assente nos seguintes pressupostos: *“aumento da produtividade, na crença cega e ilimitada na ciência e da tecnologia, no mito do modo de vida urbano, na exploração dos recursos naturais e na centralização de toda a ação e iniciativas de desenvolvimento”* (Figueiredo, 2003c:3).

No entanto, os efeitos decorrentes da sua aplicação provocaram ainda mais desigualdades, assimetrias e desfasamentos ao nível social e económico (principalmente), isto porque muitos aspetos ficaram à margem destes modelos, tais como a questão da desertificação, da preservação ambiental, igualdade de oportunidades e os desequilíbrios territoriais (Cavaco, 1995a).

Por outro lado, fatores como a crescente concentração urbana, litoralização em Portugal e a globalização económica, contribuíram fortemente para agravar a marginalização do espaço rural (Batouxas, 1998; Giddens, 2000).

Tendo em conta que as necessidades diferem de país para país dependendo do contexto social, cultural e económico, o desenvolvimento não pode resultar num conceito universal, mas apenas local (nacional) e no seu tempo próprio.

As Nações Unidas face a esta questão manifestaram a necessidade de procurar em conjunto novos conceitos de desenvolvimento, de bem-estar e de cooperação internacional, de modo a promover um equilíbrio entre as nações (PNUD, 1994). Subjacente a esta ideia está o conceito de desenvolvimento sustentável, que emergiu em grande força nos anos oitenta do século XX.

A emergência de um novo modelo de desenvolvimento e em particular no que diz respeito ao desenvolvimento rural, teve como pano de fundo a queda dos modelos de desenvolvimento antecedentes, baseados no pressuposto do crescimento económico, bem como a tentativa (falhada) de implementação de políticas agrícolas de modo a promover o desenvolvimento nas áreas rurais, como por exemplo a criação e aplicação da Política Agrícola Comum (PAC) (Figueiredo, 2003a).

Esta evidência demonstra acima de tudo uma ineficácia no fomento do desenvolvimento rural, porque as políticas de desenvolvimento dirigidas para as áreas rurais têm estado “atreladas” ao setor agrícola.

Por outro lado, associado ao facto de nas áreas rurais gradualmente se ter vindo a desenhar um novo cenário fruto de mudanças importantes e profundas, desencadeou o processo de reconhecimento da emergência de uma nova abordagem em relação ao desenvolvimento rural.

Esta necessidade emergiu a partir de dois acontecimentos relevantes, a publicação de um documento da anterior CEE “The Future of Rural Society” (1988), e um outro da OCDE “What Future for our Countryside” (1993) (Figueiredo, 2003c).

Assim, o interesse redobrado na questão do desenvolvimento rural é suscitado por uma maior preocupação ecológica e social, pela necessidade premente de anular o desequilíbrio entre espaços centrais e periféricos, desenhando-se uma nova conceção de desenvolvimento a partir do local (localidade) (Batouxas, 1998). *“É defendido por diversos autores, a promoção da localidade de modo a se poder intervir nas áreas rurais. Deste modo, o desenvolvimento rural (entendido como local em meio rural), surge nos nossos dias como uma forma de agir sobre os problemas das áreas rurais e de promover as suas potencialidades”* (Figueiredo, 2003a:227).

Esta visão do espaço rural atribui-lhe uma grande importância e permite reconhecer outras funções que desempenha para além de produtor de bens.

Tal como defende Cristóvão (2002) atualmente as áreas rurais são percecionadas como um espaço multifuncional, onde se cruzam diferentes atividades devido à diversidade de potencialidades que apresentam. A nova conceção de desenvolvimento a partir do local tem por base os seguintes aspetos (Batouxas, 1998):

- Valorização dos produtos locais;
- Reforço da capacidade das pessoas residentes;
- Capacidade para atrair pessoas;
- Intensificação da cooperação entre agentes locais;
- Criação de estratégias de ação que permitam um modo participativo das populações em áreas fundamentais.

No fundo, trata-se de mobilizar as pessoas para que estas se tornem ao mesmo tempo beneficiários e protagonistas das ações, de modo a promover a revitalização e diversificação da economia, com capacidade de fixar população, valorizar as produções e assegurar melhores condições de vida (Cavaco, 1999a).

No entanto, dada a diversidade de potencialidades que as áreas rurais têm é necessário proceder a uma abordagem realista, através de uma identificação das oportunidades ou potencialidades de cada área e também das suas fragilidades (Figueiredo, 2003a). Este passo torna-se importante na medida em que só assim se torna possível criar políticas adequadas a cada situação e monitoráveis.

O desenvolvimento rural deverá assim ser considerado como um processo dinâmico, multidimensional e multissetorial, que deve afetar todo o território e a população. A discussão em torno da nova conceção de desenvolvimento rural centra-se de facto numa abordagem mais dinâmica, bem como na definição e implementação de novas políticas.

Para tal, torna-se evidente a necessidade em adotar *“um modelo a que poderemos chamar híbrido, uma vez que engloba e articula os aspetos mais vantajosos das abordagens anteriores (...) esta abordagem define um continuum política-ação, que representa uma negociação permanente e interativa entre os vários interesses envolvidos”*, bem como a necessidade de novos *“arranjos institucionais, no sentido de concretizar eficazmente aquele continuum”* (Figueiredo, 1995:9).

Desta forma, a nova conceção que norteia o desenvolvimento rural baseia-se numa abordagem dinâmica e interativa, capaz de promover a articulação entre os agentes locais, as instituições locais e o governo, porque tal como refere Simões Lopes (2003:287) *“o mundo rural de hoje não é o mundo rural que a tradição desenhou”*.

As mudanças operadas nas áreas rurais foram significativas e notórias, de espaço produtor de bens passou para espaço de lazer em função do progressivo abandono dos campos, envelhecimento da população, emigração e êxodo rural. Assistindo-se a um regresso da indústria ao espaço rural que envolveu os atores rurais e a ruralidade (Nave, 2003).

2.3.2. As políticas de desenvolvimento rural em Portugal

Alguns autores defendem a ideia de que não existe uma política ou políticas de desenvolvimento rural em Portugal, nem ações, medidas ou estratégias para a sua implementação (Figueiredo, 1995 e 2003a; Cavaco, 1999a; Lopes, 2003).

Esta ideia é reforçada com o facto das áreas rurais portuguesas padecerem de um esquecimento e falta de preocupação quanto à criação de políticas de desenvolvimento rural, situação que se verifica há mais de 40 anos (Figueiredo, 2003a).

Apesar de esta situação ter conhecido uma ligeira alteração aquando da adesão de Portugal à União Europeia em 1986, bem como por intermédio da PAC a primeira política comunitária a ser aplicada no país, na verdade os efeitos resultantes foram escassos e sem grandes impactos.

A formulação do Plano de Desenvolvimento Regional (1994-1999) consistiu na primeira tentativa em promover e implementar políticas de desenvolvimento rural em Portugal, este documento contém uma série de prioridades no que diz respeito ao ordenamento do território e ao ambiente, bem como contempla elementos chave de desenvolvimento com destaque para o desenvolvimento rural (PDR, 1999).

O desenvolvimento rural foi então definido como uma prioridade fundamental e como um elemento indispensável para o equilíbrio económico e social, um meio de impedir e estancar o despovoamento em espaço rural, promover a conservação dos recursos naturais e assegurar o equilíbrio entre os valores tradicionais e os urbanos (PDR, 1999; Lopes, 2003).

No entanto, segundo Figueiredo (2003a:230) *“a análise dos vários programas e medidas formulados e implementados nas áreas rurais, na sequência da integração na EU, continua a não permitir que se fale de uma política de desenvolvimento rural dada a ausência de articulação entre os vários instrumentos e, essencialmente pela concentração das preocupações com o setor agrícola”*. Esta afirmação vai de encontro com aquilo que se tem vindo a constatar, ou seja as políticas de desenvolvimento rural reduzem-se simplesmente à aplicação de políticas destinadas ao setor agrícola.

Por outro lado, analisando o período antecedente e posterior ao 25 de Abril de 1974 regista-se uma inércia quanto a iniciativas de investimento público na agricultura, facto que prejudicou este setor na medida em que não beneficiou de um processo de modernização e mecanização que permitisse um posicionamento sólido na economia (Cavaco, 1999a; Figueiredo, 2003a).

Atualmente, a agricultura em Portugal deixou de ser uma atividade principal, ocupa apenas franjas da população rural e com um contributo económico escasso. Este facto deve-se a um conjunto de fatores tais como a emigração e êxodo rural, o envelhecimento da população, o processo de descolonização, a mudança de regime e o processo de industrialização (Billaud et al, 1997).

Contudo, apesar da perda de importância económica e social da agricultura tem-se vindo a insistir na apologia de que o desenvolvimento rural comunga do desenvolvimento agrícola, surgindo como indissociáveis. Esta postura tem norteado os programas e medidas dirigidas às áreas rurais.

No que diz respeito à PAC, esta política resultou num exemplo elucidativo da identificação entre o rural e o agrícola (entre o desenvolvimento rural e o agrícola), expresso a um nível mais alargado abrangendo os países membros da União Europeia. Inicialmente, a PAC tinha por base três grandes pilares (Batouxas, 1998; Covas, 2004):

- A formação de um mercado único;
- A preferência comunitária;
- A solidariedade financeira.

Relativamente à PAC foram apontadas algumas falhas, com destaque para a aplicação de políticas agrícolas isoladamente. A ideia de que um setor agrícola tecnologicamente avançado consistia no ingrediente principal da receita para um mundo rural equilibrado e próspero caiu por terra. Reconhecendo-se assim, que a sobreposição entre o desenvolvimento rural e desenvolvimento agrícola produzia vários efeitos e impactos menos positivos para as áreas rurais (Billaud et al, 1997; Cavaco, 1999a; Figueiredo, 2003a; Covas, 2004).

Porém, esta política também não contemplava as preocupações ambientais e a existência de uma grande diversidade de áreas rurais, facto que dificultou a aplicação desta política, conduzindo à necessidade de uma reformulação. Para além deste aspeto, são apontadas outras críticas que se prendem com o facto de ter provocado desequilíbrios e descontinuidades sociais e espaciais.

A reforma da PAC emergiu desta tomada de consciência e da necessidade de alargar o âmbito do desenvolvimento das áreas rurais para além da agricultura (Figueiredo, 2003a). Em virtude da reforma da PAC tem-se assistido a uma reativação de programas de desenvolvimento rural, que persistem em centrar as preocupações no setor agrícola.

Esta situação torna-se clara com a adoção de estratégias de desenvolvimento rural como o Ruris, Agros e o Agris, programas nacionais que visam preferencialmente o desenvolvimento do setor agrícola e a promoção de uma agricultura competitiva em aliança com o desenvolvimento rural sustentável (Batouxas, 1998; Figueiredo, 2003a).

Por outro lado, com a reforma da PAC tentou-se apoiar as pequenas explorações com vista à sua viabilização, aliada ao facto da necessidade de criação de regulamentos comunitários com vista à certificação dos produtos agroalimentares, que pode resultar numa mais-valia para os produtores das áreas mais desfavorecidas (Denominação de Origem, Indicações Geográficas e Produtos Específicos) (Batouxas, 1998; Fragata, 2003).

No entanto, não é só a aposta na qualidade e na certificação dos produtos regionais que norteia esta reforma da PAC, contempla também subsídios compensatórios, medidas agroambientais e agroflorestais, a promoção do Turismo em Espaço Rural (TER) em virtude do pressuposto de que o aparecimento de turistas no meio rural permitiria em simultâneo a criação de postos de trabalho alternativos ou complementares à agricultura, bem como a preservação do património local (Batouxas, 1998).

O programa LEADER tem levado a cabo várias ações e a operacionalizar muitas destas medidas e estratégias de desenvolvimento referidas anteriormente, ressaltando a importância da medida “Recuperação dos Centros Rurais”, através da qual se tem requalificado e melhorado as condições de acesso e infraestruturas em aldeias do interior com uma situação socioeconómica frágil e com muitas carências (Jenkins et al, 1998).

Todos estes esforços têm tido efeitos positivos, nomeadamente em áreas mais desfavorecidas, deprimidas economicamente e periféricas. Estes programas de algum modo têm contribuído para uma tentativa de revitalização económica, tendo por base a atividade agrícola associada a outras atividades (agroalimentar, ambiente e turismo).

No caso específico da região de Serra da Estrela (onde se insere o contexto deste trabalho), esta região tem vindo e continua a padecer de um conjunto de estrangulamentos e constrangimentos a nível económico, social e demográfico. Uma situação que ilustra a realidade das áreas rurais portuguesas de fronteira, periféricas e desfavorecidas (Sirgado, 1995). Estes estrangulamentos são originados por uma conjuntura socioeconómica e sociodemográfica desfavorável, bem como resultantes da aplicação de políticas comunitárias (PAC) sem conhecer o contexto da sua implementação.

Apesar destes esforços, a realidade demonstra que as áreas rurais portuguesas mais profundas (como é o caso da Serra da Estrela) têm sido esquecidas e menosprezadas por uma política de desenvolvimento rural concreta e focalizada em diferentes setores.

Na opinião de Figueiredo (2003a:238) o declínio do setor agrícola representa uma ameaça maior para as áreas rurais, já que estas se encontram num beco sem saída e *“tenderão a desaparecer ou a arriscarem-se a ser reservas de algumas características, inventadas ou reinventadas pelos e para os urbanos, sem conteúdo e dinâmicas socioeconómicas e culturais próprias”*.

Em 1995 foi produzido o documento Europa 2000, que deu a conhecer os resultados da política comunitária seguida em relação ao desenvolvimento rural e a aplicação dos fundos comunitários, bem como analisou as transformações no espaço rural europeu (Figueiredo, 2003a). No seguimento deste documento, surgiu a Declaração de Cork a partir da Conferência Europeia sobre o Desenvolvimento Rural (1996), onde constam alguns dos princípios que inspiram a futura política rural europeia, que se baseiam na diversificação das atividades em meio rural como a linha principal que rege as políticas de desenvolvimento (Covas, 2004).

Entre essas atividades de diversificação destaca-se o “turismo rural, a produção de produtos alimentares típicos de qualidade, a revitalização das agriculturas locais, tendo em atenção o seu caráter multifuncional, o desenvolvimento e ordenamento da floresta, o desenvolvimento das atividades artesanais e a proteção do ambiente e dos recursos naturais” (Figueiredo, 2003c:13).

Com intuito de implementar estes princípios orientadores, têm sido criados e aplicados diversos programas e medidas oriundas da União Europeia.¹²

No entanto, estas atividades podem produzir efeitos perversos nas áreas rurais, com ênfase para a perda da autenticidade da ruralidade e do rural, da “museificação” do rural (as áreas rurais como reservas de “índios” para serem visitadas), para a recriação e reinvenção do rural (Joaquim, 1994; Cavaco, 1995a; Roca e Mourão, 2001; Figueiredo, 2003a).

Apesar de ser notória uma preocupação mais clara com as áreas rurais a partir da entrada na União Europeia e através de programas comunitários, a verdade é que continuamos a deparar-nos com um vazio e inexistência de políticas de desenvolvimento rural em Portugal.

2.3.3. Desenvolvimento sustentável: origem e definição do conceito No século XVIII, com o advento da Revolução Industrial os recursos naturais passaram a ser explorados de forma sistemática e ilimitada, originando-se uma série de desequilíbrios ao nível ambiental, económico e social. Esta forma desenfreada e predatória de exploração dos recursos foi apoiada pelo modelo de desenvolvimento neoliberal, dinamizado nesta época e vigente até aos nossos dias (Hall e Page, 1999).

Segundo Hall (1998) o debate em torno da questão do desenvolvimento sustentável nos países industrializados não é assim tão recente, remonta ao século XIX *“the debate over sustainable development of natural resources in industrialised countries dates from the middle of the nineteenth century and cannot be seen as a new policy issue, at least at the local or national level”* (Hall, 1998:22).

¹² Entre as iniciativas europeias temos a PAC e as medidas decorrentes; Programa LEADER; Programa NOW (New Oportunities for Women); INTERREG; ILE (Iniciativas Locais de Emprego). Em relação às iniciativas em Portugal temos o PPDR (Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional); o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social; Ruris (Plano de Desenvolvimento Rural); Agros (Programa Operacional de Desenvolvimento Rural); Agri (medida Agricultura e Desenvolvimento Rural) (Figueiredo, 2003a; Covas, 2004; Jenkins, 1998)

O desenvolvimento sustentável é um conceito que há algum tempo faz parte do vocabulário comum e foi aceite unanimemente. Apesar da sua rápida adoção, a sua implementação não foi tão bem sucedida (Butler et al., 1998).

Os antecedentes do “ressurgimento” do conceito de desenvolvimento sustentável devem-se a vários acontecimentos relacionados com acidentes ambientais e aos impactos negativos produzidos, apontando-se diversas críticas ao modelo de desenvolvimento neoliberal, uma delas culminou na publicação em 1962 do livro *Silent Spring* de Rachel Carson (Butler et al., 1998).

Nos anos setenta, surgem os primeiros movimentos sociais que discutem a insustentabilidade do modelo neoliberal, promovendo ações a alertar para a questão ambiental vivida e a necessidade de criar alternativas com vista a melhoria da situação ambiental, resultando estas ações na realização da Conferência da Biosfera em Paris em 1968.

Em 1972, aparece em cena o *Clube de Roma* uma associação formada por cientistas, intelectuais e empresários de todo o mundo, que divulgou o Relatório Meadows também conhecido como *The Limits of Growth (Os Limites do Crescimento)* (Burnay, 1997). Este documento avaliou as condições da degradação ambiental a nível mundial e elaborou algumas previsões para o futuro. A mensagem principal centrou-se na questão dos recursos finitos e no facto da Terra não poder sustentar indefinidamente os crescimentos populacional e produtivo cumulativo, prevendo que em 100 anos os principais recursos estariam esgotados.

Ainda em 1972 ocorreu em Estocolmo a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, onde foram enunciados um conjunto de princípios que denunciava a responsabilidade do subdesenvolvimento pela degradação ambiental, resultando no estabelecimento da base teórica para o conceito Desenvolvimento Sustentável (Butler et al., 1998). Deste modo, começaram a (re) surgir novas teorias e paradigmas que procuraram soluções para o problema do subdesenvolvimento em articulação com as preocupações ambientais.

Em 1982 foi criada pela Assembleia das Nações Unidas uma Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (WCED), com a finalidade de analisar os problemas ambientais e do desenvolvimento de forma a poderem propor estratégias ambientais a longo prazo para o ano de 2000 (Hall e Lew, 1998).

O fruto do trabalho da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, consistiu na elaboração de um documento intitulado “*Our Common Future*” (*Nosso Futuro Comum*) em 1987. Este documento também ficou conhecido como Relatório Brundtland, por ter sido apresentado na Assembleia das Nações Unidas, cujo encontro foi presidido pela então primeira ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland (Fraga, 2003). Este relatório consiste essencialmente num documento que visa promover o desenvolvimento económico e social, em conformidade com a preservação ambiental. Tendo sido elaborado à luz dos pressupostos da preservação da natureza, eliminação da pobreza, crescimento económico e garantia da existência das gerações vindouras.

No fundo, o relatório Brundtland traduz as preocupações ao nível do meio ambiente e da sua sustentabilidade, da cultura e dos modos de vida, numa tentativa de colocá-las na ordem mundial. Este relatório é tido como a “bíblia” da sustentabilidade que os países devem seguir, bem como é nele que surge pela primeira vez o conceito de desenvolvimento sustentável utilizado e discutido até aos dias de hoje.

O desenvolvimento sustentável surge como um modelo de desenvolvimento, tendo como objetivo tentar de algum modo enfrentar o desafio da segurança humana, centrando a atenção na população, olhando para o crescimento económico como um meio e não como um fim, que proteja as oportunidades de vida das gerações seguintes, tal como das atuais e respeite os sistemas naturais dos quais o homem depende (PNUD, 1994).

É um conceito que recentemente ganhou nova visibilidade, que emergiu da tomada de consciência de que as necessidades e os estilos de vida modernos podem num futuro imediato ultrapassar a capacidade do planeta (Burnay, 1997).

O conceito de desenvolvimento sustentável foi assim (re) introduzido pela Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento (WCED / CMAD) em 1987, tendo sido aceite na maioria dos países ocidentais e incluído nas políticas da União Europeia. Esta Comissão foi criada em 1984 como um órgão independente da Assembleia Geral das Nações Unidas.

A aceitação deste conceito pode ser entendida como uma expressão do aumento da ameaça ambiental no final dos anos oitenta, ou por outro lado, a (re) introdução deste conceito pode estar fortemente relacionada com a falha das políticas ambientais das décadas anteriores (Nitsch e Sraaten, 1995).

Segundo a Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável constitui um processo de mudança orientada em que a exploração dos recursos, o desenvolvimento tecnológico, os investimentos e as alterações institucionais estão todos em harmonia e fomentam a capacidade presente e futura de prover satisfação às necessidades (CMAD, 1991).

Tal como já foi anteriormente referido, o conceito de desenvolvimento sustentável renasceu por meio da Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento que elaborou os princípios fundamentais do desenvolvimento ficando conhecidos como “Declaração de Tóquio”, dos quais enumeramos os seguintes (CMAD, 1991):

- Reavivar o progresso;
- Mudar a qualidade do progresso;
- Conservar e melhorar a base de recursos;
- Assegurar um nível populacional sustentável;
- Reorientar a tecnologia e controlar os riscos;
- Integrar o ambiente e a economia na tomada de decisões;
- Reformar as relações económicas internacionais;
- Intensificar a cooperação internacional.

A *Agenda 21* (agenda para o século XXI) surge também como mais um documento importante que foi adotado em consequência destes acontecimentos, que corresponde à resposta da comunidade internacional relativamente à necessidade de criar estratégias para travar e reverter os efeitos da pobreza e da degradação ambiental (Wahab, 1997). A *Agenda 21* contém uma estratégia de ação assente em determinados princípios básicos para a construção de uma sociedade sustentável, baseada num programa adotado por diversos governos e que conseguiu obter um consenso internacional (Keating, 1993). Os princípios consagrados pela Agenda 21 focalizam os seguintes aspetos (Burnay, 1997):

- A preservação e o respeito a todos os seres vivos;
- A preservação da diversidade e vitalidade dos sistemas ecológicos;
- A preservação dos recursos não renováveis;
- A melhoria da qualidade de vida do homem.

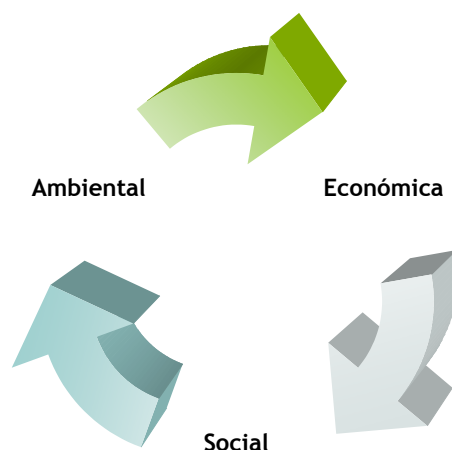
Este documento atravessa diversos campos da vida humana e da sociedade, desde questões relacionadas com o desenvolvimento económico, social, à conservação e administração dos recursos, ao papel dos grandes grupos sociais, bem como incentiva à criação de projetos que visem o desenvolvimento sustentável tendo em conta a preservação dos recursos naturais e a qualidade ambiental (Figueiredo, 2003a).

A União Europeia invoca também o conceito de desenvolvimento sustentável como um dos objetivos que visa prosseguir por meio do Tratado de Maastricht. A sua importância reside no facto de que pela primeira vez foi colocada em discussão a problemática do desenvolvimento e conservação, evidenciando a necessidade de articulação entre estas duas componentes que não se podem dissociar (Burnay, 1997).¹³

¹³ No entanto, muitas críticas foram tecidas e polémicas criadas à volta deste conceito, na medida em que segundo alguns autores o conceito de desenvolvimento sustentável encerra certas contradições e contém um efeito perverso (Batouxas, 1998)

Resumindo, as principais dimensões da sustentabilidade (económica, ambiental e social) visam em conjunto a sustentabilidade global:

Figura 4 - Principais dimensões da sustentabilidade



2.3.4. Desenvolvimento sustentável e a atividade turística

“A amplitude dos problemas ambientais fez com que o ambiente se tornasse uma nova componente mais ou menos estrutural da realidade social, que afeta o funcionamento e a evolução da sociedade” (Mazorra, 1995 citado por Batouxas, 1998:21).

A perceção da crise que enfrenta o ambiente (poluição, mudança climática global, desflorestação, erosão dos solos) e as repercussões que acarreta para as populações, faz com que esta questão esteja na ordem do dia.

Até finais da década de setenta do século XX, o modelo de desenvolvimento turístico predominante centrou a sua atenção nos fluxos internacionais cujos países emissores correspondiam aos países mais desenvolvidos (industrializados).

Esta situação despoletou uma explosão de infraestruturas, acessos e alojamento turístico nos países recetores, que por sua vez correspondiam às áreas menos desenvolvidas (menos industrializadas) (Joaquim, 1994).

Este modelo de desenvolvimento da atividade turística corresponde à ideia de que o turismo consiste num fator de desenvolvimento nas áreas menos favorecidas, porque resulta em si numa atividade consumidora de recursos naturais e construídos, bem como comporta alguns efeitos noutras atividades (efeito multiplicador) (Hall, 1998).

Esta ideia foi também fortemente evidenciada pelas Nações Unidas (1963), referindo-se ao turismo como um elemento vital de desenvolvimento económico em áreas geográficas desfavorecidas (Joaquim, 1994). Perspetiva que vigorou durante o período de ouro da massificação e saturação de alguns destinos, associada ao aumento do tempo livre e dos rendimentos na Europa e nos Estados Unidos, que provocou uma série de impactos e constrangimentos a nível social, cultural e ambiental nas áreas-destino.

A rutura desta perspetiva deu-se em 1980, a propósito da Conferência de Manila que resulta no primeiro passo contra o incentivo e promoção do turismo internacional, dando lugar a uma abordagem do turismo como fenómeno social.

Esta nova abordagem centra-se no modelo oferta/procura e na necessidade do planeamento enquanto ferramenta ao dispor da atividade turística, cujo principal objetivo consiste em conceber um desenvolvimento harmonioso, integrado e sustentável (Inskip, 1991).

O planeamento em turismo é essencialmente um instrumento para qualquer área-destino, de forma a evitar constrangimentos e impactos negativos. Inskip (1991) aponta algumas das razões para planear em turismo, de modo a otimizar os benefícios do turismo e prevenir possíveis problemas. Para tal, é necessário elaborar um plano consistente e efetuar uma gestão articulada e cuidadosa, em função das características sui generis do setor turístico. Esta necessidade surge do facto da atividade turística constituir uma atividade relativamente recente, em que tanto as entidades públicas como as privadas são detentoras de pouca experiência na criação e implementação de planos de desenvolvimento.

Por outro lado, o turismo assume-se como uma atividade fragmentada em que estão envolvidos vários setores, decorrendo a necessidade de planear para assegurar um desenvolvimento que sirva tanto o turismo como outras áreas.

Segundo Joaquim (1994) o turismo enquanto atividade necessita de seis tipos de recursos para existir que se apresentam de seguida:

- Infraestruturas, equipamentos e acessos;
- Alojamento e restauração;
- Atracões;
- Recursos histórico-culturais;
- Recursos naturais;
- Hospitalidade.

Aliada a esta faceta está também o facto de o turismo ser um produto intangível, que proporciona experiências através do usufruto de infraestruturas e serviços, afigurando-se o processo de planeamento como primordial para assegurar a manutenção e conservação dos recursos dos quais o turismo depende diretamente, para gerir os benefícios socioeconómicos esperados e prevenir a degradação ambiental, ou seja o planeamento consiste numa ferramenta importante para vitalizar as áreas-destino, tendo em conta os perigos que o turismo possa representar (Costa, 2004).

Assim, o (re) aparecimento em cena da expressão “desenvolvimento sustentável” associada à relação entre a natureza e a sociedade, cunhada pela Relatório Brundtland (1987), veio desencadear um conjunto de transformações a nível económico, social e cultural, às quais a atividade turística não ficou imune, tendo sido também contagiada pelo espírito da sustentabilidade. Como efeito desta tendência a OMT a partir de 1993 começou a centrar a sua atenção na questão das relações entre o ambiente, comunidade destino e atividade turística (Joaquim, 1994).

Tendo em conta estes aspetos e a tendência do turismo de massas, com repercussões negativas no destino, tornou-se urgente encarar esta atividade económica segundo a ótica da sustentabilidade. Desta forma, “o turismo tal como qualquer outra atividade humana, desenvolvida de forma desordenada e intensiva no tempo e no espaço, provoca danos irremediáveis e mesmo a destruição do seu próprio produto.

O pior é que esse produto muitas vezes se traduz na própria identidade cultural de um povo e nos recursos naturais tão necessários à sua vida e à vida da terra” (Burnay, 1997:63). Segundo a OMT (1994:7) *“the sustainable development approach implies that the natural, cultural and other resources of tourism are conserved for continuous use in the future, while still bringing benefits to the present society”*.

Imbuída deste espírito e preocupação a OMT tem vindo a promover diversas ações, no sentido de lançar os meios necessários para a aplicação do conceito de sustentabilidade aliado ao binómio desenvolvimento/conservação e também quanto à promoção de um turismo sustentável.¹⁴

Entre as ações promovidas pela OMT destacamos as seguintes as mais recentes (www.world-tourism.org, última consulta em setembro 2011):

Maio 2011 - UN agencies commit to make tourism work for development;

Julho 2011 - Global Baseline Criteria for Sustainable Tourism - Sustainable Tourism Criteria Initiative;

Agosto 2001 - Seminar on Tourism Sustainability and Local Agenda 21 in Tourism Destinations and Workshop on Sustainability Indicators for Tourism Destinations ;

Agosto 2001 - Round Table on Sustainable Tourism and Poverty Alleviation - Session on the Sustainable Tourism - Eliminating Poverty (ST-EP) Initiative ;

Agosto 2011 - Tourism in the Headlines: UNWTO conference looks to place tourism in the news.

Estas ações traduzem a crescente preocupação por parte da OMT e dos países visados em relação ao futuro do planeta e da atividade turística.

¹⁴ O conceito de turismo sustentável é abordado com maior profundidade no Capítulo 2 ponto 2.1.4.

Emerge a ideia de que é necessário desenvolver o turismo de forma sustentável, aliar ao seu desenvolvimento o planeamento, na medida em que o turismo depende das atrações e das atividades relacionadas com a natureza, património histórico e padrões culturais de um destino (Mill e Morrison, 1985).

Por conseguinte, o turismo sustentável poderá constituir um meio de assegurar que os recursos não sejam explorados até à exaustão, manter a diversidade biológica, seguir princípios éticos, envolver as populações locais no processo de desenvolvimento e promover a distribuição equilibrada dos benefícios resultantes (Williams, 1998).

Segundo Partidário (2003) relativamente às abordagens de modelos de sustentabilidade do turismo em meio rural e natural, subsistem dois modelos distintos, o modelo *autóctone* e o modelo *estereotipado*. O primeiro visa a utilização dos recursos existentes, explorando as potencialidades endógenas de modo integrado, o segundo promove as tipologias e os produtos que mais vendem em outros locais.

2.4. O turismo como potenciador do desenvolvimento rural e sustentável

2.4.1. Introdução

A questão em torno do espaço social, mais especificamente da relação rural-urbano, tem sido amplamente debatida. Inicialmente, o grande impulso foi dado com os teóricos da Escola de Chicago (1910), cujos contributos estabeleceram a base teórica para a sua problematização e conceptualização.

O estudo da diferenciação funcional do espaço, assente no rural-urbano, ganhou importância devido aos contributos de Park, Burgess, Redfield e Wirth. Emergindo assim a visão dicotómica que opôs rural e urbano, que perdura até aos nossos dias (Barata, 1991).

Esta visão dicotómica destaca os traços distintivos de cada um dos componentes. Ao urbano associa-se a ideia de grandes centros urbanos industrializados, com um grande número de habitantes e cujas relações sociais são baseadas no anonimato.

Por sua vez, ao rural associa-se a ideia de pequenos aglomerados populacionais, cuja atividade principal se centra na agricultura e onde as relações sociais assentam nas relações de vizinhança e coletivas (Barata, 1991).

Subjacente a esta ideia tem estado a caracterização das áreas rurais, que geralmente se localizam fora dos limites das cidades, são caracterizadas por um esvaziamento demográfico, uma economia centrada na agricultura de subsistência e familiar e por fracas oportunidades de emprego. Porém, nos últimos tempos as áreas rurais têm sido alvo de profundas transformações, o que colocou em causa a visão dicotômica rural-urbano, assente exclusivamente no papel do rural como produtor e fornecedor de bens, matérias-primas e mão de obra para as cidades, suporte ao processo de industrialização que se iniciou no século XVIII (Santos, 2000).

Estas características estão associadas ao meio rural, que conheceu diferentes momentos na história, antes da Revolução Industrial, durante o processo ligado à própria Revolução Industrial e pós II Guerra Mundial. Assim, podemos considerar que a visão do meio rural conheceu mutações ao longo do tempo, entre as quais destacamos as seguintes:

Quadro 4 - Características do meio rural ao longo da história

Antes da Revolução Industrial	<ul style="list-style-type: none"> . Produção de alimentos . Agricultura consiste na actividade económica principal . Grupo social base é a família
Durante a Revolução Industrial	<ul style="list-style-type: none"> . Perde importância como centro produtor . Dá lugar ao desenvolvimento de centros urbano-industriais . Início do processo do êxodo rural . Desertificação demográfica
Pós II Guerra Mundial	<ul style="list-style-type: none"> . O meio rural fractura-se em duas realidades: o rural moderno e o rural tradicional . Distinção entre áreas rurais centrais e áreas rurais profundas . Surge um novo conceito de rural: o rural não agrícola . Meio rural deixa de ter como principal função a produção de bens . Assume um novo papel: multifuncional e alternativo ao meio urbano

Fonte - Adaptado de Pereira, 2000:77 citando Ferrão, 2000

Com efeito, em síntese podemos referir que *“até há bem pouco tempo ruralidade e interior eram sinónimo de pobreza, atraso, exclusão social e analfabetismo. Hoje em dia esse conceito está totalmente revisto e alterado e ruralidade passou a significar turismo, preservação ambiental, lazer, desporto e uma economia alternativa à economia agrícola”* (Pereira, 2000:73).

2.4.2. Principais transformações das áreas rurais em Portugal

As áreas rurais, em particular nos países da Europa, sofreram um processo de transformação acelerado e profundo a partir da II Guerra Mundial (Butler, Hall e Jenkins, 1998), ao qual as áreas rurais portuguesas não ficaram imunes.

O caso português apresenta um contexto de profundas mudanças com reflexos ao nível demográfico, económico e social nas áreas rurais.

Portugal caracteriza-se por deter áreas rurais desfavorecidas do ponto de vista económico, social e cultural, como é o caso da Serra da Estrela e Alentejo, com um denominador comum marcado por pobreza, perda da população jovem, falta de oferta de emprego, agricultura de subsistência, que desencadeou o fenómeno da litoralização e um processo de desertificação demográfica e económica sem precedentes (Figueiredo, 2003c).

Segundo Peixoto (2002), ameaças de ordem demográfica, económica e cultural pairam sobre os meios rurais, ou seja fatores como *“o êxodo rural, a diminuição e o envelhecimento populacional ou o encerramento de escolas por escassez de alunos (...) insolvência dos modos agrícolas tradicionais, da falta de emprego, da inexistência de circuitos comerciais para fazer chegar ao mercado os produtos da atividade agrícola ou a pressão do crescimento urbano e da especulação imobiliária (...) uniformização de valores e traços culturais (...) diminuição das práticas sociais coletivas”* (Peixoto, 2002:3), resultam em fortes ameaças suscetíveis de acentuar os desequilíbrios nas áreas rurais.

A sociedade portuguesa, num âmbito global, e as áreas rurais em especial, foram alvo de um conjunto de transformações provocadas por uma crescente urbanização, um cosmopolitismo dos comportamentos, uma relação mais intensa com os mercados de trabalho e uma maior territorialização das práticas quotidianas (Peixoto, 2002, citando Reis, 2001).

Em função destes fatores e das suas diversas manifestações, surgiram as principais transformações do meio rural, que se prendem na sua essência com a urbanização dos meios rurais, isto é, do ponto de vista produtivo com a perda de peso e interdependência da agricultura em relação a outros setores económicos, imbuído do espírito de rentabilização económica. Do ponto de vista sociológico e cultural, estas transformações estão associadas com a terciarização de uma parte da população ativa rural, bem como a aspiração em ascender ao modo de vida urbano (Alves, 2002).

Deste modo, assiste-se à substituição da agricultura tradicional pela agricultura de cariz produtivista, à introdução de novas tecnologias que vieram romper os laços afetivos com a terra e laços comunitários baseados na entreaajuda, isto é, paralelamente o rural dissocia-se do contexto social e económico que enquadra as populações agrícolas e por outro lado, a agricultura dissocia-se do rural, deixando de ser considerada uma atividade rural. Em consequência do processo de modernização da agricultura, as áreas rurais deixam de ser consideradas espaços de qualidade ambiental, tornando-se progressivamente espaços disponíveis para estratégias de localização diversificada e lugar de “espaço protegido” enquanto reserva de recursos naturais, um assunto que iremos abordar mais tarde (Figueiredo, 2003a).

As consequências resultantes das transformações operadas no meio rural refletem-se, com maior ou menor intensidade, no contexto económico, social e cultural, marcado por sérios desequilíbrios e assimetrias.

Por outro lado, a própria transformação do mundo rural tem suscitado um aumento do interesse relativamente ao rural, por meio de fenómenos como as segundas residências e as novas formas de lazer e turismo (Ferreira, 1999; Cavaco, 1999a; Peixoto, 2002).

Em síntese, as áreas rurais têm mudado rapidamente devido a forças endógenas (perda de população, aumento da população envelhecida, mudança da estrutura familiar), e devido a forças exógenas (inovação tecnológica, reestruturação dos mercados e economias). De modo geral, o desenvolvimento económico, social, tecnológico e político afetou as áreas rurais, atribuindo-lhe novas funções para além das funções tradicionais que desempenha (Jenkins, Hall e Troughton, 1998).

Tal como refere Figueiredo, *“atualmente, assistimos a uma valorização do espaço rural que corresponde, basicamente, à (re) descoberta desse espaço reserva de mão de obra para as atividades de cariz urbano-industrial mas como espaço reserva de heranças, tradições e memórias sociais, culturais e ambientais”* (Figueiredo, 2003a:154).

2.4.3. O carácter multifuncional dos espaços rurais

A visão atual das áreas rurais centra-se na multifuncionalidade, isto é, para além da função centrada na produção de bens associam-se outras funções, tais como a conservação do património e proteção do ambiente, lazer e turismo.

De modo geral, podemos elencar as “velhas” funções específicas das áreas rurais. Uma primeira função diz respeito ao espaço rural entendido como “reserva”, ou seja o espaço rural consistia numa reserva e fornecimento de mão de obra para os centros urbanos e industrializados (Alves, 2002), despojando o meio rural de população ativa e jovem.

A segunda função reporta-se ao espaço rural como “fornecedor de bens”, isto porque a atividade económica dominante baseia-se na agricultura (Figueiredo, 2003a).

Uma terceira função relaciona-se com o facto de o espaço rural constituir uma “reserva de espaço físico”, privilegiado para uma série de localizações, desde cidades-dormitórios, zonas de recreio, estabelecimentos turísticos e infraestruturas industriais (Alves, 2002).

A quarta função diz respeito à proteção ambiental, por via de um sistema de cultivo de policultura e pecuária que implicava uma consequente proteção ambiental sem a necessidade de criar mecanismos próprios de controlo (Pereira, 2002).

Por fim, a quinta função é classificada de “natureza político-ideológica”, relacionada com o sistema social tradicional, assente na família camponesa de cariz agrícola, imbuída de valores rurais e tradicionais que tem desempenhado a função de estabilização política e social (Alves, 2002).

Face às transformações de que as áreas rurais foram alvo, novas funções emergiram neste contexto, dotando estes espaços de um carácter multifuncional que se prende com a conservação da paisagem e do ambiente rural, manutenção das áreas rurais como um recurso de recreio e lazer, assegurando a produção de bens de forma eficiente (Butler, Hall e Jenkins, 1998; Pereira, 2002).

Assim, estamos perante novos usos do espaço rural que representam de certa forma, a diversificação das suas funções. As novas funções das áreas rurais surgem como complementares às funções tradicionais, e relacionam-se com o lazer, turismo, residência e desenvolvimento de atividades industriais.

Esta diversificação do uso e funções do espaço rural traduz a progressiva apropriação do espaço rural por parte de populações e lógicas urbanas, que atualmente o mundo rural surge *“como um espaço que tende a ser apropriado para determinadas formas de lazer, para a conservação do ecossistema e dos recursos naturais, ou para o desenvolvimento de inúmeras atividades, mas também como um modelo de sociedade alternativa à sociedade urbana”* (Santos, 2000).

Esta nova abordagem das áreas rurais centrada nas funções não produtivas de preservação e fruição de paisagens, na diversificação de atividades como o artesanato, o turismo nos espaços rurais, os produtos agrícolas de alta qualidade, atribuindo-lhe essencialmente funções sociais não produtivistas, de lazer e reserva natural, tem por base a ideia de invenção social de uma nova realidade (Hobsbawm e Ranger, 1983), de uma nova ruralidade (Alves, 2002).

Com esta nova abordagem do rural, a relação estabelecida com o urbana passa de uma relação de dependência (ou subalternização), para uma relação complementar, assente na valorização do património, com destaque para a conservação da natureza, a busca da autenticidade por meio da preservação da herança histórico-cultural, e por último a mercantilização da paisagem como consequência das atividades de turismo e lazer (Santos, 2000; Alves, 2002).

Esta nova representação social das áreas rurais tem tido como face visível a crescente procura, passando de um espaço repulsivo para um espaço atrativo. O retorno ao campo resulta essencialmente de representações sociais urbanas do rural como um recetáculo de tradições, memórias e modos de vida tradicionais que lhe conferem essa capacidade atrativa junto de grupos sociais específicos (Alves, 2002; Figueiredo, 2003a).

Esta ruralidade é agora entendida *“como um princípio de organização e um sistema de valores que, a par com a visibilidade social das questões ambientais, se reforça na componente do que podemos designar por reserva de qualificação ambiental”* tendo como protagonistas e portadores deste processo *“os grupos sociais urbanos ou urbanizados”* (Alves, 2000:43 citando Reis e Lima, 2000), cujo imaginário social reporta *“para uma valorização do passado, centrada no mundo rural, daí que os cidadãos preferam cada vez mais a aldeia urbanizada à cidade turística”* (Joaquim, 1994:45 citando Rambaud, 1980).

2.4.4. As áreas rurais como lugar de lazer

As áreas rurais têm-se assumido como lugares privilegiados para a prática turística, assistindo-se ao despontar de um maior uso turístico do espaço rural, devido essencialmente às transformações ocorridas, resultando na apropriação das áreas rurais como um bem de consumo e como património (Peixoto, 2002).

Segundo Butler, Hall e Jenkins (1998) durante muito tempo que a imagem tradicional associada às atividades de lazer no meio rural se baseava em três aspetos: a igreja, o café e o mercado.

Isto é, durante um longo período de tempo, as atividades de lazer no meio rural estavam ligadas a eventos sociais (batizados, casamentos e funerais), a festividades anuais associadas ao calendário religioso e feiras populares, que mobilizavam uma minoria da população urbana com raízes rurais.

No entanto, este cenário alterou-se significativamente nas áreas rurais. Atualmente, as atividades de lazer em espaço rural centram-se genericamente em visitar sítios históricos e culturais, participar em festivais, fazer percursos pedestres ou pesca desportiva, andar de barco, andar a cavalo, visitar quintas e apreciar a natureza, bem como praticar desportos de aventura e de natureza (Burnay, 1997; Butler, Hall e Jenkins, 1998; Cavaco, 1999a).

Subjacente à motivação em procurar estas atividades de lazer¹⁵ em espaço rural, estão fatores associados à imagem recriada da ruralidade que se prende com o tradicional, a nostalgia, a calma, o genuíno, o autêntico e a contemplação da natureza (Dewailly, 1998).

Esta ruralidade pode ser entendida como um *“myth in the terms that many people regard it a peculiar blending of nostalgia, wholesomeness, heritage, nature and culture, combining the romantic combination of man and nature working in harmony, captured on calendars and Christmas cards throughout the developed world, but it is a powerful myth that has created a demand for access to, and in some cases, acquisition of parts of the rural landscape”* (Butler, Hall e Jenkins, 1998:14)

Fruto das transformações ocorridas nas áreas rurais nos últimos anos as atividades de lazer associadas ao turismo surgiram como complementares à agricultura, tendo-se iniciado um processo de turistificação¹⁶ do meio rural, em que o *“processo de consumo mítico do turismo é, neste contexto, o mundo rural na sua globalidade, as suas culturas, os seus modos de vida, detentores de uma pureza e de uma autenticidade que se tornou uma forte atracção turística”* (Joaquim, 1994:42).

¹⁵ Lazer distingue-se de turismo, por não exigir uma viagem e estadia turística, embora decorram atividades de lazer no contexto do turismo (Malta, 1996)

¹⁶ O conceito de turistificação é aplicado para exprimir um *“conjunto de processos e mecanismos que fazem com que um espaço seja objeto de utilização para fins turísticos”* (Malta, 1996:7)

Desde já há algum tempo que as áreas rurais desempenham um papel importante como polos de atracção para turistas e visitantes. No entanto, este papel acentuou-se a partir das últimas décadas, no sentido em que as áreas rurais procuraram a autopromoção de modo a tornarem-se mais atrativas, apoiadas na imagem simbólica que representam (Butler e Hall, 1998).

Esta imagem assenta sobretudo em aspetos como a *“simplicidade do modo de vida rural tradicional, a autenticidade das gentes do campo, o exotismo e a pluralidade das paisagens, das gastronomias, dos trajes, dos cantares, dos costumes e das tradições”* (Sirgado, 1996:74), que resultam em fortes componentes de atracção turística.

A nova centralidade do rural prende-se assim com a perspetiva assente no consumo simbólico por parte de grupos urbanos, isto porque *“o turismo em meio rural tem a particularidade de uma parte do produto turístico ser a própria ruralidade: a sua cultura, o seu modo de vida, as suas paisagens, todos os bens que sem serem produzidos para o turismo, são consumidos pelos turistas”* (Mormont, 1980 citado por Joaquim, 1994:46).

Esta situação tende a tornar as áreas rurais numa espécie de “reserva de índios” (Figueiredo, 2003b) na medida em que temos vindo a assistir a uma crescente museificação da cultura e da natureza nestes lugares, tratando-se acima de tudo de uma realidade recriada ou transformada (Joaquim, 1994; Butler, Hall e Jenkins, 1998; Dewailly, 1998).

A ilustrar esta situação Moreno (1999) dá-nos conta de dois exemplos paradigmáticos de uma ruralidade recriada, na Serra do Açor e na aldeia do Piódão, referindo que estas áreas rurais marginais passaram de “símbolo da miséria” para “símbolo do exotismo” e paralelamente a *“museu da ruralidade”, mas de uma ruralidade idílica para fruição urbana. Aquela ruralidade desprovida de “maus cheiros”, adaptada a uma “civilização higiénica”, afinal idealizada e “fabricada” à imagem da ordem racional que dita o valor de mercado (incluindo o do produto turístico) e rege a distribuição do dinheiro* (Moreno, 1999:411-412).

A questão em torno da turistificação do espaço rural português, tem sido alvo de grande discussão na medida em que o turismo tem sido invocado como um instrumento de desenvolvimento rural e considerado o “remédio” para a resolução dos problemas das áreas rurais, bem como incentivado pelo próprio Estado através de medidas e programas específicos¹⁷ (Joaquim, 1994; Cavaco, 1999a; Figueiredo, 2003b).

No entanto, os efeitos perversos decorrentes da atividade turística nos espaços rurais colocaram em causa o dogma do turismo entendido como o principal instrumento de desenvolvimento.

Na opinião de Cavaco, o turismo nos espaços rurais aparece não como uma alternativa mas *“como uma das possíveis atividades capazes de proporcionar alguma valorização do património e da capacidade de trabalho, com os seus rendimentos complementares, bem como de indiretamente animar outras atividades produtivas, do pequeno comércio aos serviços”* (Cavaco, 1996:84).

No entanto, os contributos do turismo para a tão esperada revitalização económica e social das áreas rurais, para além de serem difíceis de avaliar são também pouco significativos. Porém, não deixa de ser relevante *“para uma ou outra família, atenuando o êxodo rural, o envelhecimento e a degradação social ao nível dos lugares e das aldeias que foram privilegiados por tais promotores”* (Cavaco, 1999a:145).

Segundo Joaquim (1999) o turismo nos espaços rurais tem resultado num importante fator de diversificação da oferta, contudo não tem cumprido o seu papel, no sentido de tentar encontrar *“novas vocações para o espaço rural”*. Esta situação deve-se sobretudo ao facto de ser uma atividade “elitizada” que, na verdade, não corresponde a uma complementaridade à agricultura, promovido por promotores externos, assemelhando-se mais a um processo de “neoruralismo”.

¹⁷ O Programa das Aldeias Históricas constitui um excelente exemplo, através do qual algumas aldeias beirãs (Linhares, Idanha-a-Velha, Marialva, Piodão e Castelo Rodrigo) foram contempladas para beneficiarem de um conjunto de apoios, no sentido de viabilizar novas funções nas áreas rurais, em particular ligadas ao turismo, comércio e artesanato (Moreno, 1999; Figueiredo, 2003b)

Esta opinião é corroborada por Figueiredo (2003b:13) ao referir que *“Mais do que um instrumento efetivo de dinamização dos locais, o turismo rural em Portugal tem sido essencialmente entendido e utilizado, como estratégia de recuperação e conservação do património pessoal e familiar dos promotores e a uma escala mais reduzida, ainda que importante, como mecanismo de requalificação do património cultural e natural das aldeias (...), sendo protagonizada predominantemente pelos não rurais”*.

De modo geral, o turismo nos espaços rurais em Portugal apresenta um conjunto de características paradoxais, no sentido em que a oferta se tem estruturado de “cima para baixo”, tal como refere Moreira (1994:163) *“o turismo rural é uma atividade cuja difusão começou pelo topo da pirâmide social e que está longe ainda de se estender a estratos mais próximos da base”*. A esta característica associa-se um elevado padrão socioeconómico dos promotores, com uma vida definida no aspeto familiar e profissional, movidos essencialmente pelos benefícios privados em detrimento dos benefícios sociais decorrentes da atividade turística que desenvolvem (Ribeiro, 2003a).

2.5. As Áreas Protegidas e o Turismo

2.5.1. Áreas Protegidas em Portugal: Enquadramento legal

Em Portugal, o conceito de áreas protegidas foi instituído na década de setenta do século passado, tendo ainda uma história relativamente recente.

A presente Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) teve início em 1971, coincidindo com a criação de espaços com estatutos especiais de proteção em Portugal. Este período foi abundante em termos de classificações de zonas geográficas protegidas, tendo sido iniciado este processo com a criação do Parque Nacional da Peneda-Gerês em 1971, através do Decreto-Lei n.º 187/71 (Joaquim, 1994).

O processo de criação de Áreas Protegidas é atualmente regulado pelo Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de Julho.

A classificação das AP de âmbito nacional pode ser proposta pela autoridade nacional (ICNB) ou por quaisquer entidades públicas ou privadas; a apreciação técnica pertence ao ICNB, sendo a classificação decidida pela tutela. No caso das AP de âmbito regional ou local a classificação pode ser feita por municípios ou associações de municípios, atendendo às condições e aos termos previstos no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de Julho.

As tipologias existentes são Parque nacional, Parque natural, Reserva natural, Paisagem protegida e Monumento natural; com exceção do “Parque Nacional” as AP de âmbito regional ou local podem adotar qualquer das tipologias atrás referidas, devendo as mesmas ser acompanhadas da designação “regional” ou “local”, consoante o caso (“regional” quando esteja envolvido mais do que um município, “local” quando se trate apenas de uma autarquia).

O Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de Julho, prevê ainda a possibilidade de criação de Áreas Protegidas de estatuto privado (APP), a pedido do respetivo proprietário; o processo de candidatura, a enviar ao ICNB, está regulado pela Portaria n.º 1181/2009, de 7 de Outubro, envolvendo o preenchimento de um Formulário, disponível no site do ICNB.

As AP de âmbito nacional e as APP pertencem automaticamente à RNAP (Rede Nacional de Áreas Protegidas); no caso das AP de âmbito regional ou local a integração ou exclusão na RNAP depende de avaliação da autoridade nacional.

O Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de Julho define as tipologias das Áreas Protegidas da seguinte forma:

Parque Nacional - Entende-se por parque nacional uma área que contenha maioritariamente amostras representativas de regiões naturais características, de paisagens naturais e humanizadas, de elementos de biodiversidade e de geossítios, com valor científico, ecológico ou educativo. A classificação de um parque nacional visa a proteção dos valores naturais existentes, conservando a integridade dos ecossistemas, tanto ao nível dos elementos constituintes como dos inerentes processos ecológicos, e a adoção de medidas compatíveis com os objetivos da sua classificação.

Parque Natural - Área que contenha predominantemente ecossistemas naturais ou seminaturais, onde a preservação da biodiversidade a longo prazo possa depender de atividade humana, assegurando um fluxo sustentável de produtos naturais e de serviços. A classificação de um parque natural visa a proteção dos valores naturais existentes, contribuindo para o desenvolvimento regional e nacional, e a adoção de medidas compatíveis com os objetivos da sua classificação.

Reserva Natural - Uma área que contenha características ecológicas, geológicas e fisiográficas, ou outro tipo de atributos com valor científico, ecológico ou educativo, e que não se encontre habitada de forma permanente ou significativa. A classificação de uma reserva natural visa a proteção dos valores naturais existentes, assegurando que as gerações futuras terão oportunidade de desfrutar e compreender o valor das zonas que permaneceram pouco alteradas pela atividade humana durante um prolongado período de tempo, e a adoção de medidas compatíveis com os objetivos da sua classificação.

Paisagem Protegida - Área que contenha paisagens resultantes da interação harmoniosa do ser humano e da natureza, e que evidenciem grande valor estético, ecológico ou cultural. A classificação de uma paisagem protegida visa a proteção dos valores naturais e culturais existentes, realçando a identidade local, e a adoção de medidas compatíveis com os objetivos da sua classificação.

Monumento Natural - Ocorrência natural contendo um ou mais aspetos que, pela sua singularidade, raridade ou representatividade em termos ecológicos, estéticos, científicos e culturais, exigem a sua conservação e a manutenção da sua integridade. A classificação de um monumento natural visa a proteção dos valores naturais, nomeadamente ocorrências notáveis do património geológico, na integridade das suas características e nas zonas imediatamente circundantes, e a adoção de medidas compatíveis com os objetivos da sua classificação.

Área Protegida Privada - Pode ser classificada área protegida de estatuto privado, designada área protegida privada, em terrenos privados não incluídos em áreas protegidas onde se regista a ocorrência de valores naturais que apresentem, pela sua raridade, valor científico, ecológico, social ou cénico, uma relevância especial que exija medidas específicas de conservação e gestão. A designação é feita a pedido do despectivo proprietário, mediante um processo especial de candidatura (regulado pela Portaria n.º 1181/2009, de 7 de Outubro) e o reconhecimento pela autoridade nacional. Os terrenos a que for atribuída a designação de área protegida privada integram a RNAP e ficam sujeitos ao protocolo de gestão que for acordado com a autoridade nacional na sequência do seu reconhecimento.

Rede Nacional de Áreas Protegidas

Figura 5 - Mapa da rede de áreas protegidas em Portugal



Fonte - Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB)

Tabela 6 - Rede de áreas protegidas em Portugal

ÂMBITO NACIONAL			
	PARQUE NACIONAL		MONUMENTOS NATURAIS
1	Peneda - Gerês	26	Cabo Mondego
	PARQUES NATURAIS	27	Portas de Ródão
2	Montesinho	28	Pegadas de Dinossáurios de Ourém/Torres Novas
3	Litoral Norte	29	Carenque
4	Alvão	30	Pedra da Mua
5	Douro Internacional	31	Lagosteiros
6	Serra da Estrela	32	Pedreira do Avelino
7	Tejo Internacional		
8	Serras de Aire e Candeeiros	ÂMBITO REGIONAL - LOCAL	
9	Serra de São Mamede		PAISAGENS PROTEGIDAS
10	Sintra - Cascais	33	Albufeira do Azibo
11	Arrábida	34	Corno do Bico
12	SW Alentejano e C. Vicentina	35	Lagoa de Bertandos e S. Pedro de Arcos
13	Vale do Guadiana		RESERVA NATURAL - LOCAL
14	Ria Formosa	37	Paul de Tornada
	RESERVAS NATURAIS		PAISAGEM PROTEGIDA - REGIONAL
15	Dunas de S. Jacinto	38	Litoral de V. do Conde e Reserva Ornitológica do Mindelo
16	Serra da Malcata		PAISAGEM PROTEGIDA - LOCAL
17	Paul de Arzila	39	Açude da Agolada
18	Berlengas	40	Açude do Monte da Barca
19	Paul do Boquilobo	41	Rocha da pena
20	Estuário do Tejo	42	Fonte Benémola
21	Estuário do Sado		
22	Lagoas de St. André e da Sancha	ÂMBITO PRIVADO	
23	Sapal de C.Marim - V.R.St. António	43	Faia Brava
	PAISAGENS PROTEGIDAS		
24	Serra do Açor		
25	Arriba Fóssil da C. da Caparica		

Fonte - Elaboração própria com dados do Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB)

O sistema das áreas protegidas integra aspetos de preservação e valores de conservação, através de figuras distintas com especial destaque para os parques naturais, no sentido em que lhe está subjacente a conservação da paisagem estreitamente ligada à agricultura. Esta ideia é corroborada com a referência aos parques naturais que surgiram “*como a exaltação do mundo rural, procurando promover valores locais, da natureza, da paisagem, da comunidade*” (Pessoa, 1989, citado por Joaquim, 1994:93).

Segundo este contexto, as áreas protegidas para além da função de conservação adquiriram novas funcionalidades que se prendem com o recreio e lazer, transformando-se em espaços privilegiados para a prática de atividades ao ar livre, para serem visitados, e esteticamente apreciados e servirem de elemento educativo.

2.5.2. As áreas protegidas enquanto espaços de lazer

A discussão em volta da questão das áreas protegidas como espaços de lazer e turismo, tem vindo a ganhar consistência e importância no meio académico e também no domínio político.

O espírito inicial que moveu a criação das áreas protegidas consistiu numa visão conservacionista e ecológica em relação ao meio ambiente. Face aos riscos e agressões a que o meio ambiente estava sujeito (sobre-exploração, degradação e poluição), esta problemática atingiu uma amplitude global e tornou-se o centro das atenções na sociedade moderna, em virtude de ser um problema que tinha sido gerado pela própria sociedade e ao qual urgia dar uma resposta.

De certo modo, as áreas protegidas surgiram como uma espécie de resposta, no sentido em que funcionam como *“instrumentos, por excelência, de uma política conservacionista”* (Joaquim, 1994:90).

O facto de coincidirem geograficamente com áreas rurais, veio originar um novo contexto para as áreas protegidas, na medida em que o mundo rural tem sofrido profundas transformações nas últimas décadas, o que conduziu a novas formas de apropriação do espaço, designadamente também à atividade turística.

São apontadas três características base em relação às áreas protegidas; a primeira diz respeito ao entendimento das áreas protegidas como instrumento de política ambiental, a segunda como meio de conservação da natureza e a última característica como figura de ordenamento do território (Joaquim, 1994:95).

Esta ideia vinca essencialmente uma aptidão tripartida destes espaços, cujo campo de atuação se centra ao nível da conservação da paisagem, na manutenção de valores e equilíbrio dos sistemas tradicionais (Joaquim, 1994; Burnay, 1997).¹⁸

Assim, a finalidade subjacente à criação das áreas protegidas prendeu-se com “a conservação da natureza e o desenvolvimento socioeconómico das suas populações”, porém adquiriu uma nova funcionalidade relacionada com o “*incremento da atividade turística, devidamente ordenada e enquadrada no contexto cultural de cada território*” (Burnay, 1997:80).

Esta nova funcionalidade deve-se a um conjunto de fatores, relacionados com a emergência da noção de desenvolvimento sustentável, com o aparecimento de novas formas de turismo (turismo de natureza, ecoturismo, turismo verde, etc.), com um contexto socioeconómico favorável à realização de férias e com o aumento do tempo livre, proporcionando o aparecimento de um nicho de mercado para o desenvolvimento da atividade turística nestas áreas.

Segundo Cavaco as áreas protegidas constituem “*espaços visitados, percorridos e observados*” (Cavaco, 1993, citado por Figueiredo, 1999:267), proporcionando de certo modo uma crescente identificação entre o rural e a natureza.

Em Portugal, é relativamente recente a procura da natureza e das áreas rurais enquanto lugares de lazer. A descoberta do meio rural como reserva cultural, social e ambiental deve-se à valorização atribuída às características inerentes a estes espaços, características estas que se prendem com a tradição, natureza e autenticidade, tudo valores “opostos” ao meio citadino (Figueiredo, 1999).

De certo modo, a instituição das áreas protegidas¹⁹ veio gerar uma apropriação das áreas rurais como “*áreas naturais, como amenidade e como ambiente a preservar*” (Figueiredo, 1999:267).

¹⁸ Esta noção de área protegida aproxima-se muito da visão museificada aplicada no contexto do meio rural, ou seja estes espaços entendidos como lugares-museus

¹⁹ Portugal foi um dos últimos países europeus a instituir e a proteger legalmente os espaços naturais

De notar que em Portugal, a maioria das áreas protegidas correspondem a áreas rurais ou com forte componente rural, bem como grande parte destas áreas representam áreas rurais profundas, interiores, com uma situação sociodemográfica débil e uma economia baseada na agricultura de subsistência.

Por outro lado, a maioria das áreas protegidas integram-se em áreas habitadas, cujos usos sociais da natureza beneficiaram a conservação destas áreas, acontecendo como um ato natural, que de certo modo ultrapassa os limites das áreas protegidas reduzidos à proteção da natureza.

“As Áreas Protegidas são hoje destino privilegiados de todos os que procuram encontrar oportunidades de contacto com ambientes diferentes e atrativos do ponto de vista dos valores naturais e culturais” (Burnay, 1997:66). Esta citação corrobora a tendência em Portugal de uma crescente procura destes espaços para lazer e recreio.

Esta tendência encontra-se estreitamente relacionada com o aumento do tempo de lazer, com uma mudança nos padrões de procura que pautam as escolhas dos turistas, com a emergência da questão ambiental e o retorno ao campo, lugar de memórias e tradições (regresso às origens).

Este fenómeno acentuou-se na década de noventa do século XX, com o registo de um aumento significativo do número de visitantes das áreas protegidas (Fernandes, 2002). Esta procura está associada ao facto destas áreas serem consideradas património natural, detentor de qualidade ambiental, um enorme potencial paisagístico e um património histórico-cultural rico, tornando estas áreas atrativas do ponto de vista turístico (Burnay, 1997; Fernandes, 2002).

Rapidamente, as áreas protegidas se transformaram num destino turístico apelativo para um segmento de turistas que privilegiam o turismo de natureza e o ecoturismo, muito na moda na sociedade urbana moderna (Hall e Page, 1999).

As áreas protegidas portuguesas têm a particularidade de serem espaços abertos de livre acesso, o que resulta numa limitação às entidades responsáveis no controlo e contagem exata dos visitantes.

Os dados disponíveis sobre o número de visitantes tem por base a informação recolhida junto das sedes das entidades responsáveis pelas áreas, no entanto é insuficiente porque só revela parte de uma realidade.

Um outro atrativo que recai sob as áreas protegidas está relacionado com a prática de desportos de natureza e de aventura, que têm como pano de fundo estes espaços físicos que oferecem condições únicas para a sua prática, como por exemplo o parapente, BTT, TT, canoagem, campismo, rotas ecológicas, trekking, percursos pedestres, escalada, espeleologia, entre outras (Burnay, 1997).

Esta nova tendência deve-se a um maior interesse pelo desporto e atividades de ar livre, o que impulsionou a procura de locais de eleição com condições únicas para a sua prática, e esses locais são geralmente áreas protegidas.

Apesar das áreas protegidas terem sido criadas para uma outra finalidade, foi-lhe adicionada uma outra competência designadamente como um destino turístico. O turismo nas áreas protegidas deverá ser entendido como uma forma de recreio, que consiga criar atividades compatíveis com as características de cada área e que visem em simultâneo o respeito pelo meio por parte de quem visita.

**Subsecção 3. Áreas
Protegidas em
Portugal: Parque
Natural da Serra da
Estrela**

A Serra da Estrela localiza-se na região centro de Portugal, sendo a mais importante montanha do continente. Sobressai de uma região relativamente plana e pouco elevada, integrando um conjunto montanhoso de orientação NESW, sendo a sua altitude máxima de 1993m.

Constituindo pela sua posição e morfologia o principal divisor de águas do país, separando as bacias do Mondego, Douro e Tejo, representa a mais significativa fronteira, física e cultural, entre o Norte atlântico e o Sul mediterrânico.

A sua situação, próxima do oceano e com elevadas altitudes, confere-lhe uma grande diversidade climática. Montanha que foi refúgio de campanhas contra múltiplos invasores e que o homem foi lentamente transformando no seu lar, colocando ao seu serviço os recursos disponíveis e respondendo com inteligência às dificuldades motivadas pela geografia e pelo clima.

Esta evolução fez chegar até nós um território profundamente humanizado, com largos espaços naturais e seminaturais nas zonas mais altas, e conservando valores científicos, paisagísticos e culturais que vieram a justificara sua classificação como parque natural.

Assim, a Serra da Estrela contém em si muita da singularidade que nos caracteriza, sendo também representativa de grande parte das questões que se colocam ao nível do desenvolvimento e da qualidade de vida.

O Parque Natural da Serra da Estrela é uma Área Protegida classificada através do Decreto-Lei n.º 557/76, de 16 de Julho, referindo tratar-se de *"uma região de característica economia de montanha"* onde subsistem *"refúgios de vida selvagem e formações vegetais endémicas de importância nacional"*.

Alterado pelo Decreto-Lei n.º 167/79, de 4 de Junho, tendo sido reclassificado pelo Decreto Regulamentar n.º 50/97, de 20 de Novembro.

Os seus limites foram alterados e publicados no Decreto Regulamentar n.º 83/2007 de 10 de Outubro.

Ocupa uma área de cerca de 101.060ha²⁰, contendo toda a zona de montanha da Serra da Estrela, distribuindo-se por seis concelhos, designadamente todo o concelho de Manteigas e parte dos concelhos de Celorico da Beira, Guarda, Covilhã, Seia e Gouveia.

²⁰ A informação disponibilizada pelo PNSE, quanto à superfície exata da área do PNSE refere 101.060ha

- Promover o repouso e o recreio ao ar livre, de forma que a serra da Estrela seja visitada e apreciada sem que daí advenham riscos de degradação física e biológica para a paisagem e para o ambiente.

2.6. Potencialidades turísticas e oferta de alojamento no PNSE

2.6.1. Identificação dos principais recursos

Segundo Hall e Page (1999) na sociedade ocidental a procura turística de áreas rurais e/ou naturais deve-se a dois fatores. O primeiro está relacionado com a mudança de atitude perante a questão do ambiente, o segundo com o acesso livre às áreas protegidas.

Geologia e geomorfologia - A geologia da Serra da Estrela é dominada pela ocorrência de rochas de dois conjuntos distintos - o maciço granítico e o complexo xisto-grauváquico. O seu processo de formação geológica, a par dos efeitos da última glaciação, conferiram-lhe uma morfologia especial: um relevo bem diferenciado, com retalhos de planalto e vales encaixados segundo as linhas de fratura, lagos colmatados, moreias e lagoas de origem glacial, e depósitos aluvionares, vestígios de um profundo trabalho de erosão. (ICNB)

Valores biológicos - O caráter único do Planalto Superior da Serra da Estrela e o seu isolamento geográfico levou à existência de uma diversidade de espécies de flora e fauna cujo valor foi reconhecido pela atribuição do estatuto de Reserva Biogenética pelo Conselho da Europa. Diversos habitats estão protegidos pela legislação portuguesa e comunitária, sendo alguns deles considerados prioritários. A fauna é constituída por alguma diversidade de espécies, sendo de salientar a avifauna, com 61 espécies alvo de medidas de proteção, assim como a herpetofauna. A ictiofauna dos cursos de água representa um grande potencial piscícola.

A vegetação diferencia-se por patamares, conjugando igualmente as várias influências climáticas: até aos 900 metros, um intenso aproveitamento cultural e florestal - este na base do pinheiro bravo - fez desaparecer quase totalmente a vegetação natural; no patamar intermédio, até aos 1600 metros, salientam-se os carvalhais e bétulas espontâneas de origem atlântica, e gilbardeiras, estevas e urzes nas zonas de influência mediterrânica; aí, a introdução de espécies exóticas no repovoamento tem igualmente limitado em grande parte a vegetação primitiva, embora sejam de referir os notáveis castinçais de Manteigas; no patamar superior dominam os piornos, zimbros e cervunais, a par de comunidades rupícolas, que são a vegetação mais rica e interessante da Serra, onde aparece a maioria dos endemismos, alguns raros e em risco de extinção. (ICNB)

Paisagem - De um modo geral, as características ecológicas e paisagísticas que dão especificidade à Serra da Estrela mantêm-se, sendo de salientar como principais atributos (ICNB):

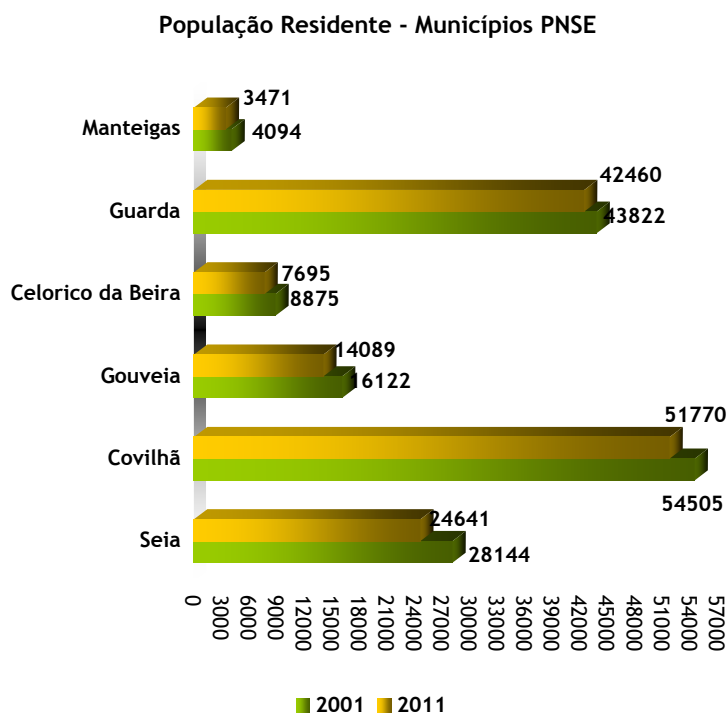
- A história geológica representada no Planalto Superior, designadamente as suas características de origem glaciária.
- A grande altitude do maciço central, permitindo a existência do único meio subalpino de Portugal continental, conjugada com encostas e escarpas de grande valor cénico.
- A variedade de formas e texturas e a diversidade da vegetação e ocupação do solo, quer constituindo mosaicos culturais nas zonas mais baixas, quer as pastagens e searas até aos 1400 metros, quer o meio florestal de matas de espécies folhosas autóctones e de resinosas, quer o meio arbustivo que alcança as cotas mais elevadas, a par dos relvões naturais.
- A enorme abundância de água nas suas diversas formas, seja na forma de neve e gelo, seja em lagoas e charcas naturais ou nos cursos de água.

- O património edificado de raiz agrícola ou pastoril, como são os edifícios ou simples abrigos em alvenaria de granito ou de xisto e coberturas em colmo ou em lousa, assim como os restantes elementos construídos: muros de suporte em socalcos, levadas, etc.

- Ressalta do conjunto do PNSE a muito elevada qualidade da paisagem no Planalto Central, planalto de Videmonte e Casais de Folgoso, assim como na maior parte dos vales dos rios e ribeiras.

Recursos humanos e condições de vida - Em termos demográficos, as freguesias integradas no PNSE registaram na década de 80 um decréscimo geral de população de cerca de 10%. Em 2001, as maiores densidades populacionais concentravam-se nos concelhos da Covilhã, Guarda seguidas por Seia, sendo as menores densidades nos concelhos de Manteigas e Celorico da Beira.

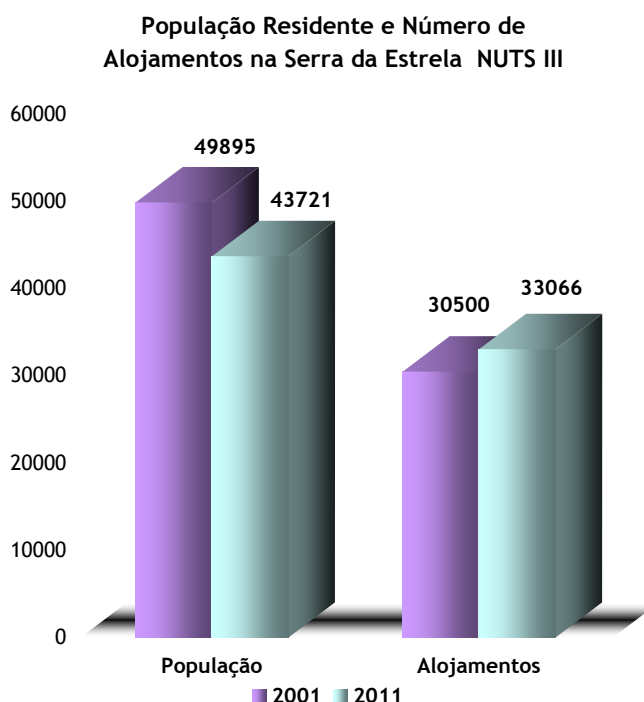
Gráfico 17 - População residente por Municípios do PNSE



Fonte - Elaboração própria com dados do INE - Instituto Nacional de Estatística

Após os dados dos últimos censos efetuados (2011) verifica-se que o número de habitantes diminuiu em todos os Municípios em relação a 2001. No entanto as maiores densidades populacionais mantêm-se. Uma análise por NUTS II verifica-se que a população diminuiu em relação a 2001 mas regista-se um aumento significativo no número de oferta de alojamentos (gráfico 18).

Gráfico 18 - População residente e número de alojamentos na Serra da Estrela por NUTS III



Fonte - Elaboração própria com dados do INE - Instituto Nacional de Estatística

Acessibilidades - A rede viária existente é antes do mais condicionada pelo próprio maciço montanhoso da Serra da Estrela, aliado a um relevo acidentado e a áreas de grande altitude. Atualmente, o sistema é ainda deficitário, embora com melhorias pontuais. (ICNB)

Principais conflitos existentes e potenciais - Como principais pontos de conflito aparecem as pressões construtivas associadas ao aumento de perímetros urbanos, associadas à transformação dos núcleos tradicionais pelo uso de um tipo de construção incharacterístico, genericamente excessivo e de fraca qualidade.

De igual modo, são significativas as pressões em torno da criação de infraestruturas e equipamentos de apoio ao recreio e ao turismo em que nem sempre está prevista a correta salvaguarda das questões de natureza ambiental. Diversas intenções expressas têm assentado em tipologias concentradas e de utilização intensiva, a partir de construções de raiz, sendo raramente apoiadas na recuperação ou valorização dos aglomerados tradicionais.

Decorrendo desta perspetiva, a filosofia relativa às acessibilidades defendida por muitos agentes políticos e económicos locais tem privilegiado os percursos entre os principais centros urbanos, assim como entre estes e o planalto central.

A principal potencialidade do PNSE é o facto de se situar na mais importante montanha portuguesa, aquela que ao nível simbólico é, para todos os efeitos, A SERRA. Trata-se de um imenso espaço natural, seminatural e humanizado, com excelentes características para o recreio e os desportos de montanha, dotado de paisagens únicas em termos nacionais e europeus. O Planalto Superior da Serra da Estrela está classificado como Reserva Biogenética pelo Conselho da Europa, reconhecendo-se assim o valor e a diversidade do património natural existente. Salienta-se a presença constante da água, sob a forma de neves anuais, de rios, de lagoas naturais e de barragens, que são motivos importantes de visita.

Assim, a Serra contém fatores de atratividade em termos do património natural que a podem levar a ser o contraponto do “Sol e Praia” em termos do mercado nacional e europeu, designadamente o espanhol e o dos países nórdicos. (ICNB)

Interpretação ambiental - O PNSE dispõe de 4 centros de informação em Manteigas, Seia, Gouveia e Guarda. Encontra-se em fase de conceção o projeto do Centro de Interpretação da Torre, local privilegiado para a interpretação e divulgação do Parque Natural. Há igualmente pequenos núcleos de informação, da responsabilidade de outras entidades, como seja o do Castelo de Linhares, além dos postos de turismo da Região de Turismo da Serra da Estrela, nas sedes de concelho. Têm sido experimentados pelo PNSE, em conjunto com diversas instituições e com as Escolas, percursos interpretativos, relacionados com a geologia, a flora, a fauna e a paisagem, que no entanto ainda não se encontram sinalizados. (ICNB)

O turismo e o desenvolvimento local - O turismo é pela sua natureza um dos principais vetores de desenvolvimento da Região Centro e em particular da Serra da Estrela. Constituindo esta, pelos seus recursos naturais e valores ambientais e culturais, um potencial de atração de visitantes, proporciona igualmente o desenvolvimento de outras atividades económicas, designadamente as ligadas ao mundo rural.

A nível paisagístico, salienta-se o relevo acidentado e vigoroso da montanha. No Planalto Superior destaca-se um conjunto de vales, covões e lagoas de origem glaciária. Em oposição, no sopé da montanha, as áreas agrícolas, próximas dos povoados rurais, encerram um mosaico policultural entrecortado por bosques, lameiros, matos e pequenos ribeiros, onde a elevada diversidade da flora e fauna selvagens é consequência de práticas agrícolas tradicionais que respeitam o equilíbrio natural do meio.

O património construído da serra caracteriza-se pelo seu carácter rústico e pela sua originalidade, que se refletem na estrutura das construções tradicionais e até na tipologia das aldeias.

São exemplos desta rica e vasta herança as igrejas, as capelas, as pontes medievais, as alminhas, os cruzeiros, os chafarizes, as fontes, bem como os moinhos de água, os fornos comunitários e os lagares, que, utilizando os materiais característicos de cada local, se encontram harmoniosamente enquadrados na paisagem.

Os usos e costumes tradicionais não se perderam e são revividos através de um diversificado conjunto de manifestações populares, onde pontificam as procissões, festas e romarias, muitas das quais radicam nas ancestrais práticas silvo-pastoris da região.

Há igualmente um património histórico-cultural que, apesar de alguma degradação em termos de arquitetura tradicional, mantém lugares, conjuntos e sítios que documentam exemplarmente a longa história da presença humana na Serra. Das outras componentes do património cultural salientam-se as feiras, festas e romarias e um artesanato variado, designadamente ligado à pastorícia.

Dos produtos alimentares regionais salienta-se o “*queijo Serra da Estrela*”²¹, assim como o “*borrego Serra da Estrela*”²², já devidamente certificados, assim como o requeijão e os enchidos tradicionais.

A gastronomia tem assim uma grande genuinidade e diversidade, sendo um importante facto de atratividade para os visitantes.

No que diz respeito às atividades desportivas, as propostas de desenvolvimento têm assentado em polos localizados de grande atratividade (desportos de neve, escalada, parapente, campismo), assim como em atividades de grande dispersão geográfica (provas com veículos Todo-o-Terreno, caça).

Nos últimos anos têm surgido diversas alternativas culturais que, pelo seu valor e singularidade, merecem ser mencionadas. São bons exemplos o Museu dos Lanifícios, na Covilhã, o Teatro Municipal da Guarda (TMG) e o Museu do Pão e o CISE (www.cise-seia.org.pt), em Seia.

A diversidade e a beleza da paisagem e a riqueza do património histórico-cultural são convidativos à descoberta desta magnífica região. (ICNB)

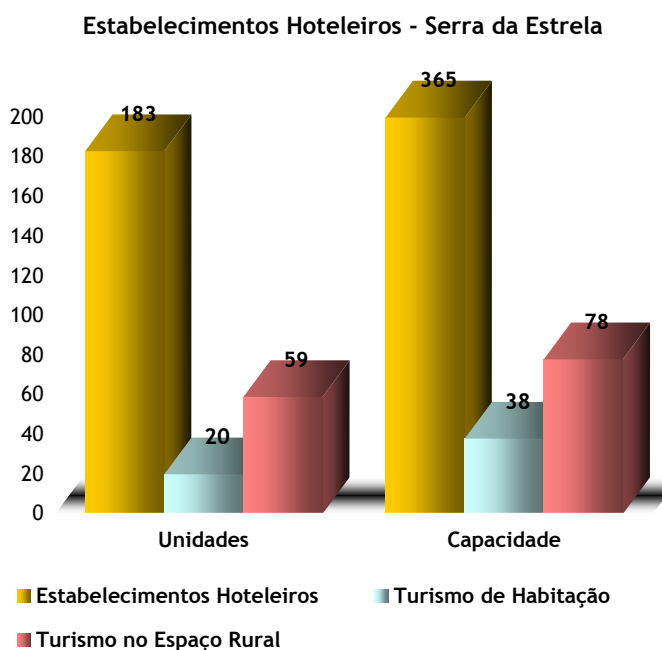
2.6.2. Levantamento das unidades de alojamento em espaços rurais no PNSE

O turismo pode resultar num importante polo dinamizador do desenvolvimento e de certa forma ativar todo este processo. Face às valências que o turismo implica o que se verifica de fato é uma estrutura turística insuficiente, isto porque o peso do alojamento turístico em espaços rurais nesta região apresenta uma capacidade de oferta pouco significativa, tal como comprovam os dados sobre todas as modalidades de estabelecimentos hoteleiros (gráfico18) e de TER em detalhe (gráfico 19).

²¹ Recentemente eleito como uma das três maravilhas gastronómicas da região Centro

²² Também conhecido como “Borrego de Canastra”

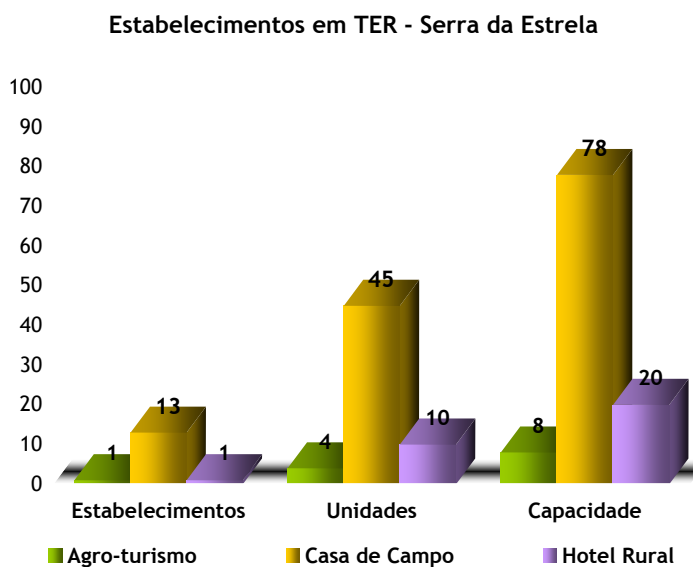
Gráfico 19 - N.º de estabelecimentos hoteleiros na Serra da Estrela



Fonte - Elaboração própria com dados do Registo Nacional de Empreendimentos Turísticos (RNET)

Comparativamente a oferta da hotelaria convencional existente na área do PNSE com a oferta TER, tem uma expressão muito mais elevada.

Gráfico 20 - N.º de estabelecimentos em TER na Serra da Estrela



Fonte - Elaboração própria com dados do Registo Nacional de Empreendimentos Turísticos (RNET)

Apesar dos números apresentados anteriormente em relação às unidades e capacidade de alojamento em espaços rurais nos concelhos do PNSE, revelarem uma oferta do produto ainda de alguma forma dissipada e fraca, o impacto criado quer ao nível do titular quer ao nível do local onde se insere, pode ser importante e ter uma expressão local determinante para a fixação de uma família, ou para a criação de um posto de trabalho, ou para o aparecimento de outras atividades complementares ao alojamento, tal como defende Cavaco (1995a:389) este tipo de oferta *“mobiliza fluxos financeiros, endógenos e exógenos, incluindo subsídios, empréstimos e lucros, que animam a economia regional e local, em particular através da construção civil e atividades conexas”*.

A partir do levantamento levado a cabo, foi possível não só identificar a tipologia e a classificação das unidades, bem como a capacidade de alojamento. Existem 15 estabelecimentos com oferta de 59 quartos com uma capacidade total (camas) de 106 unidades, distribuídas pelas seguintes tipologias: 1 unidade de Agro-turismo; 13 Casas de Campo e 1 Hotel Rural.

Esmiuçado estes dados importa referir que a unidade de Hotel Rural está em fase de projeto e terá a classificação de **** (4 estrelas). Quanto à unidade de Agro-turismo está apenas em fase de intenção. Se considerarmos ainda que das 13 unidades de Casas de Campo 4 estão em fase de intenção o que reporta a 18 unidades de alojamento (quartos) com uma capacidade de 32 camas, facilmente chegamos à conclusão que o PNSE em termos de unidades de turismo no espaço rural apresenta pouca oferta.

Capitulo 3.
Projeto de uma
unidade
hoteleira -
Hotel Rural

3. 1. Metodologia desenvolvida

O tema central desta dissertação aborda as questões relacionadas com o turismo em espaços rurais. Foca em particular, o alojamento turístico em espaços rurais existente na área do Parque Natural da Serra da Estrela e os efeitos decorrentes desta atividade ao nível do desenvolvimento local desta região.

Este trabalho tem como objetivo a proposta para a construção de uma unidade hoteleira na forma de Hotel Rural com a classificação de ***** (5 estrelas).

A partir do delinear dos objetivos, e com base na revisão bibliográfica efetuada, da partir da análise dos dados referentes às unidades de alojamento existentes no PNSE, legislação aplicável, condicionamentos impostos pela legislação, com estudo de algumas unidades do género a nível nacional e no estrangeiro, delineou-se um projeto de arquitetura, onde se pretendeu criar um conjunto harmonioso com oferta de serviços que possam cativar e incentivar os possíveis utilizadores.

3.2. Técnicas de recolha e tratamento da informação

A estratégia metodológica seguida teve por base a triangulação de várias técnicas, dividindo-se esta tarefa em várias fases:

- Recolha de informação, legislação e cartografia sobre o Plano Diretor Municipal de Seia;

- Recolha de legislação, informação e cartografia sobre o zonamento do PNSE e as suas áreas protegidas;

- Recolha e análise de fontes documentais importantes para o trabalho, com destaque para a legislação relativa ao Turismo no Espaço Rural.
- Recolha, análise e interpretação da legislação aplicável em vigor, nomeadamente SCIE, RCCTE, mobilidade condicionada.
- Análise de soluções, formas arquitetónicas de edifícios com a mesma finalidade.

A primeira fonte de análise foi o Plano Diretor Municipal (PDM) de Seia ratificado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 121/97, publicado no Diário da República n.º 169/1997 de 24 de Julho, com o intuito de encontrar as áreas do Município inseridas no PNSE.

Verificou-se no artigo 25.º do regulamento do PDM de Seia, que são consagrados “Espaços Naturais” os espaços “constituídos por áreas de valor natural e paisagístico, bem como áreas afetas à Reserva Ecológica Nacional”, estando delineado no n.º 4 do mesmo artigo que *“nas áreas do concelho abrangidas pelo Parque Natural da Serra da Estrela será aplicável a Portaria n.º 583/90, de 25 de Julho”*, ou seja o Regulamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela.

Constatou-se através das plantas de ordenamento²³ do PDM de Seia que a freguesia de Loriga é uma localidade inserida no PNSE, com “Espaços Naturais”.

Loriga²⁴ é uma das 29 freguesias do concelho de Seia. Tem 36,52 km² de área, 1 367 habitantes (2005) e densidade populacional de 37,51 hab/km². É uma povoação central de um belíssimo vale, de origem glaciária - Garganta de Loriga. Tem uma população de idosos bastante considerável (20,6%), possuindo apenas 17,7% de jovens na sua freguesia, sendo os restantes adultos.

²³ Não são apresentadas as cartas de ordenamento do PDM por a CMS não ter facultado em formato digital e as de suporte em papel serem de péssima qualidade.

²⁴ Informação cedida pela Junta Freguesia de Loriga

Está situada na parte sudoeste da Serra da Estrela, encontra-se a 14,5 km da lagoa Comprida, 18 km da Torre, 20 km de Seia, 80 km da Guarda e 320 km de Lisboa. A vila é acessível pela EN 231 e pela EN338.

O setor primário centra-se na agricultura, apenas de subsistência, existe ainda alguma pecuária. Quanto, ao setor secundário, Loriga tem história, nomeadamente, na indústria têxtil, lanifícios e queijo.

Em termos de oferta de alojamento, dispões apenas de uma 2 alojamento (<http://www.ovicente.com>), uma Pensão e uma Casa de Turismo Rural (<http://www.casadomeiodavila.com>).

Pela sua localização geográfica em relação à Serra da Estrela, por ser uma freguesia inserida no PNSE, por ter fraca oferta de unidades de alojamento turístico, pelos seus valores naturais, pelo envelhecimento e empobrecimento da população residente achou-se por bem propor que o empreendimento de TER se localizasse na freguesia de Loriga.

Analisando o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra de Estrela (POPNSE) aprovado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2009 publicada no Decreto Regulamentar n.º 175/2009 de 9 de Setembro, constatou-se que para poder ser construído um empreendimento de turismo no espaço rural o zonamento definido para esses empreendimentos são as “Áreas de Proteção Complementar” (POPNSE Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2009, Secção III, Capítulo V, Artigo 31.º, ponto 2 alínea d).

No mesmo artigo nos pontos 3 e 4 verificaram-se alguns condicionamentos para a construção, no que à área de implantação diz respeito “nas áreas de proteção parcial do tipo III e nas áreas de proteção complementar, a construção ou ampliação de empreendimentos turísticos não pode exceder 500 m² de área de implantação” e:

“a) Apresentação de cartografia dos valores naturais existentes à escala de 1:2000;

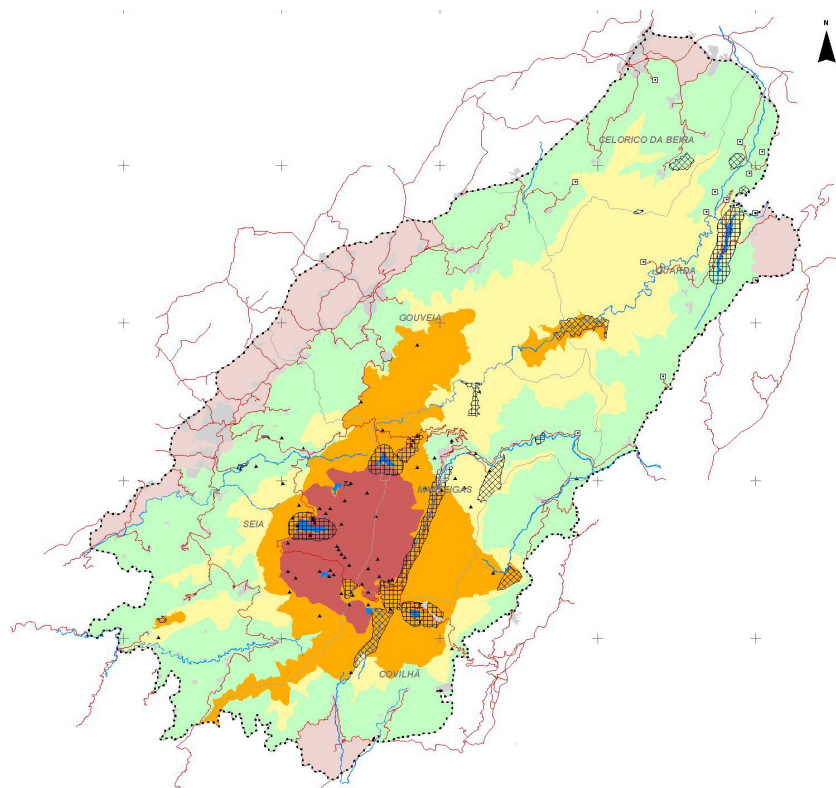
b) *Adequada integração paisagística da intervenção no espaço envolvente, designadamente através da integração na morfologia do terreno, da utilização de material vegetal da região nos arranjos exteriores e da utilização de materiais de construção adaptados à envolvente natural;*

c) *Máxima eficiência energética, com materiais e modos de construção adequados e ao uso de fontes de energia renováveis;*

d) *Desenvolvimento de um plano de manutenção da biodiversidade ou de medidas compensatórias de gestão, com o acompanhamento do ICNB, I. P.;*

e) *No âmbito do seu funcionamento, os empreendimentos turísticos têm de dispor de instalações, estruturas, equipamentos e serviços complementares relacionados com a animação ambiental, a visitação, o desporto de natureza e a interpretação ambiental.”*

Figura 7 - Zonamento do Parque Natural da Serra da Estrela



Fonte - Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE)

Figura 8 - Legenda do Zonamento do PNSE



Fonte - Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE)

Outro condicionamento é a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), ou seja a proposta apresentada, por ter sido concebida de forma a ter um número de camas superior a 20, terá que ser objeto de AIA conforme o disposto do no artigo 1.º, ponto 3, alínea b) que remete para a alínea c) do ponto 12 do Anexo II do Decreto-Lei n.º 197/2005 de 8 de Novembro.

Na obtenção da forma volumétrica foi feita uma pesquisa de soluções, formas arquitetónicas de edifícios com a mesma finalidade.

A seguir são apresentados alguns exemplos onde se pode observar desde a forma arquitetónica as materiais aplicados:

Figura 9 - H2OTEL ** Sup - Unhais da Serra**



Fonte: <http://taniapato.files.wordpress.com/2010/04/h2otel.jpg>

Figura 10 - Hotel Serra da Estrela * - Penhas da Saúde**



Fonte: <http://www.hoteis-portugal.pt/?data=read.obj&mod=hoteis&hid=419>

Figura 11 - Estalagem Varanda Dos Carqueijais ** - Covilhã**



Fonte: <http://www.hoteis-portugal.pt/?data=read.obj&mod=hoteis&hid=420>

Figura 12- Magic Canillo **** - Andorra



Fonte: <http://andorra.pordescubrir.com/magic-canillo-hotel-resort-lujo.html>

Figura 13 - Hotel Swiss Q Arena Steinmattli **** - Adelboden - Suíça



Fonte: http://cdn3.rtstc.com/media/lg/aa/16/aa1683b980-Arena_Steinmattli_Swiss_Q_Hotel.jpg

Figura 14 - Aparthotel Guitart la Molina Resort & Spa *** - Girona - Espanha



Fonte: <http://www.logitravel.com/viajes-esqui/aparthotel-guitart-la-molina-resort-spa-la-molina-1230220.html>

Figura 15 - Hotel le Pic Blanc *** - l'Alpe-d'Huez - França



Fonte: <http://www.hoteis.com/ho235163/hmc-hotel-le-pic-blanc-huez-franca/#description>

Podemos notar que em todos os exemplos foi adotada a cobertura inclinada e a escolha dos revestimentos recaiu sobre materiais naturais e nobres como a pedra, a madeira e o vidro.

Na execução do projeto foi observado a Portaria n.º 327/2008 de 28 de Abril (Anexo I), que regula os requisitos obrigatórios que os estabelecimentos hoteleiros têm cumprir e oferecer.

3.3. Memória descritiva A memória descritiva e justificativa, bem como o quadro sinóptico, o quadro de materiais de revestimento de fachadas e a estimativa orçamental²⁵, são apresentados no campo das peças escritas dos anexos.

3.4. Peças desenhadas As peças desenhadas são apresentadas no campo das peças desenhadas dos anexos.

4. Conclusão O turismo em espaços rurais surgiu como uma forma de diversificação da oferta turística dirigido a segmentos de turistas muito particulares e que, por enquanto, representam um nicho de mercado no nosso país. As principais características deste tipo de turismo regem-se pelo facto de estar localizado em áreas rurais, ser de carácter tradicional, ser em pequena escala, proporcionar um tratamento personalizado de modo a que os visitantes tenham a possibilidade de participar nas atividades, vivenciar o modo de vida rural, os costumes, o contacto direto com o meio rural e a natureza (Kastenholz, 2002).

O alojamento turístico em espaços rurais é entendido como pré-condição do turismo que se distingue da hotelaria convencional devido ao atendimento personalizado, à possibilidade de usufruir da gastronomia tradicional e dos produtos regionais e do contacto com a natureza (Ribeiro, 2003a). O TER surgiu como uma forma de alojamento específica em Portugal, podendo ser considerado um (sub)produto que integra diferentes modalidades e como uma forma de reanimar as áreas rurais.

Atualmente, as áreas rurais constituem zonas atrativas em função do novo papel que desempenham e das novas orientações da procura, sendo pertinente admitir que a atividade turística nas suas diferentes componentes (acomodação, restauração, animação), em complemento à atividade agrícola, se apresenta como um vetor de potencialidades no sentido de inverter a atual situação vivida nas áreas rurais, designadamente a regressão demográfica e o declínio da agricultura (Jenkins, Hall e Troughton, 1998).

²⁵ Uma vez que o Regulamento Municipal da Câmara de Seia não tem definidos valores de estimativa por m² foram usados os valores definidos no Regulamento Municipal da Câmara da Covilhã

A turistificação das áreas rurais é assim apontada como uma possível solução dos problemas (Joaquim, 1994).

Em Portugal, as áreas protegidas e as áreas rurais comungam o mesmo espaço, integram áreas habitadas e representam áreas rurais desfavorecidas. Por sua vez, as áreas protegidas transformaram-se em espaços de excelência para a prática de desportos e lazer, o que se deve ao aparecimento de novas formas de turismo, constituindo atualmente um destino atrativo para aqueles que procuram o contacto com a natureza e os valores culturais (Burnay, 1997).

O tema central desta dissertação diz respeito ao turismo em espaços rurais, em particular do alojamento turístico em espaços rurais existente na área do PNSE.

Como resposta ao crescente aumento da procura de TER, e depois da análise às unidades hoteleiras de TER existentes no PNSE, dada a sua escassez e mesmo no caso da solução proposta (Hotel Rural *****) inexistente, propôs-se a construção de um estabelecimento na modalidade de Hotel Rural *****, numa freguesia do concelho de Seia, inserida no PNSE.

A unidade proposta, com 22 unidades de alojamento e capacidade para 40 camas, onde se destacam 2 suítes e 2 unidades para pessoas com mobilidade condicionada. Foram concebidas áreas de lazer, desporto e saúde bem como área para refeições.

A unidade apresentada, parece ter todas as condições reunidas, no nosso ponto de vista, para contribuir para o desenvolvimento do TER no PNSE.

Venham investidores...

- 5. Bibliografia** Albergaria, Henrique e Pires, Sara, (2000), “O turismo e o desenvolvimento dos espaços rurais de fraca densidade”, *in* Atas do VIII Encontro Nacional da APDR “*Desenvolvimento e Ruralidades no Espaço Europeu*”, Universidade de Coimbra, INE, IERU, pp. 441-459.
- Alves, João Emílio, (2002), Património rural e desenvolvimento: do discurso institucional às dinâmicas locais. O programa “Revitalização de Aldeias Históricas da região Alentejo”, Vol. I, Dissertação de Mestrado, ISCTE, Lisboa.
- Ashworth, G. e Voogdt, H., (1994), “Marketing of Tourism Places: What are we doing?”, *in* *Global Tourist Behavior*, International Business Press, New York, pp.5-19.
- Barata, Óscar S., (1991), Introdução às Ciências Sociais, 4.^a edição, Vol.II, Bertrand Editora, Venda Nova.
- Batouxas, Mariana F. M., (1998), *O turismo como componente das novas abordagens e propostas de desenvolvimento rural - análise exploratória de alguns instrumentos recentes de política regional na Terra Quente Transmontana*, Tese de Mestrado em Agricultura, Ambiente e Mercados, UTAD, Vila Real.
- Billaud, Jean-Paul; Bruckmeier, Karl; Patricio, Teresa e Pinton, Florence, (1997), “Social construction of the rural environment. Europe and discourses in France, Germany and Portugal”, *in* *Sustainable rural development*, Ashgate Publishing Limited, England, pp.35-47.
- Brito, Brígida Rocha, (2003), “O turista e o viajante: contributos para a conceptualização do turismo alternativo e responsável”, IV Congresso Português de Sociologia, Associação Portuguesa de Sociologia.
- Burnay, M^a João, (1997), *Turismo e Desenvolvimento. As Áreas Protegidas e o desafio da sustentabilidade*, Tese de Mestrado, ISCSP - UTL, Lisboa.
- Burnay, M^a João, (2002), Ciclo de Debates 2000 - Livro de Atas (do Seminário “Turismo e Natureza - Perspetiva de Intervenção), IFT, Lisboa, pp.25-34.

Butcher, J., (1997), “Sustainable Tourism debate and the scope and content of the book”, in *Tourism sustainability principles to practice*, CAB International, Wallingford, pp.27-38.

Butler, R. W., Hall, C. M. e Jenkins, J. M., (1998), *Tourism and Recreation in Rural Areas*, John Willey & Sons, Chichester.

Butler, R. W. e Hall, C. M., (1998), “Image and reimagining of rural areas”, in Butler, R. W., Hall, C. M. e Jenkins, J. M., *Tourism and Recreation in Rural Areas*, pp.115-122.

Cavaco, Carminda, (Coord.), (1995a), *As regiões de fronteira. Inovação e Desenvolvimento do Mercado Único Europeu*, CEG-UL, Lisboa.

Cavaco, Carminda, (1995b), “Turismo Rural e Desenvolvimento Local”, in Cavaco, Carminda (Coord.), *As regiões de fronteira. Inovação e Desenvolvimento do Mercado Único Europeu*, CEG-UL, Lisboa, pp. 351-365.

Cavaco, Carminda, (Coord.), (1996), *Turismo e Lazeres*, CEG-UL, Lisboa.

Cavaco, Carminda, (1999a), “O mundo rural português: desafios e futuros”, in Cavaco, Carminda, (Coord.) *Desenvolvimento Rural - Desafio e Utopia*, Lisboa, CEG, pp.135-148.

Cavaco, Carminda, (1999b), “O Turismo Rural nas políticas de desenvolvimento do turismo em Portugal”, in Cavaco, Carminda, (Coord.) *Desenvolvimento Rural - Desafio e Utopia*, Lisboa, CEG, pp.281-292.

CMAD, (1991), *O Nosso Futuro Comum*, Meribérica-Líber, Lisboa.

Costa, Carlos M. M., (2004), *Um paradigma emergente na área do planeamento? Questões de teoria e de prática do planeamento. O caso do turismo.* (em publicação).

Covas, António, (1999), *As amenidades rurais: um contributo para o desenvolvimento das zonas desfavorecidas*, DGDR, Coleção Estudos e Análises, Lisboa.

Cristóvão, A. (2002), “Mundo rural: entre as representações (dos urbanos) e os benefícios reais (para os rurais)”, in Riedl, M., J. A. Almeida e A. L. Barbosa (2002), *Turismo Rural: tendências e sustentabilidade*, EDUNISC, Santa Cruz do Sul, pp. 81-1

Cruz, Manuel Machado P., (1995), *Introdução ao desenvolvimento económico e social*, Areal Editores, Porto.

Cunha, Licínio, (2001), *Introdução ao Turismo*, Verbo, Lisboa.

Davidson, Rob, (1992), *Tourism in Europe*, Pitman Publishing, London.

Decreto-Lei n.º 169/1997 de 4 de Julho de 1997.

Decreto-Lei n.º 54/2000 de 11 de Março de 2000.

Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de Agosto.

Decreto-Lei n.º 220/2008 de 12 de Novembro.

Decreto-Lei n.º 228/2009 de 14 de Setembro.

DGT, (1998), *Turismo em Espaço Rural - Guia Oficial*, Direção Geral de Turismo, Lisboa.

Eusébio, Celeste; Castro, Eduardo e Costa, Carlos, (2000), “A influência do nível de preços na procura turística externa de Portugal”, in Atas do VIII Encontro Nacional da APDR “Desenvolvimento e Ruralidades no Espaço Europeu”, Universidade de Aveiro, pp. 429-445.

Félix, João M., (2001), “Por um turismo de interesse nacional”, in *Publituris*, n.º805, Ano XXXIII.

Fernandes, João L. J., (2003), “Dinâmicas de Desenvolvimento, Territórios e Áreas Protegidas- breve reflexão para o caso português”, in Caetano, Lucília (Coord.), *Território, do Global ao Local e Trajetórias de Desenvolvimento*, Centro de Estudos Geográficos, Coimbra, pp.229-274.

Ferreira, Carlos, (1999), “Reencontros com o mundo rural: dos lazeres turísticos à fixação de “Novos e Velhos” residentes”, in Cavaco, Carminda (Coord.), *Desenvolvimento Rural - Desafio e Utopia*, CEG-UL, Lisboa, pp. 313-318.

Figueira, Ana Paula, (1998), *A oferta de alojamento de Turismo em Espaço Rural no Baixo Alentejo - estudo exploratório*, Região de Turismo Planície Dourada, Beja.

Figueira, Victor, (2000), “Ecologia Humana e Turismo: breves apontamentos”, in Atas do VIII Encontro Nacional da APDR “*Desenvolvimento e Ruralidades no Espaço Europeu*”, Instituto Politécnico de Beja, Beja, pp. 351-366.

Figueiredo, E., (1995), *Uma visão global sobre o desenvolvimento rural*, Comunicação apresentada ao III Encontro da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional, Porto, FEUP.

Figueiredo, E., (2003a), *Um rural para viver, outro para visitar - o ambiente nas estratégias de desenvolvimento para as áreas rurais*, Dissertação de Doutoramento, Universidade de Aveiro.

Figueiredo, E., (2003b), “«Quantas mais “aldeias típicas” conseguimos suportar?» Algumas reflexões a propósito do turismo como instrumento de desenvolvimento local em meio rural”, in *TERN: Turismo em espaços rurais e naturais*, Instituto Politécnico de Coimbra, Coimbra, pp. 65-81.

Figueiredo, E., (2003c), “Sol na Eira e Chuva no Nabal. Que rural propõem as políticas de desenvolvimento?”, V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais.

Fisk, R.P., Groove, S.J. e John, J., (2000), *Interactive Services Marketing*, Houghton Mifflin Company, Boston.

Fraga, Margarida, (2003), *Turismo e Desenvolvimento Sustentável: referências e reflexões*, Observatório de Inovação do Turismo, Rio de Janeiro.

Fragata, António, (2003), “Da qualidade dos produtos agrícolas tradicionais - elementos para a sua elaboração social e técnica”, in Portela, José e Caldas, José Carlos (Org.), *Portugal Chão*, Celta Editora, Oeiras, pp.449-462.

Fyall, A. e **Garrod**, B., (1997), “Sustainable tourism: towards a methodology for implementing the concept”, in Butcher, J., *Tourism sustainability principles to practice*, CAB International, Wallingford, pp.51-68.

Giddens, Anthony, (2000), *Sociologia*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

Godinho, Celina, (2004), “O Turismo em Espaço Rural (TER) em Portugal, problemas e desafios para o futuro”, *Revista Turismo e Desenvolvimento / Journal of Tourism and Development*, N.º1, Vol. 1, pp.91-93.

Hall, C. Michael e **Lew**, Alan A., (ed.), (1998), *Sustainable Tourism - a geographical perspective*, Longman, New York.

Hall, C.M. e **Page**, S.J., (1999), *The Geography of Tourism and Recreation: environment, place and space*, Routledge, London.

Hobsbawm, Eric e **Ranger**, Terence, (1983), *The invention of tradition*, Backwell, Oxford.

Iliachenko, Elena, (2003), *Culture, History and Nature as Tourist Destination Constructs: the case of Östra Norrbotten (Sweden)*, Lulea University of Technology, Working Paper.

Inskeep, Edward, (1991), *Tourism Planning: an integrated and sustainable development approach*, Van Nostrand Reinhold, New York.

Jenkins, J. M., **Hall**, C. M. e **Troughton**, Michael, (1998), “The restructuring of rural economies: rural tourism and recreation as a government response”, in Butler, R. W., Hall, C. M. e Jenkins, J. M., *Tourism and Recreation in Rural Areas*, pp.43-65.

Joaquim, Graça, (1994), *Turismo e Ambiente: Complementaridade e Responsabilidade. Contribuição para uma abordagem sociológica do fenómeno turístico*, Dissertação de Mestrado, Lisboa.

Joaquim, Graça, (1999), “Turismo e Mundo Rural. Que sustentabilidade?”, in Cavaco, Carminda, (Coord.), *Desenvolvimento Rural Desafio e Utopia*, CEG-UL, Lisboa, pp. 305-312.

Joaquim, Graça, (2003), “Turismo sustentável: o desafio da inovação e da tradição”, in *TERN: Turismo em espaços rurais e naturais*, Instituto Politécnico de Coimbra, Coimbra pp. 57-64.

Kastenholz, Elisabeth, (2002), *O papel da imagem do destino no comportamento do turista e implicações em termos de marketing: o caso do Norte de Portugal*, Dissertação de Doutoramento, Universidade de Aveiro.

Keating, Michael, (1993), *The Earth Summit's - Agenda for change*, Centre for our Common Future, Geneva.

Krippendorf, Jost, (1987), *The Holiday Makers: understanding the impact of leisure and travel*, Heinemann Professional Publishing Ltd, Great Britain.

Leal, Catarina Mendes, (2001), *O Turismo Rural e a União Europeia*, Livraria Almedina, Coimbra.

Lickorish, Leonard J. e Jenkins, Carson L., (1997), *An Introduction to Tourism*, Butterworth-Heinemann, Oxford.

Lopes, António Simões, (2003), “Retomando a questão rural”, in Portela, José e Caldas, José Carlos, *Portugal Chão*, Celta Editora, Oeiras, pp.281-299.

Malta, Paula A. M. S., (1996), *Turismo, Espaços do Turismo e Intervenção do Estado em Portugal*, Tese de Mestrado, Instituto de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.

Mathieson, Alister e **Wall**, Geoffrey, (1990), *Tourism: economic, physical and social impacts*, Longman Scientific e Technical, New York.

Middleton, Victor T.C. e **Hawkins**, Rebecca, (1998), *Sustainable Tourism - a marketing perspective*, Butterworth Heinemann, England.

Mill, Robert C. e **Morrison**, Alastair M., (1985), *The tourism system - an introductory text*, Prentice-Hall.

Moreira, Fernando João, (1994), *O Turismo em Espaço Rural - enquadramento e expressão geográfica no território português*, Centro de Estudos Geográficos - Universidade de Lisboa, Lisboa.

Nave, Joaquim Gil, (2003), “O rural e os seus duplos”, in Portela, José e Caldas, José Carlos, *Portugal Chão*, Celta Editora, Oeiras, pp.129-148.

Neto, João B. N. P., (1985), *Turismo e desenvolvimento num contexto de evolução e mudança cultural*, Universidade do Algarve, Faro.

Partidário, Maria do Rosário, (2003), “Turismo em espaços rurais e naturais: uma oportunidade sustentável”, in *TERN: Turismo em Espaços Rurais e Naturais*, Instituto Politécnico de Coimbra, Coimbra, pp.115-126.

PDR, (1999), *Plano de Desenvolvimento Regional*, CES, Lisboa.

Peixoto, Paulo, (2002), *Os meios rurais e a descoberta do património*, Coimbra, Cadernos-Oficinas do CES, n.º175.

Pereira, Lucília dos Santos N., (2002), *Turismo no Espaço Rural: o contributo histórico-geográfico do concelho de Lamego no desenvolvimento da região demarcada do Douro*, Dissertação de Mestrado, ISCTE/ISP, Viseu.

Pinto, Acácio, (2004), “Turismo em Espaço Rural: motivações e recursos Holandeses em Ferreira de Aves - Sátão”, *Revista Turismo e Desenvolvimento*, Vol. 1, N.º 2, pp.89-100.

Plog, Stanley C., (1991), *Leisure Travel: Making it a Growth Market ... Again!*, John Wiley and Sons, Inc, United States.

PNUD, (1994), *Relatório de Desenvolvimento Humano*, PNUD, Tricontinental Editora.

Portaria n. 937/2008 de 20 de Agosto.

Portaria n.º 1532/2008 de 29 de Dezembro

Portela, José e Caldas, José Carlos (org.), (2003), *Portugal Chão*, Celta Editora, Oeiras.

Quintas, Paula, (2000), *Legislação turística - comentada e anotada*, Livraria Almedina, Coimbra.

Rátz, Tamara, (2000), “Residents’ perceptions of sociocultural impacts of tourism at Lake Balaton, Hungary”, in *Tourism and Sustainable Community Development*, Routledge, London, pp.36-47.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 121/1997 de 24 de Julho.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2009 de 9 de Setembro.

Revista Turismo e Desenvolvimento/Journal of Tourism and Development, (2004), Vol. 1, N.º 1, Universidade de Aveiro, Notícias Editorial.

Revista Turismo e Desenvolvimento/Journal of Tourism and Development, (2004), Vol.1, N.º 2, Universidade de Aveiro, Notícias Editorial.

Ribeiro, J. Cadima; Freitas, M^a Marlene e Mendes, Raquel B., (2000), “O Turismo no Espaço Rural: uma digressão pelo tema a pretexto da situação e evolução do fenómeno em Portugal”, in atas do VIII Encontro Nacional da APDR “*Desenvolvimento e Ruralidades no Espaço Europeu*”, Universidade do Minho, pp. 329-341.

Ribeiro, Manuela, (2003a), “Espaços rurais como espaços turísticos - reflexões em torno da construção de turismo em espaço rural em Portugal”, in Portela, José e Caldas, José Carlos, *Portugal Chão*, Celta Editora, Oeiras, pp. 199-215.

Ribeiro, Manuela, (2003b), “Pelo turismo é que vamos/poderemos ir (?). Sobre as representações e as visões dos responsáveis das administrações públicas de âmbito local, acerca do turismo para o desenvolvimento rural”, in *TERN: Turismo em espaços rurais e naturais*, Instituto Politécnico de Coimbra, Coimbra, pp. 41-56.

Roca, Zoran e Mourão, J. Carvalho, (2001), “Identidade local, globalização, e desenvolvimento rural: à procura de verificação empírica”, I Congresso de Estudos Rurais, *Mundo Rural e Património*, UTAD - Pólo de Miranda do Douro.

Santos, Elisa, (2000), *(Re) Encontros rurais: contributos para o desenvolvimento de uma estratégia turística - o caso particular de Bucelas*, Dissertação de Mestrado, ISCTE, Lisboa.

Sirgado, José Rafael, (1995), “O turismo nas áreas de fronteira em Portugal”, in *As regiões de fronteira. Inovação e Desenvolvimento do Mercado Único Europeu*, Universidade de Lisboa, pp. 187-205.

Silvano, M^a Justina Martins, (2006), *O turismo em áreas rurais como fator de desenvolvimento. O caso do Parque Natural de Montesinho*, Dissertação de Mestrado, UA, Aveiro

Sirgado, José Rafael, (1996), “Dinâmicas do turismo e sustentabilidade do desenvolvimento local / regional”, in Cavaco, Carminda (Coord.), *Turismo e Lazeres*, CEG-UL, Lisboa, pp.25-39.

Slee, W.; Farr, H. e Snowdon, P., (1997), “Sustainable tourism and the local economy”, in *Tourism sustainability principles to practice*, CAB International, Wallingford, pp.69-87.

Tisdell, Clement A. e Roy, Kartik C., (1998), *Tourism and Development: economic, social, political and environmental issues*, Nova Science Publishers, Inc, New York.

Turismo de Portugal, (2009), *Anuário das Estatísticas do Turismo*

Umbelino, Jorge, (1998), “Turismo em espaço rural: da utopia à realidade”, in *Turismo: Horizontes Alternativos*, pp. 175-188.

Wahab, Salah e Pigram, John J., (1997), *Tourism Development and Growth - the challenge of sustainability*, Routledge, London.

WTO, (1993), *Recommendations on Tourism Statistics*, World Tourism Organization, Madrid.

WTO, (1994), *National and Regional Tourism Planning. Methodologies and Case Studies*, Routledge, London.

WTO, (1995), *What tourism managers need to know - a practical guide to the development and use of indicators of sustainable tourism*, World Tourism Organization, Madrid.

WTO, (1999), *Conta Satélite do Turismo (CST)*. Quadro conceptual, WTO, Madrid

. <http://portal.icnb.pt/ICNPortal/vPT2007-AP-SerraEstrela>

. <http://www.ine.pt>

. www.cm-seia.pt

. www.google.pt

. www.icn.pt

. www.loriga.info

. www.turismodeportugal.pt/

. www.world-tourism.org

. <https://rnt.turismodeportugal.pt/ConsultaRegisto.aspx>

6. Anexos

6.1. Peças escritas

- .Memória descritiva e justificativa;
- .Quadro sinóptico;
- .Mapa de acabamentos exteriores;
- .Estimativa orçamental do custo das obras;
- . Estimativa de desempenho de sistema solar térmico.

6.1. Peças desenhadas

- 0.0 Conceção dos espaços - Volumes (escala 1:50)
- 0.1 Planta dos valores naturais (escala 1:2000)
- 0.2 Planta de localização (escala 1:1000)
- 0.3 Planta de implantação (escala 1:500)
- 0.4 Planta do Piso -1 (escala 1:50)
- 0.5 Planta do Piso 0 (escala 1:50)
- 0.6 Planta do Piso 1 (escala 1:50)
- 0.7 Planta do Piso 2 (escala 1:50)
- 0.8 Planta do Piso 3 (escala 1:50)
- 0.9 Planta do topo das comunicações verticais (escala 1:50)
- 10 Planta de cobertura (escala 1:50)
- 11 Plantas cotadas e de acessibilidades (escalas 1:100 e 1:200)
- 12 Cortes (escala 1:100)
- 13 Alçados (escala 1:100)
- 14 Vistas 3D (s/escala)